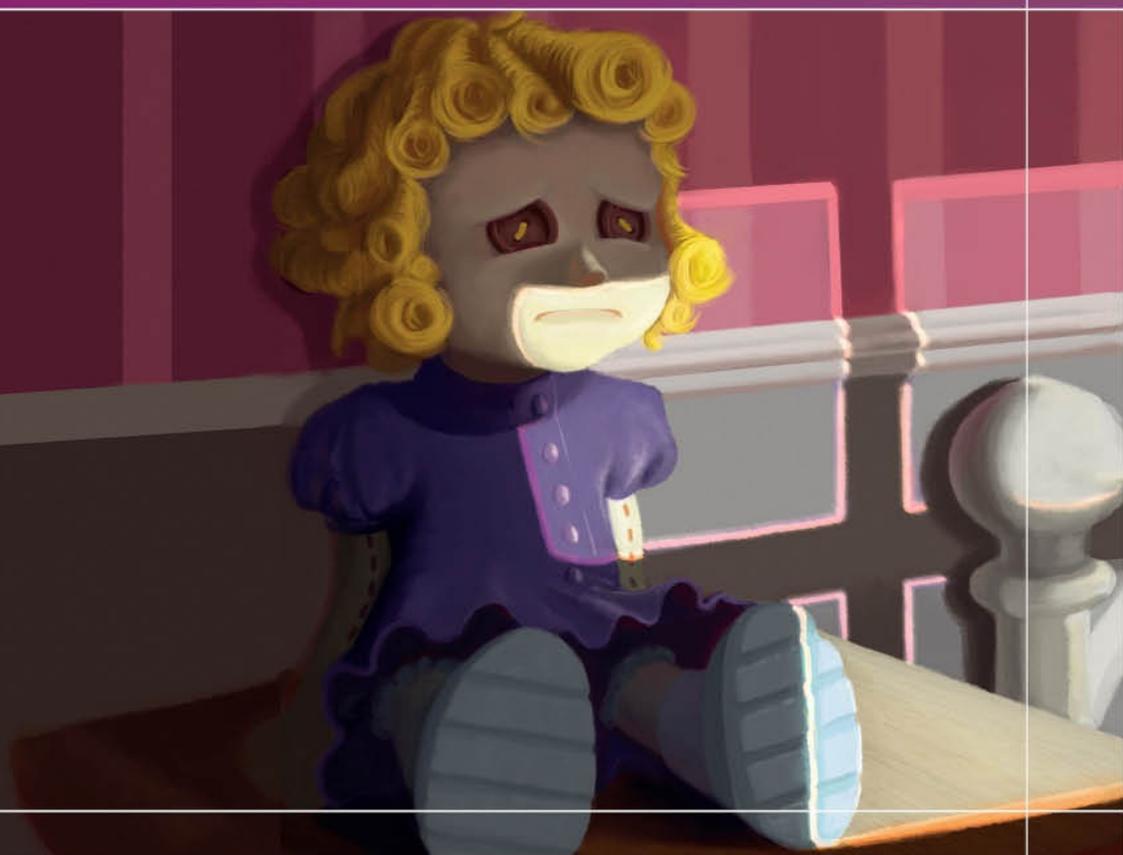


RAQUEL WIGGERS
NATÁ SOUZA LIMA

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL: NOTAS PARA UM DEBATE MULTIDISCIPLINAR



ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Notas para um debate
multidisciplinar*

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

José Melo de Oliveira Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO**

Ana Alcídia de Araújo Moraes

Secretária

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão

Diretora-Presidenta

*Esta obra foi financiada pelo Governo do Estado do Amazonas com
recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
– FAPEAM/Biblos*

SECTI

Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação
Certificada pelo ISO 9001:2008



Raquel Wiggers Natã Souza Lima Organizadores

ABUSO E EXPLORAÇÃO

SEXUAL

debate multidisciplinar

Notas para um

Copyright © Raquel Wiggers, 2017

Capa
Gilberto Wiggers

Projeto Gráfico Rebeca
Barbosa

Revisão
Núcleo de Editoração Valer

Normalização
Ycaro Verçosa
Rita Cintia Pinto Vieira

Ficha Catalográfica elaborada por Suely O. Moraes - CRB 11/365

A167 Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar /
Organização de Raquel Wiggers e Natã Souza Lima. – Manaus: EDUA,
2017.

155 p.; 14x21cm

ISBN 978-85-7401-XXX-X

1. Abuso sexual. 2. Exploração sexual. I. Wiggers, Raquel.
(Org.). II. Lima, Natã Souza. (Org.).

CDU 362.27

A167 Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar /
Organização de Raquel Wiggers e Natã Souza Lima. – Manaus: EDUA,
2017.

155 p.; 14x21cm

ISBN 978-85-7401-XXX-X

1. Abuso sexual. 2. Exploração sexual. I. Wiggers, Raquel.
(Org.). II. Lima, Natã Souza. (Org.).

CDU 362.27

Prefácio

O debate acerca da violência tem ganho grande espaço na cena pública há alguns anos. Falas sobre violências têm sido a tônica das manchetes jornalísticas em nosso país, e muitas vezes interpretadas na chave de que “notícia boa não vende”. Essas notícias dificilmente nos chegam desacompanhadas de comentários, ou mesmo, sem julgamentos de qualquer espécie. O fato é que, na vida cotidiana, todo mundo tem algo a dizer sobre a violência, sobre suas causas ou sobre o que deve ser feito para coibi-la/extingui-la. Essas falas que chegam até nós são, com frequência, seguidas de um discurso que vai de matizes mais (ou menos) tolerantes até mais (ou menos) violentas, a depender do caso, da legitimidade da vítima, do conteúdo e forma ou da regra social e jurídica – que é descumprida.

Os abusos, as agressões e violências são frequentemente apontados como “passíveis de solução” quando ocorrem longe de nós, com o ou através do Outro - com “o” maiúsculo, pois marca uma distância entre nós e eles. Por outro lado, a explicitação e o (re)conhecimento da violência depende de quem a perpetrou e do grau de relação mantido com esta pessoa. Isso quer dizer que, quando acontece perto de nós, ao invés da reação inflamada que acompanham os casos midiáticos, tendemos a não falar sobre ela, desconfiar do relato da vítima ou minimizar o ocorrido.

O fato é que, falar de violência, sobretudo daquela que testemunhamos ou de que estamos próximas, não é

simples e nem fácil. É um tema delicado e difícil de ser enfrentado. O fato de ser algo que está frequentemente nos diversos veículos midiáticos não torna menos difícil a tarefa de falar sobre o tema ou compreendê-lo. A abordagem em geral panfletária e parcial dada ao tema, seja na mídia, seja nas opiniões das mais diferentes pessoas que estão no mundo, revela justamente a ausência de subsídios – sociais, emocionais, coletivos – para lidar com o tema.

A coletânea de artigos “Abuso e Exploração Sexual: notas para um debate multidisciplinar”, organizada por Raquel Wiggers e Natã Souza Lima, preenche de certo modo esse espaço da dúvida e da ausência de discursos analíticos sobre o tema. Não que o livro pretenda ser uma verdade definitiva sobre o tema. Ao contrário, tem uma qualidade importante para uma boa peça de trabalho acadêmico: nos leva a refletir criticamente sobre o tema através de diversas pesquisas, densas em fatos, casos e análises teóricas. A todo o momento há um esforço dos autores e autoras em estabelecer chaves interpretativas e instrumentos de análise que sejam úteis à exploração dos contextos e panos de fundo que informam os abusos sexuais, as relações de parentesco e/ou sociais que os compõem, sem ceder às tentativas de generalização. O livro é uma coletânea de artigos de diversos/as autores/as, com diversas formações disciplinares e em diferentes fases de suas formações. Trata de pesquisas feitas dentro do Núcleo de Pesquisa Azulilás, da UFAM, e realizadas basicamente a partir da cidade de Manaus.

A exploração sexual, que diz respeito a uma troca remunerada por atividades sexuais não se restringe à prática sexual propriamente dita. Muitas vezes, por ser confundida com a prostituição, não se encaixa no significado do que se pode considerar violência, mesmo quando envolve meninos e meninas que caem nas redes de exploração, de formas que vão desde a venda até o

sequestro. A exploração, como o abuso sexual, diz respeito a um tipo específico de violência que atinge crianças e adolescentes. Ambas incluem outras questões, como a pornografia infantil ou exibição de performances sexuais em público. Porém, não há na vida dessas crianças e adolescentes apenas uma rede de exploração. Há outra, presente em muitos casos, que pode ser reconhecida como uma rede em que mantém laços de solidariedade e troca, e conseqüentemente, proteção, com outros indivíduos que dividem com elas esses espaços da cidade que ocupam.

O livro divide-se em três partes - uma teórica, uma etnográfica e outra que pensa o tema a partir da literatura - e trata de formas específicas de violência, a exploração e o abuso sexual, que engloba algumas polêmicas. A violência que envolve o exercício não consentido da sexualidade ou que envolve troca monetária, em especial contra menores de idade, pode ser pensada como um terreno privilegiado da regulação e do tabu, seja porque envolve a sexualidade, seja porque o fato de haver desejo e prazer envolvidos pintam estes episódios de forma ambígua.

Ao tratar de um grupo de apoio para agressores, um dos textos tece uma interpretação acerca das agressões que pode ser útil para compreender as relações sociais imbricadas nos abusos. As relações e depoimentos dos autores de agressão contra crianças e adolescentes são ilustrativos de como a violência pode ser um traço central para a afirmação de certas masculinidades e de posições de poder dentro das relações sociais mais amplas ou de parentesco. Muitas vezes o abuso - mesmo que seja reconhecido como um evento trágico que afeta a todas as pessoas envolvidas nele - reafirma o lugar do homem (que abusa) naquela família: um lugar de poder e dominação, ao qual mulheres e outros homens, em geral mais jovens, devem estar subjugados. Contudo, os abusos e as denúncias deles também engendram outra

lógica complexa, que trata de violências que são aceitas e dos limites socialmente aceitos para quaisquer formas de violências.

Isso implica em reconhecer que, mesmo que se tente argumentar o contrário, existem violências que são legitimadas na vida social.

Conforme alguns dos textos pontuam, não é incomum deparar-se nos discursos desse tipo de violência com uma desconfiança sobre a vítima, cuja moralidade é questionada, com frequência, sobre sua corresponsabilidade acerca da violência sofrida. Ainda, e não menos importante, o abuso e exploração sexual – nas ações ou nos discursos – envolvem outra questão medular: a centralidade e importância das leis e atitudes que garantem a proteção das crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, evidenciam as falhas desse sistema de proteção tanto no nível das práticas quanto na possibilidade de denúncias.

Os próprios serviços de proteção às crianças, por vezes, falham em ouvir suas histórias, privilegiando sempre as narrativas das pessoas adultas envolvidas e os conflitos familiares que emergem delas. São sempre as pessoas adultas quem tem voz nesses processos. As crianças cujos corpos não são “violados”, mas que assistem irmãos/irmãs ou outras crianças serem violentadas, não são percebidas como vítimas. O livro nos leva a pensar, nesse sentido, sobre o que significaria então a agressão, a violência ou o abuso sexual para as pessoas adultas envolvidas nesses casos nos mais diversos papéis: familiares, parentes, psicólogos/as, policiais, juízes/as, promotores/as ou assistentes sociais.

O que este livro nos mostra é que as formas hierárquicas com que pensamos as relações entre os indivíduos na vida social impactam, sobremaneira, tanto a formulação da identidade da vítima quanto do/a agressor/a, assim como constroem seus lugares sociais.

Impactam, também, as formas como se dá a produção da vulnerabilidade das pessoas envolvidas nos casos analisados e na precariedade das ações preventivas e dos atendimentos que lhes são oferecidos. Isso implica em reconhecer que o estabelecimento da violência se pauta, com frequência, nos mesmos atributos hierárquicos que organizam a sociedade.

É notória, ao longo dos textos, a ausência de acessos aos bens de cidadania, assim como a prevalência de uma lógica “adultocêntrica”, em que adultos exercem poder e crianças e adolescentes são submetidos a ele, e também nas formas pelas quais se estruturam as hierarquias de gênero, entendidas aqui pelo viés do exercício de poder das masculinidades sobre as feminilidades ou masculinidades menos normativas. Assim, podemos reconhecer que algumas pessoas acumulam atributos sociais que são desvalorizados dentro da lógica cultural vigente e, por esta razão, com alguma frequência, são tidas como “menos vítimas” quando sujeitas a violências diversas.

Estes textos nos informam da importância que os movimentos sociais, sobretudo a partir da década de 1990, tiveram ao se articular para denunciar esses e outros tipos de violências. A própria existência de uma legislação específica de proteção à infância e adolescência no Brasil - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - é fruto desta luta, que se deu tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Assim, embora os autores e autoras façam críticas necessárias ao modelo preventivo e ao atendimento ofertado a essas crianças e adolescentes não deixam de reconhecer a importância de sua existência, até por serem fruto desta luta histórica que visa a proteção destes indivíduos.

Ao trazer o relato da produção de diretrizes para orientar a ação das redes de proteção, especificamente a partir da experiência do Observatório da Violência

Sexual contra Crianças e Adolescentes em Manaus, o livro nos brinda também com a ideia de uma pesquisa que ganha vida a partir da atuação interdisciplinar das pessoas envolvidas nessas pesquisas. Desse modo, para além da pesquisa que gera dados e análises importantes sobre a temática, temos o relato de uma atuação já em curso, a qual contribui para subsidiar o combate a esses crimes e fundamentar a um sistema que atue de modo mais eficaz na proteção a crianças e adolescentes. Ao final, contempla ainda uma análise de obras literárias que tratam do abuso sexual e exploração de crianças e adolescentes, as quais nos ajudam a ilustrar como, a partir dos romances, podemos elaborar narrativas e estratégias que rompam com a lógica em que as violências sexuais são estruturantes das relações hierárquicas entre homens e mulheres/adultos e crianças.

O livro trata com delicadeza de um tema difícil. Difícil de falar, difícil de pensar e, cujo debate público é acompanhado em geral de discursos violentos. Por vezes, a forma como é processada a denúncia, as consequências delas e os efeitos na vida de quem denuncia, são igualmente violentas. Relatar uma violência, admiti-la, do ponto de vista da vítima, pode significar ser forçado(a) a reviver a agressão ou o abuso. Muitas vezes, o próprio processo de entrevista da vítima a coloca em uma situação ambígua: a veracidade do que está sendo relatado - e conseqüentemente sua idoneidade - é posta em cheque a todo o momento. Isso denota que os próprios processos de denúncia e acolhimento carecem, como o livro retrata, de uma mudança de perspectiva.

As análises excessivamente individualizadoras ou naturalizadoras sobre a índole do perpetrador da violência ou da vítima se mostram pouco efetivas quando se busca estratégias de prevenção efetivas. Elas obliteram qualquer possibilidade de compreender o

fenômeno do assédio e abuso sexual de uma forma mais complexa e completa.

As violências, é importante que se diga, não se constituem em um problema que afeta apenas as vítimas e perpetradores/as. Elas impactam a vida de todas as pessoas que se encontram nos espaços onde ocorrem. E afetam o entorno e todas as relações próximas.

O silêncio e a distância são preocupantes em vários sentidos, pois ajudam as violências do cotidiano a se perpetuarem e autorizam os/as perpetradores/as do assédio a seguirem com a prática, já que ninguém interfere. Está presente, nesses casos, a lógica que permeia a violência contra a mulher, em que é dito com frequência “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Esta lógica, como sabemos, serve apenas para legitimar o/a agressor/a e deslegitimar a vítima, e tende a submetê-la a mais violências, uma vez que a ela não é dado o direito de ser ouvida e nem protegida.

Violências e agressões são, com muita frequência, produtos da desigualdade social e da deslegitimação do outro enquanto sujeito de direitos humanos e sociais. Ao cabo, com a violência se deslegitima seu modo de vida, seu jeito de ser e sua existência. Pensar sobre o que constitui essas relações e como elas impactam as pessoas envolvidas é fundamental para a elaboração de estratégias que modifiquem profundamente esse quadro. Essas estratégias precisam ser também preventivas e, por isso, há a necessidade de estabelecer um debate público qualificado acerca dessas questões. Contudo, por se tratar de um tema difícil de abordar, ainda é um campo carente de insumos teóricos e metodológicos. Nesse contexto, este livro vem para preencher uma lacuna importante no estudo das violências sexuais, especificamente aquelas perpetradas contra crianças e adolescentes.

Anna Paula Vencato São

Paulo, 03 de novembro de 2014.

Apresentação

Há cinco anos iniciamos as atividades de pesquisa e extensão universitária sobre abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no recém-criado *Azulilás – Núcleo de estudos em gênero, famílias, conflitos e sexualidades* do Departamento de Antropologia da Ufam. A coletânea *Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar* é resultado do conjunto de trabalho de pesquisadores de diferentes áreas em diferentes níveis de formação, que discutem o tema.

Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes é um tema delicado, e tem sido tratado por diferentes profissionais que atendem as denúncias desses casos em diversas cidades do Brasil. Nossa experiência parte da cidade de Manaus e das pesquisas desenvolvidas nos órgãos da rede de proteção de crianças e adolescentes, estendendo-se para outros contextos de discussão teórica e prática. Nossa estratégia de focar o problema parte do princípio de que aquelas explicações, elaboradas pelos atores envolvidos em situações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, não dão conta de explicar o fenômeno. Buscamos, então, enfocá-lo de forma tangencial a partir de várias abordagens, sem enfatizar a totalidade dos conteúdos semânticos que os atores em cena acionam para formular uma explicação plausível para si e para o outro.

A coletânea *Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar* se insere nos esforços do Programa Observatório da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, projeto de extensão universitária que visa o fortalecimento da rede de proteção de crianças e adolescentes em Manaus. É uma obra necessária na discussão sobre o tema abuso sexual, uma vez que pouco se produz sobre esse

fenômeno que está em processo de se tornar um *problema social*, amplamente aceito como tal por toda população.

Os movimentos sociais que lutam para proteger crianças e adolescentes de serem vítimas de abuso e exploração sexual são enfraquecidos por decisões políticas, como a desarticulação da CPI da Pedofilia em março de 2014, ou, ainda, o apoio político nacional que recebe o prefeito de Coari, denunciado pelo abuso e exploração sexual de diversas meninas.

No Estado do Amazonas essa questão é ainda mais premente. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, cujos dados estatísticos são formulados apenas a partir das denúncias feitas em Manaus, existem 754 casos de violência sexual cujas vítimas têm entre 0 e 17 anos, representando 77,4% do total desses casos entre toda a população. Se contarmos que as previsões oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, de que apenas 20% dos casos são denunciados, temos um número muito grande de casos de violência sexual em todo o Estado.

É preciso enfrentar esse problema social de forma explícita, e esta coletânea é um esforço nesse sentido.

Se considerarmos que para haver movimento social é preciso militância, apoios políticos, financiamentos e reconhecimento por parte da sociedade e do Estado (SIGAUD, 2004), podemos afirmar que são fracos os movimentos sociais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas.

No Amazonas, hoje temos financiamento para pesquisa e atuação no setor, tanto nacional como internacional; em nível nacional, temos políticos envolvidos em denunciar os crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes, no entanto, em nível estadual, temos forte empenho político em impedir as investigações; e por fim, a militância da causa do combate à violência contra crianças e adolescentes está

fracamente organizada, e, principalmente, quase toda cooptada para quadros de funcionários do Estado.

Este livro está organizado em três partes. Na primeira parte, composta pelos textos de Wiggers e Leitão, são apresentados diferentes problemas, abordagens e questões teóricas que perpassam o tema do abuso, exploração sexual e pedofilia.

Wiggers apresenta os processos de transformação da violência doméstica em um problema social, apontando que a militância pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos de direito abre caminhos para a transformação de outras violências e desigualdades em problemas sociais.

Lopes Leitão aponta como se dá a construção do conceito de exploração sexual de crianças e adolescentes, indicando como ocorre esse fenômeno em Manaus.

Na segunda parte, são apresentados dados etnográficos de pesquisas desenvolvidas em órgãos da Rede de Proteção à criança e ao adolescente nos trabalhos de Lima, Honorato, Wiggers e Lopes Leitão.

O trabalho de Lima apresenta a metodologia de atendimento para acusados de abuso sexual em Manaus sob a perspectiva de masculinidades, elaborando uma noção de cuidado, transformadora das noções de “ser homem” que embasam práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Honorato aborda em seu texto como se dão os conflitos familiares decorrentes do abuso sexual a partir de casos atendidos no Creas – Nossa Senhora das Graças, em Manaus.

Em seguida, Wiggers, Lima, Lopes Leitão e Honorato apresentam o programa Observatório da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes em Manaus, mostrando como as profissionais que atuam nos órgãos públicos de atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violência sexual percebem o

marco legal que orienta suas ações profissionais. Consideramos importante incluir este texto na coletânea, porque mesmo que nossa preocupação principal não tenha sido com o dever ser normativo das leis e dos “direitos”, acreditamos ser importante apresentar as diretrizes que marcam a ação de nossas parcerias nos órgãos públicos de defesa da criança e do adolescente.

Dedicamos a terceira parte do livro a dois trabalhos que se debruçam sobre a literatura, relatos literários que provocam no leitor sensações que não fazem parte de sua experiência. Wiggers, De Carli e Lima relacionam a dureza do Sertão e a relação de Nhô Augusto com as mulheres, a partir de “*A hora e a vez de Augusto Matraga*”, conto que compõe *Sagarana*, obra de Guimarães Rosa.

No último texto deste livro, Guedes e Souza Lima elaboram uma interpretação, a partir dos contos “*Das Dores*”, “*Giselle*” e “*A Cunhã que Amava Brad Pitt*” da obra “*Histórias do Rio Negro*”, de Vera do Val, de casos de violência, abuso e exploração sexual de meninas/mulheres em Manaus. A análise tem como base parte dos trabalhos realizados por pesquisadores do Núcleo Azulilás (Ufam). As histórias literárias são um espelho distorcido do real social, semelhantes e dessemelhantes e procuram dizer/mostrar de uma forma poética e sofrida mazelas/problemas tão corriqueiros em nossa sociedade.

Raquel Wiggers Natã
Souza Lima

Manaus, 16 de março de 2014.

Primeira Parte
Algumas reflexões teóricas

Exploração sexual de adolescentes no espaço urbano de Manaus

Consuelena Lopes Leitão

O presente artigo traz reflexões sobre o tema da exploração sexual, a partir de dois enfoques: o primeiro, com experiências que desenvolvo na área de psicologia, na rede de proteção de crianças e adolescentes em situação de abuso e exploração sexual na cidade de Manaus; e a segunda, a partir de pesquisas no curso de Pós-graduação de Antropologia Social, da qual faço parte como aluna de doutorado na Universidade Federal do Amazonas.

A abordagem teórica aqui exposta se ancora em minhas experiências de atendimento em dois pontos da rede: O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e o Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS). As experiências também se ancoram em pesquisa de campo, em pontos de prostituição e exploração sexual da Cidade de Manaus.

No decorrer deste artigo serão destacados conceitos importantes como: sexualidade, gênero, poder, rede e território, com concepções de teóricos de diversas áreas, enfatizando teóricos da área de antropologia, que trazem reflexões significativas para esse campo de pesquisa.

Os conceitos aqui expostos, ora complementares,

ora contraditórios, se ordenaram a partir do que foi visualizado no campo e nas experiências de contato com o fenômeno da exploração sexual.

A exploração sexual de crianças e adolescentes se caracteriza, juntamente com o abuso sexual, como uma modalidade de violência sexual onde crianças e adolescentes são envolvidas em atividades sexuais remuneradas, como a exploração no comércio do sexo, a pornografia infantil ou a exibição em espetáculos sexuais públicos ou privados. Não é somente quando ocorre o ato sexual propriamente que se caracteriza a exploração sexual, inclui também qualquer outra forma de relação sexual ou atividade erótica que implique proximidade físico-sexual entre a vítima e o explorador.

A exploração é vista, frequentemente por muitas pessoas, como maneira fácil de obter ganhos financeiros por meio das redes de exploração que atuam em vários segmentos e envolvem vários atores e ambientes: o mercado formal (hotéis, postos, motéis) quanto o mercado informal (casas de prostituição, motoboys, taxistas, vendedores ambulantes, bares, marítimos, carreteiros, caminhoneiros, dentre outros). Essa rede, em sua maioria, pode ser organizada com atores sociais que possuem estratégias, papéis e esquemas bem definidos, apresentando uma organização precisa e consciente. Mas, em outros casos, pode apresentar uma organização que muitas vezes é sutil e inconsciente, e muitos dos atores não percebem de forma clara que estão fazendo parte dela e que estão, de alguma forma, ganhando diretamente ou indiretamente com os resultados dessa modalidade de violência sexual.

Nas últimas décadas, a partir de denúncias, movimentos sociais em favor dos direitos humanos, mudanças políticas e legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA) (BRASIL, 1990) e o enquadramento de vários tipos de contato de cunho

sexual com crianças e adolescentes como: toques, voeirismo e pornografia e o ato sexual propriamente dito, enquadrados na modalidade de estupro de vulnerável, são fatores que têm estimulado a emergência de uma série de discursos que lutam pela causa de crianças e adolescentes em situação de abuso e exploração sexual. Ao mesmo tempo, se buscam nesse meio conhecimentos, mecanismos para apreender melhor essa realidade e combatê-la.

Apesar desses fatores, as denúncias sobre esse fenômeno têm aumentado em grande escala, em todos os lugares do Brasil. Esses fatos evidenciam que a exploração sexual se caracteriza também como um desafio da contemporaneidade, principalmente porque o caminho situacional das crianças, adolescentes e jovens em situação de exploração sexual aponta para uma associação de violações vivenciadas por esses sujeitos desde a sua infância, seja no contexto da família, da comunidade, da rua, do mercado e das instituições.

De acordo com os Anais do Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, em 1996, a realidade brasileira é que

A idade das crianças e adolescentes submetidos à exploração sexual, oscila entre 10 a 19 anos e tanto podem ser do sexo feminino quanto do masculino, de todas as classes sociais e etnias. A grande incidência ocorre entre adolescentes mulheres, provenientes das classes populares de baixa renda que vivem na periferia dos centros urbanos, nos garimpos e outros locais similares.

Do total da população brasileira, 59,4% é de jovens, na faixa etária 10-24 anos, se constituindo na maior densidade demográfica. Na faixa etária de 7-14 anos, temos 27,4% de meninas e, na faixa etária de 15-17 anos, temos 9,9%, conforme dados do IBGE, em 1996.

Essa população jovem tem sofrido o impacto das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais no contexto da sociedade contemporânea. Este

artigo, então, se propõe em descrever conceitos, classificações, marcos legais e problematizações dessas transformações em relação à situação da exploração sexual no Brasil, destacando alguns fragmentos que comportam a realidade de Manaus.

Marcos importantes para a construção do conceito de exploração sexual

É consenso, para os estudiosos do tema, que a década de 90 foi considerada um marco importante para a construção do conceito e, sobretudo, do enfrentamento do uso sexual de crianças e de adolescentes no mercado do sexo.

Através de uma conscientização sobre a gravidade da questão a uma mobilização nacional, continental e internacional, tanto de organismos internacionais (OIT, INN, ONU) como de ONGs (ECPAT, BICE), entre outros, que promoveram importantes Seminários e Congressos, estudos, pesquisas e programas de atenção aos (às) vitimizados. (FALEIROS, 2000, s.p.).

Esta mobilização possibilitou importantes avanços no conhecimento e na compreensão da ideia de exploração sexual.

No início da década de 90, o uso de crianças e de adolescentes no comércio do sexo era designado por Prostituição Infantojuvenil. Não se havia ainda sido construída a ideia de exploração, e muito menos como produção industrial pornográfica.

A partir de um olhar voltado para o turismo sexual e o desenvolvimento de todo seu mercado (inclusive o tráfico de crianças e adolescentes), e o surgimento e rápida expansão do sexo via internet, possibilitou uma maior clareza sobre a importância da pornografia enquanto forma de exploração de crianças e adolescentes. (SERPA, 2011, s.p.).

Avançou-se também na compreensão das dimensões política e ética do fenômeno, ou seja, desse como uma

questão de cidadania e de direitos humanos e necessidade de restituição de direitos.

Nesta década também surgem Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDDCA), o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), o Fórum Nacional Permanente de Organizações Não Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 1993, se instalou a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar da prostituição infantojuvenil. A CPI chamou a atenção, pela primeira vez, para a impunidade, a ligação com o narcotráfico, a ausência de políticas de atendimento às meninas vitimizadas, a existência de rotas de tráfico internas e externas ao território nacional, o turismo sexual, a tipicidade da região amazônica (garimpos) e para o problema das adoções internacionais.

Em 1995, formou-se a Frente Parlamentar pelo Fim da Violência, Exploração e do Turismo Sexual contra Crianças e Adolescentes, que objetivava trabalhar no Congresso Nacional para a reformulação do Código Penal Brasileiro, para a aprovação de projetos de leis para beneficiar a vida das crianças e adolescentes e acompanhar e fiscalizar as ações dos Governos Federais, estaduais e municipais (SERPA, 2010).

Em 2000, a publicação do dossiê Crianças da Amazônia, realizado por entidades governamentais e não governamentais de Belém – PA, denunciou a existência de meninas em situação de escravidão sexual nos garimpos do Norte do país que suscitou várias reportagens, ainda denunciou situações similares em outras cidades (SERPA, 2010).

Em 2003 e 2004, foi instaurada a CPI da Exploração Sexual, dividida em quatro frentes: investigação de casos de exploração sexual comercial em todo território nacional; avaliação das políticas

públicas existentes; avaliação das medidas legislativas existentes e apresentação de projetos de lei para promover avanço nessa realidade e análise das formas de permanência de valores culturais que se colocam em confronto com a proteção integral da criança e do adolescente. Em suas investidas, os deputados e senadores se depararam com os relatos trágicos de desrespeito aos direitos de crianças e adolescentes, infâncias interrompidas por lucrativas redes nacionais e internacionais de pedófilos (SERPA, 2010). Essas mobilizações políticas, a partir da iniciativa de parlamentares, mudaram de forma consistente os caminhos das políticas públicas de enfrentamento dessa realidade, pois trouxeram à tona o tema e chamaram a atenção da opinião pública para uma questão que estava, de certa forma, banalizada, e valorizou a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Exploração sexual: conceitos e considerações importantes

No I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, em 1996, foi definido que exploração é o abuso sexual cometido por adulto, contra crianças e adolescentes, que envolve remuneração e transforma essas crianças e adolescentes em objeto sexual.

De acordo com Leal (1999), a exploração sexual comercial infantil é todo tipo de atividade em que as redes, usuários e pessoas usam o corpo de um menino, menina ou de adolescente para tirar vantagem ou proveito de caráter sexual com base numa relação de exploração comercial, de poder, e declara que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um crime contra a humanidade.

Segundo Rodrigues (2011), exploração sexual envolve a utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção do lucro, seja financeiro ou de qualquer outra espécie. Podendo ter a presença de um intermediário ou não entre a criança ou adolescente e o usuário ou cliente.

Para Faleiros (1996), a exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria comercialmente do corpo como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como “autônomo”, sem intermediários, o uso (abuso) do corpo em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginário e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários. Essa “imagem demarca”, parafraseando o moderno *marketing*, não é só característica das zonas de garimpo, mas de modernas redes que oferecem nos anúncios “corpinho de adolescente”, “cara de criança”, “loirinha”, “moreninha”.

Na descrição de Faleiros de exploração sexual, o corpo é marcado como mercadoria, que me faz pensar numa configuração do erotismo, de acordo com reflexões de Gregori (2003), onde a autora dá ênfase na “genitalidade”. Uma parte do corpo – os genitais – parece ser o objeto por excelência dessas sexualidades que se descortinam. A fragmentação do corpo em partes tem sido tema de inúmeros estudos. Na maioria das análises, tal fenômeno corresponde à crescente objetificação do corpo como resultante da cultura de consumo e das práticas médicas. Toda a vertente de estudos no interior das teorias feministas complexifica as interpretações que denunciam a objetificação. Em uma delas – a que contesta os binarismos mente/corpo, natureza/cultura e qualquer tipo de abordagem que resulta em essencializar ou substancializar –, o corpo passa a ser considerado corporalidade, algo que adquire capacidade de ação (*agency*).

Segundo Gregori (2003), essas teorias estão sendo elaboradas por autoras que buscam entender o corpo vivido como é representado e usado em situações culturais particulares. Para elas, o corpo não é nem bruto, nem passivo, mas está entrelaçado a sistemas de significado, significação e representação e é constitutivo deles. Por um lado, é um corpo significativo e significado; por outro, é um objeto de sistemas de coerção social, inscrição legal e trocas sexuais e econômicas.

Para Saffioti (1995), “[...] a exploração sexual pode ser explicada a partir de quatro eixos fundamentais: classe social, gênero, etnia e relação adultocêntrica”. Este último ponto tem sido discutido por vários especialistas que têm chamado a atenção para o comportamento predominante de adultos que desconsideram a opinião, sentimentos e necessidades de crianças e adolescentes.

Para o Instituto Interamericano Del Nino (s.d.), a exploração sexual é identificada pela utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção do lucro, seja financeiro ou de qualquer outra espécie, podendo ter a presença de um intermediário ou não entre a criança ou adolescente e o usuário ou cliente. É por isso que se diz que a criança ou adolescente foi explorada, e nunca prostituída, pois ela é vítima de um sistema de exploração comercial de sua sexualidade. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é compreendida por meio de quatro modalidades: prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico.

Prostituição, de acordo com Castanha (2008), se caracteriza como toda a atividade do mercado do sexo na qual atos sexuais são negociados em troca de dinheiro, da satisfação das necessidades básicas (alimentação, vestuário, moradia) ou acesso ao consumo de bens e serviços. Trata-se de prática pública e visível, justificada pelo mito machista de que a

sexualidade masculina é incontrollável e a prostituição é a profissão mais antiga do mundo. Segundo o autor, tal prática está presente em todas as classes sociais.

O tráfico é uma rede que exporta pessoas para outras localidades com a intenção de explorá-las sexualmente, visando à geração de renda. É uma espécie de escravidão moderna que desenvolve significativamente a indústria do sexo e a distorção dos direitos humanos (BRASIL ESCOLA, 2010).

O turismo sexual é a exploração de pessoas, em muitos casos, envolvendo crianças e adolescentes de um determinado local, sofrida por visitantes de outras cidades, estados e países (BRASIL ESCOLA, 2010).

A Pornografia é a exibição de cenas obscenas envolvendo crianças e adolescentes com a exposição das mesmas a práticas sexuais (BRASIL ESCOLA, 2010).

A palavra “prostituição”, apesar de ser considerada como uma modalidade, porque é troca de sexo por dinheiro e/ou favorecimentos, é um termo muito polêmico, pois remete à ideia de consentimento, desviando o enfoque da exploração sexual. Isto tira a criança e o adolescente da condição de vítimas, transportando-os para o papel de agentes da situação. Segundo especialistas, crianças e adolescentes são explorados sexualmente porque são induzidos a essa prática, seja por situação de pobreza, abuso sexual familiar ou estímulo ao consumo. Atualmente, vários campos de estudo estão interessados nesse tema, sobretudo o campo do direito, da sociologia, da psicologia e da antropologia. Nesse último campo, os debates feministas afirmam, em primeiro lugar, a importância de se observar como as diversas formas de diferenciação social que interagem com o gênero, o poder, a raça e questões voltadas para a sexualidade são fatores que se imbricam mutuamente e possuem um reflexo significativo nesse fenômeno e envolvem

mudança cultural. O segundo ponto tem emergido recentemente, e diz respeito à possibilidade de uma aproximação da realidade vivenciada por essas jovens, que busca mudar o ângulo de observação, não somente pela visão dos atores da rede de proteção, mas também pelas experiências, vivências e representações dessas jovens em situação de exploração. O que significa contemplar sob outro ângulo, com o objetivo de criar mais um mecanismo para compreender a exploração sexual.

Sexualidade, gênero e poder: repensando a noção de infância e adolescência

Segundo Andrade (1999),

A própria natureza da sexualidade não traz em si mesma as formas pelas quais ela pode ser vivida; a sexualidade tem infinitas formas de se manifestar e se expressa em inúmeras relações psicológicas e sociais e não somente naquelas que incluem genitalidade, ou seja, em atos sexuais.

O desenvolvimento da sexualidade, durante determinado tempo, foi entendido como um imperativo biológico centrado nos genitais, a partir de uma visão do ser humano como um animal (racional) produto de uma junção de células.

Segundo Faleiros, atualmente, o entendimento que se tem é de que desconsiderar ou fragmentar os aspectos biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, culturais e transcendentais que compõem a vida e a sexualidade humana impede a compreensão da pessoa como um ser múltiplo, complexo e integrado. Nesse sentido, as fases do desenvolvimento humano e da sua sexualidade devem ser compreendidas como a inter-relação entre esses múltiplos aspectos e as singularidades e particularidades de cada indivíduo no contexto em que está inserido.

A sexualidade faz parte da história da humanidade e está presente na história de vida de cada pessoa, desde o seu nascimento até a sua morte. Pensando por esse ângulo, crianças e adolescentes, como todas as pessoas, são sujeitos que possuem sexualidade. Essa sexualidade precisa ser respeitada na sua singularidade e, sobretudo, na sua autonomia. Atribuindo a pessoa, nessa fase, o direito ao desenvolvimento de sua sexualidade sem violência.

Em nossa sociedade, nessa primeira fase da vida, os direitos sexuais incluem o cuidado com o corpo da criança e uma educação sexual que viabilize um

aprendizado sobre o seu corpo, seu sexo e seu gênero sem preconceitos. Essa educação deve respeitar sua faixa etária e maturidade sexual.

Uma vivência da sexualidade nessa fase inclui a descoberta do corpo e dos seus sentidos de forma lúdica, por meio dos jogos sexuais infantis, onde a intenção não é a relação sexual em si (sexualidade genitalizada), mas sim a descoberta de si e do outro sem abuso e violência (FERREIRA, 2008).

Já na adolescência, que é um processo de transição da fase da infância para a fase adulta, os direitos sexuais incluem também um momento de autocuidado, porque ocorrem mudanças corporais, hormonais e psicológicas que envolvem a puberdade e uma preparação para a maturidade. As mudanças corporais criam outras necessidades, como o desejo sexual e experiências afetivas com outras pessoas.

Na adolescência, os direitos sexuais incluem, principalmente, o autocuidado. Nessa fase, as mudanças são mais intensas e inserem os (as) adolescentes no mundo do desejo sexual e da reprodução humana. Sexo, aqui, implica o autoconhecimento do corpo, o desejo de estar com outra pessoa e a afirmação do seu papel e identidade de gênero (FERREIRA, 2008).

No campo dos direitos sexuais relacionado a exploração sexual, tem-se discutido se adolescentes, ao terem uma experiência sexual com uma pessoa mais velha, depois de outras experiências, em troca de dinheiro, objetos de valor ou outros favores, pode ser interpretada como exploração e não como prostituição. Muitos magistrados já conduziram processos com a decisão de que uma adolescente, por já ter tido contato sexual com outros homens anteriormente, se enquadra na condição de prostituta e não de explorada sexualmente. Não estou destacando, neste ponto, exploração sexual masculina, que envolve pontos mais

polêmicos. Estou me delimitando apenas à exploração sexual feminina.

Na condição de pessoa em desenvolvimento, essa jovem possui esse direito? Nesse contexto, para se pensar a exploração sexual, faz-se necessário uma reflexão sobre qual o modelo de sexualidade que é repassado no processo de socialização de crianças e adolescentes em nossa sociedade. Esse modelo se constrói em diversos espaços sociais, como no espaço da família e da escola e nos espaços comunitários em geral.

Piscitelli (2006) destaca que os debates sobre os significados e a função do sexo são extremamente complexos quando envolvem temas vinculados à prostituição. Em um determinado momento, a prostituta ocupou tanto o lugar da escrava sexual quanto o do agente mais subversivo dentro de uma ordem social sexista. Nas correntes que percebem a vinculação das mulheres com o sexo como a raiz de sua opressão, a prostituição é vista como caso extremo do exercício abusivo do sexo, portanto, quem oferece serviços sexuais é considerada como inerentemente vítima de violência, objeto sexual, um ser passivo e carente de poder. Outras perspectivas consideram a vinculação das mulheres com o sexo a fonte de seu maior poder. Assim, a prostituta seria um símbolo da autonomia sexual das mulheres e, como tal, uma ameaça potencial ao controle patriarcal sobre a sexualidade das mulheres. Esses pontos de vistas antagônicos, juntamente com pontos de vistas equivocados de papéis de homens e mulheres, adultos e crianças, que permeiam o imaginário da sociedade, trazem, de certo modo, confusões sobre a posição da adolescente em situação de exploração sexual, com a confusão do papel de sujeição e subversão. Visto que durante muito tempo a exploração sexual era considerada como prostituição e não como uma violação de direito.

Pensando a ideia de sexualidade a partir desse foco e dos papéis de sujeição e subversão, o gênero ocupa um lugar muito importante para avaliarmos o fenômeno da exploração sexual, pois, segundo Ferreira (2008), os espaços na sociedade, são sexualizados e generificados, ou seja, contém informações simbólicas e representações sobre sexualidade e gênero, especialmente sobre os modelos de feminilidades e masculinidades.

Gênero é o papel social atribuído a uma pessoa baseado em seu sexo aparente e/ou em outros fatores contingentes. Para uma melhor compreensão do conceito de gênero, devemos diferenciá-lo do conceito de sexo. Portanto, sexo refere-se a um conjunto de fatores biológicos e gênero a um conjunto de fatores sociais e culturais. A categoria gênero aponta fundamentalmente para a desnaturalização das diferenças individuais (FERREIRA, 2008).

Para Almeida (1996), tanto o corpo sexuado como o indivíduo como gênero são resultados de processos de construção histórica e cultural. Nesse sentido, numa leitura de gênero, o importante é procurar explorar as complexidades tanto das construções de masculinidade quanto as de feminilidade, percebendo como essas construções são utilizadas como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação em diversos aspectos do social.

Para Strathern (2004), o gênero tem empreendido um questionamento do feminismo e levantado a necessidade de se entender noções de pessoa e a agência que ocorre no campo da feminilidade e na masculinidade. Dessa forma, o gênero pode ser interpretado com uma categoria aberta. O poder emerge tanto do feminino quanto do masculino de forma relativa, dependendo de determinadas situações.

Para Grossi (1998), o conceito de gênero chegou até nós por meio das pesquisadoras norte-americanas que

passaram a usar a categoria “gender” para falar das “origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”. A ênfase colocada na “origem social das identidades subjetivas” não é gratuita. De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos usadas nos exemplos mais corriqueiros, como “mulher não pode levantar peso” ou “homem não tem jeito para cuidar de criança”.

Assim, a antropologia feminista tem mostrado que essa explicação da ordem natural não passa de uma formulação ideológica, socialmente construída, que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Até o campo da ciência, que é uma invenção da sociedade com seu *status* de cientificidade, também mostrou seu peso ideológico de acordo com os valores ocidentais.

Nesse sentido, o gênero está relacionado à ideologia e produções simbólicas que podem estar ligadas a produções de poder, sobretudo em nossa sociedade ocidental. Bourdieu (2001), um grande estudioso sobre poder, defende a existência do poder simbólico, mediante o qual as classes dominantes (ou campos dominantes) são beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais que lhes possibilita exercer o poder. O poder simbólico consiste, então, “[...] esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 2001, p. 7-8). Percebe-se, nesse ponto, a presença da necessidade de legitimação do poder pelo outro para que seu exercício surta efeito. Essas relações de poder ocorrem na violência sexual – o conceito de abuso sexual apresenta essa característica. O abuso sexual se

caracteriza como o envolvimento de uma criança em atividade sexual de que ele/ela não tem compreensão, é incapaz de dar consentimento informado ou para a qual a criança não tem preparo, em termos de desenvolvimento para dar consentimento, ou que viola as leis ou os tabus sociais de uma sociedade.

O abuso sexual de uma criança é evidenciado por uma atividade entre uma criança e um adulto, ou entre uma criança e um adolescente que, por idade ou desenvolvimento, está em relação de responsabilidade, confiança ou poder. O abuso tem a intenção de gratificar ou satisfazer as necessidades da outra pessoa. Isso pode incluir, mas não limitar.

Wolf apud Ribeiro e Feldman-Bianco (2003, p. 20) sugere que uma forma de sermos educados “nas realidades do poder” seria “[...] nos engajarmos na produção sistemática de uma história do mundo moderno em que decifraríamos os processos de poder que criaram os atuais sistemas culturais e as ligações entre eles”.

Said (1999) faz alusão ao ponto de vista histórico, onde afirma que o sentido histórico é indispensável e supõe não apenas uma percepção do que é passado como também aquilo que dele permanece.

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é, de fato, passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos sobre realidades presentes e prioridades futuras (SAID, 1999, p. 33).

Nesse ponto, importa levantar questionamentos do quanto temos reproduzido nas relações de gênero, sexualidade e poder, relações que estão no passado,

que são reproduzidas em espaços sociais a partir de organização, reorganização social, cenário, modos distintos de percepção, ordenamento e reordenamento em termos de relações com o espaço.

Ao analisar alguns fragmentos históricos, especialmente na cidade de Manaus, podemos observar algumas questões que estão relacionadas ao tema principal deste artigo: exploração sexual.

No período da borracha, por exemplo, conforme Ribeiro (2011), o processo de evolução urbana de Manaus surge com o processo de exploração econômica, diferenciação espacial e situação de exploração sexual de mulheres. Esse autor destaca o processo sócio-histórico, assim como o da infraestrutura e dos equipamentos sociais nelas construídos, destaca a imagem das prostitutas de luxo francesas e polonesas como modelos, acompanhadas dos ricos barões da borracha que acendiam seus charutos com notas de cinquenta mil-réis. Enfatiza, em suas pesquisas, que a vida dessas mulheres contribuiu para aumentar a fama de Manaus como a cidade do sexo fácil, visão que perdura até hoje no imaginário de alguns turistas e pessoas que veem de outras localidades para trabalhar em Manaus. O autor também afirma que mesmo antes do declínio da borracha havia o baixo meretrício da Manaós, frequentado por outros clientes menos abastados. A zona das marafonas, pantuscas, regateiras e rameiras, que moravam em palafitas alugadas nos bairros de Educandos, São Raimundo e Igarapé Mestre Chico, e atendiam seus clientes nos cortiços e hotéis em péssimas condições. Isso também ocorria nas ruas Epaminondas, Beco do Comércio e Escadaria dos Remédios. Importa ressaltar que esses cortiços e hotéis ainda funcionam e a prostituição ainda perdura em algumas dessas ruas, na cidade de Manaus. Destaco que muitos especialistas alegam que o fato da área se caracterizar como zona

portuária é uma grande influência para esse tipo de atividade.

A partir de minhas experiências de pesquisa e atendimentos, observo que a Manaus Moderna, Zona Portuária de Manaus, onde ficam localizadas a principal feira e o mercado de gêneros alimentícios e produtos regionais, caracteriza-se como área de exploração sexual implícita, não é papável ou visível. Já tive oportunidade de desenvolver trabalhos de prevenção e presenciei meninas desenvolvendo atividades de trabalho infantil, vendendo sacola na feira, que aparentemente estavam sendo agenciadas para o mercado da exploração sexual, mas não tive como comprovar que esses fatos realmente aconteciam. Importa enfatizar que tanto a venda de sacolas quanto a exploração sexual se enquadram na modalidade de exploração do trabalho infantil.

Segundo Ribeiro (2011), dos diversos lugarejos do interior do Amazonas, muitas outras mulheres, ainda meninas, por aqui chegavam e chegam com promessas de trabalho em casa de família, e vivenciavam abusos sexuais praticados pelos patrões. Muitas dessas meninas, que vinham para trabalhar, também eram negociadas no comércio de regatão, fatos que ainda ocorrem hoje, em menor escala, em virtude das leis que protegem mulheres, crianças e adolescentes.

Em relação à situação de exploração sexual de meninas no Brasil, temos essa realidade ainda presente. O filme *Anjos do Sol* (2006), do diretor Rudi Lage Mann, retrata em uma de suas cenas uma família em situação social de miséria, vendendo a filha adolescente mais velha a um intermediador. A menina é obrigada a ingressar na exploração sexual essa é uma realidade muito frequente na região Norte e Nordeste do país.

Assim, a determinação colonial exposta aqui em fragmentos, como é uma determinação de poder que se inscreve nos padrões de organização do espaço, nas

questões de gênero e de sexualidade, no caso da prostituição e exploração sexual.

Redes e territórios: a exploração sexual do espaço material ao espaço virtual

Moraes (2001) descreve que nos países de formação colonial a dimensão espacial adquire condição singular na explicação dos processos sociais e da vida política em particular. Assim, a noção de território se insere nessa discussão sobre a exploração sexual como um ponto de partida para se pensar nas redes de exploração e redes de proteção da criança e do adolescente. Uma rede que funciona com laços de solidariedades (c o m sentido de trocas) num determinado território geográfico físico, mas pode ocorrer também num espaço virtual.

Na questão do território, para Moraes, a geografia emerge como uma determinação básica, reveladora de motivações e como instância explicativa de estruturas e práticas históricas. Destaca países formados na conquista de espaços, e que têm na apropriação territorial um móvel recorrente dos interesses e das alianças políticas.

Bohannan (1967) destaca outras formas de se pensar o território, retrata exemplos em que os princípios ordenadores de uma sociedade estão localizados em um ponto determinado da estrutura social. Hannerz (1997) mostra outra ideia que envolve território. Enfatiza, nesse cenário, a incidência de pessoas, continentes, raças e culturas. A partir do romance *Tenda dos Milagres*, mostra a distância cultural que separa navio e terra firme e as maneiras de atravessá-la. Demonstra como as ideias de fluxo, mobilidade, recombinação e emergência tornaram-se temas focais a partir da globalização e a transnacionalidade que passaram a fornecer os contextos para nossa reflexão sobre as

distâncias e proximidades nos espaços da exploração sexual e, sobretudo, como ocorrem trocas, mobilidades, combinações e recombinações a partir do que emerge nos ambientes, pois é muito comum observar como existem nas proximidades dos pontos de prostituição e exploração um comércio que envolve: motéis, casas de forró, cada de *stripers*, vendedores ambulantes, mototaxi, dentre outros. As afirmações de Boas (2005) trazem uma contribuição importante para a questão descrita.

As atividades do indivíduo são determinadas, em grande medida por seu ambiente social, por sua vez, suas próprias atividades influenciam a sociedade em que ele vive podendo nela gerar modificações. (BOAS, 2005, p. 47).

Muitas meninas em situação de exploração conseguem transitar nesses espaços comerciais e sociais de exploração e possuem dificuldades em transitar em espaços de cidadania, como os espaços da escola regular e das instituições de atendimento. Talvez essa seja a mesma distância entre o navio e a terra firme proposta por Hannerz (1997). As jovens estão muito distantes das redes de proteção.

A rede de proteção, por sua vez, pode ser analisada de acordo com as relações que os atores centrais de intervenção mantêm com essa questão. Mostra-se como uma rede fragmentada, em grande parte das vezes. Cada ator age de acordo com sua visão: o delegado e o juiz, no aparato repressivo, alcançam o abusador; a assistência recebe denúncias e dá abrigo; os conselhos tutelares aconselham e encaminham. Esses procedimentos, às vezes, não criam proximidade com as realidades dos jovens, como ocorre na rede de exploração, pois, muitas vezes, as famílias se sentem expostas e vulneráveis. Ninguém deseja na família alguém que seja vítima de violência sexual, pois isso estigmatiza e incomoda, muitas famílias se sentem expostas quando tratam dessa questão nos espaços de rede de proteção,

principalmente porque a questão sai da esfera privada.

Em contato com uma jovem de 17 anos em situação de exploração, em um determinado atendimento, ela mencionou que foi levada para a exploração sexual por uma conhecida inserida em sua comunidade, em seu bairro. Essa pessoa vendia roupas para jovens e oferecia as condições para que essas pudessem obter os objetos que elas desejavam, como roupas, calçados, dentre outros. Grande parte das jovens ingressa na rede pelas mãos de conhecidos, o que mostra que a articulação da rede de exploração é mais eficiente, aproxima-se com mais facilidade das jovens. Atualmente, na rede de proteção, para que um jovem participe de um programa de capacitação, emprego e renda, a idade mínima é em torno de 15 anos. Na rede de exploração não existe um limite de idade. Muitas meninas e meninos com idade inferior a 14 anos ingressam nessa rede.

Aqui se faz importante destacar, também, as redes familiares que, muitas vezes, sem perceber acabam por desenvolver relações fragilizadas que facilitam o ingresso da jovem na rede de exploração. Para Faleiros (2013), as redes familiares são redes primárias onde se fabrica a identificação primeira do ser humano como alguém nominado, com um sobrenome que o vincula às relações de família, com um projeto de vida e um curso de vida que o vinculam a uma condição e classe sociais determinadas, um *status* social que o vincula às oportunidades sociais, políticas e econômicas. O projeto de vida está vinculado a questões como: educação, formação, conhecimento, capacidade e capital cultural da família.

Ao observar as redes familiares dessas jovens que ingressam na exploração, percebo que ocorrem abusos sexuais, muitas vezes praticados a partir de uma rede autoritária em que predominam as relações dos mais fortes sobre os mais frágeis. Nesse caso, o abuso

sexual é predominantemente intrafamiliar, se produz nas relações mais próximas da criança. Na maioria das situações, é feito pelo pai ou pelo padrasto, ou ainda, pelo tio, pelo avô ou irmão mais velho. Ele se realiza, principalmente, contra crianças do sexo feminino. Isso não quer dizer que não aconteçam casos com crianças do sexo masculino. Os abusadores combinam, nessa relação autoritária de poder, sedução com ameaça.

Ambas impõem o segredo aos vitimizados e às testemunhas com o envolvimento dos atores na relação consanguínea e na relação de proteção da 'honra' e da subsistência da família. A família, nesse caso, funciona como clã, isto é, fechada e articulada. (FALEIROS, 2013, s.p.).

É interessante observar, na pesquisa de campo, como uma rede se organiza de forma até mesmo inconsciente. Em um dos pontos de prostituição que pesquisei, passam por lá várias jovens. Nesse ponto específico, do qual trato neste momento, fica sempre o mesmo mototaxi ao lado das jovens. Inicialmente, achei que ele fosse o agenciador das mulheres e adolescentes, porém, em um dia de pesquisa parei o carro para distribuir camisinhas e tentar conversar com elas. Eram duas jovens, uma de 19 e outra de 21, embora eu já tenha visto jovens com idade inferior a 18 anos nesse mesmo ponto. Quando comecei a conversa com elas, parou o carro de um jovem, aparentemente muito bonito, com uma idade aproximadamente entre 25 e 30 anos, que chamou o motoboy:

“– Ei, vem cá?”. O motoboy respondeu: – “Eu?” Como se não tivesse acreditando que estava sendo chamado pelo moço do carro. E o moço disse: “– É você mesmo vem aqui, pô!?” O motoboy foi meio desconfiado até lá.

O carro era de uma marca importada, um Tucson, da Hyundai. Enquanto isso acontecia, eu conversava com as jovens. Uma delas disse que estava ali porque era perto

de sua casa. Ela morava no bairro de Petrópolis, e seu ponto era no Aleixo, que são dois bairros próximos na zona Sul de Manaus. A outra, de 21 anos, não quis falar muito. Quando ele chamou o motoboy, eu entreguei as camisinhas e saí. Ao caminhar para meu carro, ouvi o motoboy falar: “Ele queria programa, mas vocês tavam conversando, não quis atrapalhar”.

Ele me pareceu um facilitador e não um agenciador dos programas das jovens, mas alguém que está ali para fazer o seu trabalho, e onde o seu trabalho tem uma importância naquela rede. Cria-se, então, uma rede de solidariedade que se auxilia, se apóia. Nas atividades de campo, percebo que as jovens fazem programas com motoboys e também utilizam seus serviços para se deslocar de um ponto a outro, quando necessário. Em outro ponto de prostituição que pesquisei, em frente a um restaurante, que se caracteriza como meu ponto de observação mais mimético, porque fico apenas na atividade de observação, percebo que após receberem uma ligação pelo celular, desligam o telefone e ligam para os motoboys. Eles aparecem rapidamente para levá-las e depois as trazem de volta.

Para Feldman-Bianco (1987) apud Mitchell e Barners, que discutem, respectivamente, a relevância dos conceitos de rede social para o estudo de situações nas quais aglomerados de indivíduos não formam necessariamente grupos permanentes como, por exemplo (mas não somente), no contexto urbano. Barners, sobretudo, segundo a autora, trata dos diversos usos do conceito de redes sociais. Para ela, o conceito de rede social foi elaborado com a preocupação, explicitar os princípios estruturais, organizando a ação de “não-grupos” e de organizações invisíveis e informais em contextos considerados complexos.

Boissevain, por sua vez, apóia-se na ideia de um instrumento capaz de apreender em minúcia. Para termos uma visão mais detalhada desse tipo de inter-

relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede, nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca (ELIAS, 1994, p. 35). Alianças temporais e relações em constante mudança.

Segundo Faleiros (1998, s.p.),

As redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação de atores/organizações, forças existentes no território, para uma ação conjunta multidimensional, com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada.

Souza (2001) destaca a importância e a compreensão das relações de poder, as relações com os recursos naturais, as relações de produção ou as ligações afetivas e de identidades entre um grupo social e seu espaço. Também destaca como importante a compreensão de quem domina ou influencia e de como domina e influencia esse espaço. Trabalha a ideia de poder-território-autonomia não reduzido apenas à figura do Estado. Essa ideia destaca de forma significativa o espaço da situação de exploração sexual, pois nos territórios ocorrem ligações de afinidade social.

Souza (2001) cita, inclusive em seus estudos, a constituição de grupos determinantes ligados à noção de território como: território da prostituição; destaca um espaço concreto em si com características de grupos sociais; define limites de autoridade: nós e os outros; traz a ideia de territorialidades do tráfego, da prostituição masculina e feminina; apresenta a ideia de território descontínuo ou rede articular de dois ou mais territórios contínuos, dois ou mais territórios ligados por arcos.

As relações exercidas sobre o espaço-território nos

dias atuais são de uma complexidade muito grande e, devido ao modo de produção capitalista ter dinamizado o território a partir de novas necessidades de circulação de pessoas, informações/comunicações e mercadorias, as transformações no cotidiano das pessoas, também se alteraram sensivelmente (SOUZA, 2001).

Desse modo, na visão de Souza (2001), o território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Mesmo privilegiando as transformações provenientes do poder no território, o autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes.

Saímos agora do espaço material para o espaço virtual. O espaço da prostituição e exploração na internet, o ciberespaço, onde muitas meninas transitam facilmente nas redes sociais, configurando, assim, as noções de porosidade do território, bem como a ideia que envolvem e refazem essa ideia de territorialização. A separação entre “realidade”, representação simbólica e as relações humanas, que se desenvolvem em um ambiente virtual como um espaço de erotização.

Geralmente a imagem produzida, cristaliza a erotização de forma explícita ou subliminar, por meio de ícones e símbolos que representam uma ingenuidade ou pureza da infância e juventude nos programas de televisão, *outdoor*, *Internet* etc.

A erotização, segundo Giddens (1996), pode fortalecer, nas sociedades machistas, desejos que vão se internalizando de tal maneira que é preciso descarregar essa energia erótica numa dada prática sexual, o que historicamente era realizada em prostíbulos, hoje existem outros estabelecimentos e formas sofisticadas, que envolvem crianças e adolescentes, como: a pornografia na internet, o turismo

sexual (*folders, books* etc.), os classificados de jornais e outros meios de comunicação ligados em redes globalizadas do sexo, os quais se constituem em verdadeiros espaços de busca sexual e erotismo. Há, portanto, um processo de sofisticação da produção da imagem nesses campos virtuais.

Ao pensar em território e redes, podemos observar que nesses espaços em que as situações de exploração se configuram, os laços de solidariedade (no sentido de troca) são construídos. E a concepção dos autores sobre rede e território destacada neste artigo, aparentemente contrastantes, se complementam nas realidades que tenho acompanhado nesse campo de pesquisa.

Para concluir

Observa-se que o fenômeno da exploração sexual é muito amplo e complexo e necessita de uma análise diferenciada para se pensar o fenômeno. Avanços nessa ideia têm sido traçados e demarcados nos mais variados campos de estudo, inclusive a ideia de mudar a concepção e diferenciar exploração sexual de prostituição.

Ao se pensar nas categorias de gênero, poder e sexualidade, bem como em categorias como rede, territórios geográficos e virtuais, observa-se que esses pontos são importantes demarcadores para se compreender a realidade da exploração sexual de forma macroscópica. Esses conceitos podem auxiliar no detalhamento e explicação de parte dessa realidade tão controversa.

É importante destacar que tais demarcadores surgiram a partir das experiências de campo da realidade pesquisada. É o que foi visto e presenciado a partir da experiência na rede de proteção e rede de exploração adaptado às teorias vigentes.

Podemos perceber, na realidade da exploração

sexual, que a rede de exploração tem demonstrado uma organização que assimila mais facilmente crianças e adolescentes em relação à rede, que ainda se apresenta muito fragmentada e sem uma comunicação mais efetiva entre os vários atores da rede de proteção. A rede de exploração demonstra também estratégias de comunicação mais eficientes que cria vínculos de solidariedade entre seus atores

A partir da ideia de rede, podemos perceber que deve haver um mapeamento das atividades econômicas que facilitam a inserção de pessoas na rede de exploração comercial.

Dentro da rede de exploração é perceptível elementos que possibilitam inferências de certa cultura de naturalização, que se constroem de acordo com o imaginário social. Muitas pessoas da rede de exploração banalizam a exploração sexual, e muitos destes atores não percebem como suas atividades fazem parte de uma rede de trocas que envolve a prostituição e exploração de adolescentes.

É necessário pensar em categorias de gênero, sexualidade e poder em outra esfera, por outro ângulo, mudanças que devem acontecer no campo da educação, da saúde, dos papéis familiares, na forma de educar crianças e adolescentes. É pensar, também, a criança e o adolescente de forma descaracterizada da visão adultocêntrica que aparece em nossa sociedade.

É importante também que as redes de proteção se organizem, criem novas estratégias de atendimento mais efetivas, com outras formas de atender e acompanhar a realidade de exploração sexual que chegam aos centros de atendimento com menos frequência do que o abuso sexual, e que muitas vezes não são caracterizadas como exploração em virtude da naturalização dessa realidade.

Faz-se necessário também melhorar as formas de atendimento e comunicação entre os entes da rede de proteção que, muitas vezes, não falam a mesma língua e

não se comunicam efetivamente. Não se pode focar os atendimentos somente na criminalização, mas sobretudo na prevenção, olhando para essa realidade como uma questão de saúde pública e cidadania.

Referências

ANDRADE, Suely. *O desenvolvimento da sexualidade*. Montevideo: BICE, 1999.

BRASIL ESCOLA. *Exploração sexual*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sexualidade/exploracao-sexual>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

BOHANNAN, Paul. *Introduction in beyond the frontier. social process and cultural change*. New York: The Natural History Press, 1967.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTANHA, Neide (Org). “Direitos sexuais são Direitos Humanos.” *Caderno Temático*, Brasília, 2008.

ELIAS, Norbet. *Asociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALEIROS, Eva T. Silveira. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000.

FERREIRA, Rosário de Maria da Costa. Direitos Humanos e Sexualidade. *Caderno de Conteúdo: fortalecimento da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes*, Guarulhos-SP, Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD), Secretaria Especial dos

Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Algumas questões sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

_____. *Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção*. Disponível em: <<http://www.pt-pr.org.br>>.

Acesso em: 20 abr. 2013.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder*: contribuições de Eric R. Wolf. Trad. de Pedro Maia Soares. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp, 2003.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global Universitário, 1987.

GIDDENS, Antony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP, 1996.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. *Cadernos Pagu*, v. 20, p. 87-120, 2003.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. *Revista Antropologia em Primeira Mão*, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos. *MANA*, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

INSTITUTO INTERAMERICANO DEL NINO/OEA. [S.l.: s.n.], 1999.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe* (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

MOORE, Herietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, n. 14, p. 13-44, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Bases da formação territorial do Brasil. *Geografares*, Vitória, n. 2, p. 105-113, jun. 2001.

PISCITELLI, Adriana. Sujeição ou subversão? Migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *Revista História e Perspectivas*, n. 35, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

RODRIGUES, Eliete Matias. Desafios no combate à exploração sexual de crianças e adolescente. *Revista digital Multidisciplinar do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, n. 4, abr./maio/jun. 2011. Criança e adolescente.

SAID, Esward. Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas. In: *CULTURAL e imperialismo*. Cia das Letras, São Paulo, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, classe, raça*. São Paulo: [s.n], 1995.

SERPA, Monise Gomes. Primeiras experiências de exploração sexual: um estudo sobre o processo de aproximação de adolescentes a essa realidade. Centro Universitário Franciscano – UNIFRA Santa Maria. *Psico*, v. 41, n. 1, p. 32-39, jan./mar. 2010.

SERPA, Anna Maria Petronetto. Apresentação. *1ª Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória: o lugar da pesquisa científica no cotidiano da Assistência Social*, Vitória, n. 1, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. *Geografia: conceitos e*

temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

Violências domésticas e sexuais e democracia

Raquel Wiggers

Venho trabalhando há algum tempo com situações de violência sexual de crianças e adolescentes em Manaus, deparando-me com realidades duras, situações tristes e um problema social bastante sério. Para além disso, há um esforço de ressaltar e falar do Abuso Sexual como um problema, a fim de criar um discurso social de indignação com relação a essa violência. Há também um esforço de interpretação antropológica de casos de Abuso Sexual, buscando entender como se dão as relações que constituem a violência sexual contra crianças e adolescentes, partindo das perspectivas das vítimas, dos familiares e abusadores,¹ buscando estabelecer conceitos e categorias que contribuam para a abordagem do problema que é Abuso Sexual como violência doméstica, respeitando especificidades, culturas, arranjos e realidades locais.

Uma breve revisão sobre violência

Ao retomar alguns autores brasileiros que tratam do tema violência, corroboramos a afirmação de Soares de que existem diversas formas de entender e analisar o assunto. E uma diferença entre duas formas de abordagem da violência pode ser expressa dessa forma:

a daqueles que tratam-na como *anomia*² e a daqueles que a consideram *constituidora*³ de relações sociais.

Pensar na violência como *anomia* parte do princípio de que atitudes agressivas contra o ser humano e/ou contra a propriedade provocam a quebra das relações e o caos social. Por outro lado, quando a violência é analisada como *constituidora* de relações sociais, parte-se do princípio de que, mais do que ser intrínseca a algumas formas de relação entre as pessoas, ela pode, em diversas situações, constituí-las.

O texto de Adorno (1995) é ilustrativo dessas duas posturas. Nele é traçado um painel das formas que a violência assume em nossos dias, fazendo uma retrospectiva no passado brasileiro e apontando que, em muitos momentos, a violência foi usada para resolver conflitos de ordens diversas. Segundo o autor, é possível aí “[...] entrever o caráter costumeiro, institucionalizado e de imperativo moral de que **ainda** se revestem as ações violentas na sociedade brasileira contemporânea.” (ADORNO, 1995, p. 304, grifo nosso). Acrescenta ainda que a análise dos cenários distintos, porém interconectados, demonstra que fatos de natureza violenta não são episódicos, ocasionais ou conjunturais, pelo contrário,

[...] apontam para uma conclusão inversa: trata-se de fatos rotineiros, cotidianos, com larga aceitação entre diferentes grupos da sociedade. Parece haver uma inclinação da sociedade para reconhecê-los como ‘normais’, como se fossem meios naturais de resolução de conflito, seja nas relações entre classes sociais, seja nas relações intersubjetivas. (ADORNO, 1995, p. 321).

No texto referenciado Adorno ilustra o caráter constituidor que a violência muitas vezes assume em diversos segmentos sociais da sociedade brasileira. E aponta que em muitas situações ela é pensada como uma forma legítima de se resolver conflitos de ordens diversas. Seu esforço é no sentido de reforçar a

necessidade de explicar e desconstruir essa “naturalização”, ao defender que ela só acontece por conta das desigualdades sociais, pela má distribuição de renda, falta de escola para os jovens, e pelo fato de a justiça não ser acessível a todos indistintamente. Com isso retira dos atores a responsabilidade por seus atos e os explica como resposta a um estímulo externo. Com essa posição, o autor torna *negativa* a concepção de violência, retirando dos atos violentos a possibilidade de configurarem-se como formas de resolução dos conflitos e remetendo essa função ao aparelho judiciário. Para esse autor, é mediante a cultura política democrática que se torna possível desconstruir a linguagem que naturaliza e normaliza a violência.

Essa postura de tentar retirar dos atos violentos o caráter constituidor que eles possam ter também pode ser constatada no discurso oficial sobre violência doméstica. Como veremos a seguir, esse vem sendo o hábito de diversos agentes sociais⁴ que trabalham com a questão, como delegados de polícia, assistentes sociais ou conselheiras tutelares. E é importante porque marca a crescente oficialização de uma forma de conceber a violência, predominante nestas últimas décadas, em que qualquer agressão é percebida como tal, mesmo não incluindo qualquer tipo de contato físico. A violência, dessa forma, deixa de ser apenas um ataque físico ao corpo do outro e passa a englobar também atitudes de outras ordens, como a violência simbólica ou psicológica.

Por sua vez, Diógenes (1998), em um exemplo de uma pesquisa que trata da violência, nos remete novamente para a constatação de Soares de que ela é um fenômeno interpretado e vivenciado de diferentes maneiras por diferentes pessoas. Ao trabalhar com gangues em Fortaleza, a autora centrou-se na pergunta: o que os jovens consideram violência? Ela percebeu que

entre esses jovens havia uma ideia “esvaziada” da violência, como se não fosse lógico falar sobre ela. Isso ficou claro quando um de seus informantes disse que “eles não veem a violência, violência é rotina”. Aos olhos da investigadora, a violência é um acontecimento, para a experiência das gangues, ela diluía-se até se tornar imperceptível, entranhava-se no cotidiano até chegar a ser invisível. A autora sugere tratar da violência em termos de práticas e relações ensejadas no seu campo. Isso porque, “[...] nas gangues, a violência não está simbolizada, é muda de significantes, ela não tem projeto e não aponta, intencionalmente, um outro código de conduta.” (DIÓGENES, 1998, p. 226).

Outro exemplo de uma forma diferente de se pensar teoricamente sobre o tema é aquela proposta por Arendt (1984), que propõe a distinção entre os conceitos de poder, força e violência, conceitos estes que são retomados e trabalhados por Chauí (1985) e Felipe (1996), e a eles acrescentam o de agressão.⁵ Baseados nessa distinção teórica podemos associar à agressão muitos atos que são considerados violência por outros autores, uma vez que, no caso dessas autoras, ambos são definidos a partir do efeito que o ato violento tem sobre o agredido. Temos assim que enquanto os autores tratados até aqui reduzem todos esses conceitos a um, essas autoras desdobram o conceito de violência em outros, abrindo assim a possibilidade de se desmembrar o conceito em outros tantos que se mostrarem úteis para a análise.

A violência contra a mulher

Estes conceitos de *violência contra mulher*, e um desdobramento que é a *violência contra crianças e adolescentes*, foram forjados no âmbito das discussões e reivindicações feministas que iniciaram seus

protestos mais enfáticos no fim dos anos 1970 e início dos 1980. Essas mobilizações colaboraram muito para o aumento da visibilidade dos casos em que mulheres eram assassinadas por seus companheiros e tomaram como ponto principal a impunidade dos assassinos, trazendo para a ordem do dia a denúncia de opressão da mulher na sociedade brasileira. Dessa forma, o movimento feminista tem grande responsabilidade na visualização crescente que teve a violência nas últimas décadas.

A violência contra mulher vem se transformando em um problema social desde os anos 80, e antes disso era muito comum os assassinatos de mulheres terem como justificativa a *legítima defesa da honra*. A indignação que sentimos hoje diante da violência contra mulher, era muito menor naquele tempo, pois esse tipo de violência nem sempre foi um problema social. No Brasil estamos num processo, durante as últimas três ou quatro décadas, de problematizar isso que denominamos como violência contra mulher.

Embora a violência seja um tema que vem ocupando o ser humano desde muito tempo, nas últimas décadas ela passou a ser um símbolo da contemporaneidade e da modernidade. Hoje os fenômenos de violência têm tido grande repercussão e importância, fazendo com que estejam presentes nos mais variados discursos sobre nossa sociedade. Supostamente, a violência invadiu todas as áreas da vida e da relação do indivíduo com o mundo das coisas, com o mundo das pessoas, com seu corpo e sua mente (FREIRE; COSTA, 1984, p. 9) e, por isso, se configura como um grande problema social. Ribeiro define:

[...] 'construção de um problema social' como um processo pelo qual um determinado grupo (velhos, mulheres, crianças, índios etc.) é distinguido e a situação em que se encontram seus integrantes é considerada, por alguma razão, socialmente problemática. A distinção do

grupo se afirma pela discussão de concepções que os definem como sendo pessoas que ameaçam a paz pública ou que se devem ser especialmente protegidas ou que não devem ser discriminadas etc. A legislação é parte deste processo e constitui-se num dos principais instrumentos que atribui oficialidade a definições que não contam, necessariamente, com o consenso a seu respeito mas que num processo de lutas sociais são formalizadas como legítimas. A construção de um problema social envolve também sua transformação em objeto de mobilizações, disputas e alvo de políticas sociais. (RIBEIRO, 1998, s.p.).

As grandes cidades, onde diariamente são noticiados um elevado número de casos de assaltos, homicídios, estupros e acidentes de trânsito, são os cenários privilegiados do problema social que é a violência. A variedade das situações violentas vividas e anunciadas provocam estudos em diferentes áreas do saber, relacionadas principalmente com saúde pública, criminalidade, favelas das grandes cidades, segurança pública. Existe ampla discussão nos meios acadêmicos, na mídia e nos organismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos sobre a violência. No Brasil, foi no início dos anos 80 que a discussão sobre a violência associada ao urbano e à modernidade passa a ser amplamente divulgada e debatida.

Com relação à violência doméstica contra mulheres, ocorrida dentro dos lares e das relações afetivas, em que o agressor tem relação com a mulher que agride, o movimento feminista teve um papel determinante em torná-la um problema social. O movimento feminista brasileiro, no final da década de 70, deu visibilidade ao problema das violências perpetradas contra mulheres. As lutas feministas a respeito do tema iniciaram de forma intensa, em 1979, por ocasião do julgamento de Doca Street pelo assassinato de sua companheira Ângela Diniz. Esse caso teve grande repercussão por causa da pena a que foi condenado Doca Street: dois anos “com sursis”, sob argumento de defesa sobre a “legítima defesa da honra”

e sobre a “violenta emoção” (GROSSI, 1994, p. 474; PORTO, 2002). Os olhares de todo Brasil voltaram-se para o caso Ângela Diniz, porque esse caso era paradigmático de algo que estava se tornando um problema social a ser explicitado e combatido nas instâncias públicas. O caso tornou-se símbolo das lutas feministas para que homens assassinos de mulheres não ficassem impunes.

Uma vez que nessa época homens acusados de assassinar a t o de esposas e companheiras eram condenados a penas amenas sob argumento de “legítima defesa da honra”. Conforme Porto (2002), as questões a respeito da violência doméstica e conjugal passaram a ganhar maior espaço a partir do início da década de 1980, e o problema da violência doméstica e conjugal, antes da ordem do privado e do doméstico, começou a adquirir visibilidade pública ao ser tratado como uma violação dos Direitos Humanos. Ao denunciar os assassinatos de mulheres por seus companheiros, e a forma como ficavam impunes, as feministas chamavam a atenção para a necessidade de se ter uma atitude policial e jurídica mais apropriada para tais crimes, criticando veementemente as teses da *legítima defesa da honra* e da *violenta emoção*, que tradicionalmente inocentava os maridos criminosos.

O movimento feminista fez grandes esforços para a violência doméstica ser tratada como um problema social, e no contexto dessas lutas foram criados, a partir da década de 1980, grupos ligados à denúncia dos crimes e ao amparo às vítimas, como o SOS Mulher, os Conselhos da Condição Feminina, as Delegacias de Defesa da Mulher, e finalmente, nos anos 90, as casas-abrigo (GROSSI, 1998, p. 296; BRANDÃO, 1996, p. 20). Entre 1996 e 1999, mais de uma década depois da implementação da primeira Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher (Deam), fiz pesquisa na Deam de Florianópolis. Entrei em contato com uma realidade recorrentemente descrita

nos artigos publicados sobre as Deam, o uso que as mulheres fazem da queixa na delegacia. As mulheres que participaram desta pesquisa buscavam nas Deam um tipo de solução para seus problemas domésticos e para as situações de violência conjugal que não eram aqueles para as quais as delegacias foram criadas. Aquelas mulheres buscavam, na delegacia, uma intervenção em suas vidas domésticas, mas geralmente não queriam a prisão do agressor, não queriam que o *pai de seus filhos* fosse preso ou fichado pela polícia. Um caso que descrevo em Wiggers (2000) é o de uma mulher que denuncia seu filho na polícia para que o rapaz *leve um susto*, e deixe de se envolver com o tráfico de drogas.

Outro caso trata da denúncia feita por uma mulher contra seu esposo, durante uma briga de casal em que os parentes e os vizinhos foram chamados para intervir, como ela não tinha seus parentes morando próximo, utilizou-se da queixa na delegacia como uma forma de se proteger de possíveis futuras agressões (WIGGERS, 2000).

Apesar de alguns desencontros, as Deam são representativas de instituições paradigmáticas que relacionam as dimensões pública e privada. Nesse âmbito, a violência doméstica, tida como algo do mundo privado, alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Além disso, as Deam fazem o meio de campo entre a lei e a vida privada das pessoas. Os jogos de poder dentro de uma relação conjugal têm como resultado diversas formas de atitudes violentas e de opressão, que nem sempre são consideradas crimes, sob a tutela do Estado. Nesse contexto, a lista dos atos que são considerados violências se amplia para além daqueles considerados crimes pelo código penal.

Ao denunciar os assassinatos de mulheres, seus companheiros e a forma como ficavam impunes, as

feministas chamavam a atenção para a necessidade de se ter uma atitude policial e jurídica mais apropriada para tais crimes, criticando, veementemente, a tese de legítima defesa da honra e a da violenta emoção, que tradicionalmente inocentavam os maridos criminosos.

Esse movimento de transformar a violência contra a mulher em um problema social e a resposta da sociedade com a criação dos órgãos de defesa das mulheres, é um movimento em direção à democracia. Um movimento em direção ao estado democrático, onde todos os cidadãos, homens e mulheres, tenham seus direitos assegurados. Estamos em uma luta há 30 ou 40 anos no sentido de promoção dos direitos das mulheres, e no ensejo dessa luta, outras vêm sendo construídas, como os direitos de LGBT e os das crianças. É importante o papel dos jornais na constituição e divulgação das lutas sociais. A violência contra a mulher tem sido, de tempos em tempos, noticiada em jornais como algo que deve ser combatido. Landini (2004) afirma que:

O jornal é, provavelmente, o principal veículo de comunicação que informa as pessoas sobre a realidade da violência sexual e da pornografia infantil na internet. Ao passar informação para o leitor, o jornal recria a realidade, enfatizando alguns pontos e ignorando outros. Entretanto, o próprio jornal instiga a discussão a respeito de uma possível solução para o problema. (LANDINI, 2004, p. 337).

Concordamos com a afirmação de que os jornais são o principal veículo de comunicação, que informa as pessoas sobre casos na internet e estendemos a atuação também para casos de abuso e exploração sexual que ocorrem na cidade e são denunciados. Ao noticiar os casos, recriam o problema e passam informações ao leitor com olhar direcionado, recriando a realidade, enfatizando uns pontos e ignorando outros.

Notícias em jornais de Manaus

Os jornais, sejam escritos ou televisivos, têm grande influência na formação de opinião do público. Em Manaus, atualmente, há dois tipos de jornais circulando, um popular, de 25 centavos, e outro para as classes médias. Esse último tem mantido um tom de indignação ao noticiar sobre violências, abusos e explorações sexuais. O outro tipo de jornal, para público popular, tem sido mais complacente com esse tipo de notícia.

Apresento uma matéria do jornal Maskate, um dentre os quatro jornais populares de Manaus, que tem um teor peculiar, onde os casos são noticiados com uso de gírias locais e tom jocoso. A matéria, a seguir, foi publicada em maio de 2012, intitulada “O pintor que gostava de pintar”:

[...] vagabundo que diz que é pintor, de 42 anos, foi preso pelos briosos tiras da polícia militar na rua São José, do Bairro Jorge Teixeira, etapa 4, na nossa fantástica Zona Leste. Depois que foi denunciado pelas duas enteadas, uma de 12 e a outra de 13, de que ele estava se deliciando estuprando as duas, diariamente há vários meses, sempre com muito tesão, em depoimento à polícia, as vítimas disseram que o bonitão penetrava as meninas alegremente e sempre prometia vários presentes, ele só se irritava quando as duas diziam que iam contar a pornografia para a mãe. Nessa hora, ele se zangava e dizia que ia matar todo mundo. Quem descobriu a parada foi o tio que notou que as crianças estavam agindo de forma muito acuada e triste. O crime foi registrado no 14to distrito integrado de polícia.

Temos percebido que nos jornais de 25 centavos, direcionado e bastante lido pela população mais pobre, as notícias, em geral, têm um tom e um discurso social permissivo e jocoso, e as notícias sobre abuso sexual e estupro também são noticiadas dessa forma.

O estupro noticiado não suscita indignação, descrevendo a violência cometida como algo possível que dá prazer (“estava se deliciando estuprando as duas”), alegria (“penetrava as meninas alegremente”),

ociosidade (“vagabundo” que abusa em contraponto com os “briosos tiras da polícia militar”). Fazendo trocadilhos jocosos entre a violência sexual e o pênis do abusador, elaborando um tom de piada (“o pintor que gostava de pintar”), onde a ameaça é violenta o estupro não o é (“prometia vários presentes”, “só se irritava quando as duas diziam que iam contar a pornografia para a mãe”).

É uma notícia onde os homens são ativos, fortes, abusadores e denunciadores, os agentes na situação. As mulheres são passivas das ações dos homens, seja a mãe ou as meninas que sofrem o abuso. Nesse contexto, uma mulher que sofre ou testemunha a violência, e lê uma matéria com esse teor fica muito fragilizada para ir à delegacia fazer uma denúncia.

No movimento pela democracia, onde todas as pessoas têm os mesmos direitos, as pessoas das classes menos favorecidas da população não devem ser convencidas a considerar estupro como um deleite do estuprador, e se acostumar com frases como “ele estava se deliciando estuprando as duas...”. Para um Estado democrático e de direitos, é necessário que esses casos sejam considerados absurdos, seja nos jornais direcionados às classes médias, seja naqueles direcionados às classes trabalhadoras.

Podemos dizer que a luta pela igualdade de direitos em uma sociedade democrática ainda tem um longo caminho a ser percorrido. Convidamos a todos, homens e mulheres, para seguir lutando contra as violências contra mulheres, contra as crianças, contra todo tipo de submissão do outro por meios violentos, que destrua a possibilidade e a capacidade de ser sujeito e compromete a democracia.

Referências

ADORNO, Sérgio. A criminalidade urbana violenta no

Brasil: um recorte temático. *BIB Anpocs*, n. 35, 1. semestre de 1993.

ARENDRT, Hanah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CHAUÍ, Marilene. Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas antropológicas da Mulher*, n. 4, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, p. 23-62, 1985.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência, gangues, galeras e movimento hip hop*. São Paulo: Anna Blume, 1998.

SANTOS, José Vicente. *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 164-182.

FREIRE E COSTA, Jurandir. O medo social. *Revista Veja: 25 anos*, São Paulo, 1994. Reflexões para o futuro.

FREIRE E COSTA, Jornadir. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal editor, 1984.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas, um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Anpocs, 1993.

GROSSI, M. P. Reflexões em torno do significado da violência nas relações de gênero no Brasil. *Boletim sexualidade, gênero e sociedade*, Rio de Janeiro, Cepesp/IMS/ Uerj, 1995.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. *A inserção do Conselho Tutelar na Construção do problema social da infância e da adolescência: um estudo de caso a partir do Conselho Tutelar da Microrregião 3 de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-UFRGS, Porto

Alegre, 1998.

RIFIOTIS, Theóphilos. *Entre dois amores... apontamentos sobre um dilema ético no estudo da violência: cidadania, democracia e diferença*. Texto apresentado no Encontro “Tendências Atuais no Estudo da Violência” realizado na UFSC, Florianópolis, 1996.

SILVA, M. E. A. da. *Mulher substantivo masculino*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

WIGGERS, Raquel. *Violência contra mulher: o que mudou em dez anos? Anais Fazendo o Gênero*. Florianópolis, 2008.

WIGGERS, Raquel. *Família em conflito: violência, espaço doméstico e categorias de parentesco em grupos populares de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado)-UFSC, Ilha de Santa Catarina, 2000.

Segunda Parte
Relatos Etnográficos e
experiências

Abuso sexual e masculinidades: um relato sobre o grupo de autores

Natã Souza Lima

O Grupo de Autores é um atendimento psicossocial para pessoas acusadas de abuso sexual de crianças e adolescentes. As reuniões desse grupo ocorrem quinzenalmente, sempre às sextas-feiras, nas instalações do Creas (Centro de Referência Especializado em Assistência Social)⁶ de Manaus, Amazonas. Todos os *autores*⁷ atendidos são homens, ainda que o abuso sexual também possa ser perpetrado por mulheres. Durante a pesquisa o Grupo de Autores, tinha sete membros frequentes: a psicóloga que coordena o Grupo, um psicólogo auxiliar e eu; e quatro homens acusados de ter cometido abuso sexual, que aqui optei por chamar *Magistri, Rei Salomão, Chefes e Major*.⁸

Frequentei as reuniões do Grupo de Autores no período de outubro de 2011 até outubro de 2013, participando de 20 encontros. Mesmo que a periodicidade ideal do grupo seja quinzenal, isso não ocorre na prática. No ano de 2013, ficamos cerca de dois meses sem reuniões por conta das dificuldades de conciliação das agendas, ou porque o Creas, não estava funcionando.

Optei, na pesquisa, por não os procurar além das reuniões do Grupo. Essa escolha se deu por não

saberemos como eu iria lidar nas reuniões, se eu soubesse das realidades de cada um dos *autores* no seu cotidiano. Até o fim da pesquisa, evitei ler as fichas de atendimento que expunham os detalhes do abuso sexual – como e contra quem tinham sido feitos.

Não escapei desses detalhes por muito tempo. Durante alguns dos poucos encontros que tive apenas com os *autores*, sem a psicóloga, eles acabaram por me contar “o que foi que aconteceu”: algumas informações verdadeiras, outras nem tanto. Contudo, as falas expressavam representações sobre a vida, a partir do Abuso Sexual cometido. As representações podem ser compreendidas como noções essenciais que dominam toda a vida intelectual. Podem ser compreendidas como categorias do entendimento ou noções que atribuímos às coisas e fenômenos da vida. As representações são “como quadros sólidos que encerram o pensamento” ou ainda “como a ossatura da inteligência” (DURKHEIM, 1996). Ao buscar representações relacionadas ao abuso sexual nas falas dos *autores*, empreendo buscar noções ou estruturas de pensamento que tornam o abuso sexual “possível”.

Assim, interessa saber como eram elaboradas as falas em Grupo, que diferenças apresentavam entre si na mesma reunião e que diferenças surgiam quando algo na estrutura das reuniões do Grupo mudava (como quando a psicóloga não comparece e estiveram sozinhos comigo).

Descrevo como ocorrem as reuniões do Grupo de Autores, buscando compreender o que pretendem e como a metodologia de atendimento psicossocial proposta pelo Grupo é assimilada pelos *autores*. No fim da pesquisa acessei as fichas de atendimento de todos aqueles que frequentavam as reuniões com assiduidade, e pude saber como cada um entrou ali, do que fora acusado, como estava seu processo.

Desenvolvo curtas trajetórias de cada um deles,

cujas fontes são as conversas em reuniões do Grupo de Autores e informações anotadas nas fichas de atendimento. Contudo, em todos os casos priorizei as minhas descrições das reuniões, deixando as informações das fichas como complemento que informa algo que o tempo acompanhando o Grupo não me permitiu saber.

Muitas coisas poderiam ser pensadas a partir do conteúdo das reuniões, mas o olhar disciplinado pela antropologia e os conceitos de *masculinidade* e *cuidado* foram fundamentais para apreensão, ordenação e interpretação dos dados obtidos durante a pesquisa.

As trajetórias dos *autores* que frequentam o Grupo foram tomadas como *trajetórias de masculinidade* e por meio delas delimiti semelhanças e diferenças das noções de masculinidade, que compreendem um conjunto de representações sobre “ser homem” em nossa sociedade. O movimento dos significados de “ser homem” aponta uma mudança nas matrizes de pensamento que permeiam as representações sobre masculinidade, e que me permitiu chegar a uma noção de *cuidado* com três desdobramentos, elaborada a partir do diálogo observado entre a psicóloga e os *autores*.

Além disso, durante a pesquisa percebi que noções expressas nas falas não eram similares entre os membros do Grupo, variavam do frequentador mais antigo para o mais recente. Por exemplo, o mais antigo no Grupo reforçava a ideia de que todos deveriam assumir o que fizeram, enquanto o mais recente relutava em assumir, ou buscava formas de estabelecer uma posição de vítima em relação às “injustiças cometidas contra ele” pelas acusações de abuso sexual.

O Grupo de Autores

O Grupo de Autores funciona no Creas - Manaus há cinco anos e foi idealizado por uma psicóloga que hoje o

coordena. A psicóloga é uma profissional bastante respeitada por seus pares e essa credibilidade lhe conferiu a possibilidade de concretizar um trabalho voluntário tão controverso: o atendimento psicossocial a *autores* de abuso sexual.

Existem

[...] membros da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Manaus que são contra o atendimento psicossocial prestado ao Grupo de Autores, pois consideram que acusações de abuso devem ser resolvidas apenas pela justiça, por meio de cárcere ou intervenção policial. (LIMA, 2013, p. 85).

Mas a afinidade entre a coordenadora do Creas e a psicóloga que coordena o Grupo de Autores tornou sua criação possível, mesmo sem o reconhecimento oficial pelos órgãos municipais e estaduais que lidam com o problema do abuso sexual.

A parceria com o Creas dá-se na cessão do espaço para funcionamento das reuniões. A equipe do Creas, ou pelo menos parte dela, realizava atendimentos individuais aos acusados de abuso sexual, encaminhando-os para o atendimento em grupo. Os atendimentos individuais eram realizados com o apoio de alguns estagiários contratados pelo Creas, alunos de serviço social e psicologia. Mas atualmente não há profissionais do Creas que deem suporte ao grupo e poucos têm sido os encaminhamentos feitos pela equipe do Creas ao Grupo de Autores. Não existe uma abordagem continuada – um *feedback* – entre profissionais do Creas e a equipe que trabalha no Grupo de Autores.

O método utilizado pelos psicólogos que assistem o Grupo de Autores é baseado na Teoria de Papéis, que propõe um “esclarecimento” sobre os papéis que exercemos no cotidiano, a fim de perceber se esses estão sendo realizados a partir de reflexões sobre a ação ou simplesmente por reflexos. Acredita-se que

quanto mais clareza se tem sobre cada papel exercido na vida, maior é a capacidade de controlar ações impensadas, como o abuso sexual.

A lógica na qual opera a metodologia do atendimento é a de que quanto mais centralizador ou mais patriarcal, menos cuidadoso é o homem. A honra daqueles que chegam ao Grupo de Autores, o que fundamenta sua masculinidade, está formulada pelo controle das finanças na casa, pela submissão dos outros membros da família ou sobre o esforço no trabalho.

A reunião acontecia pela manhã, começando às oito horas, mas mudamos de horário porque alguns membros do Grupo não podiam mais comparecer, e agora iniciamos a reunião às quatorze horas da tarde. As cadeiras que utilizávamos na reunião eram compartilhadas entre as salas de atendimento, e eu, ou a psicóloga, que chegávamos mais cedo, colhíamos cadeiras em outras salas e as organizávamos em círculo. Todas as cadeiras eram diferentes, apenas uma era boa e confortável – o assento da psicóloga – as demais eram desconfortáveis ou quebradas.

A psicóloga senta-se numa posição paralela à porta da sala. Eu sento entre dois *autores*, tentando não ficar em oposição direta à psicóloga, apenas em contraponto. Chefe e Rei Salomão sentam perto um do outro, Magistri senta-se perto da psicóloga e Major fica ao meu lado ou à minha frente (do lado oposto ao de Magistri).

O psicólogo assistente, quando comparece à reunião, senta-se próximo à psicóloga. Quando ela não vai, senta em sua cadeira. Quando apenas eu e outros *autores* vamos à reunião a cadeira mais confortável, usada pela psicóloga, fica vazia.

Geralmente chegamos ao Creas em horários diferentes, e quando nos encontramos, conversamos sobre diversos assuntos. A agitação do trânsito da cidade, das atividades e responsabilidades que temos

lá fora compõem sensações mistas, revividas e comentadas. Na conversa, os sentimentos do cotidiano são mutuamente abrandados e, quando todos já estão mais calmos, fora do ritmo da cidade, alguém diz: – “vamos fazer a prece?”.

A conversa mais séria, geralmente começa após essa oração. A prece, como é chamada no grupo, não tem uma matriz religiosa definida, depende de quem a faz, e todos respeitam os códigos estabelecidos pelo orador. Para a psicóloga que coordena o Grupo de Autores, a prece tem a função de evitar explicações sobrenaturais para o ato do abuso sexual, o que, segundo ela, era muito comum. Para a psicóloga, a prece limita à crença as “intervenções sobrenaturais” alegadas pelos *autores*, não deixando margem a esse discurso no decorrer da reunião.

Já houve situações em que não fizemos prece no início. Foram dias em que estávamos com problemas envolvendo alguns membros, e as conversas que vinham de fora tinham que fazer parte daquelas que teríamos no grupo. Foi o caso de quando um dos *autores* foi intimado pela justiça, situação que até ali nenhum dos nossos membros tinha passado. Naquele dia, todos chegaram à reunião sabendo disso e falando de como deveríamos encarar a situação.

A prece estabelece o tom da reunião. As performances são mais bem elaboradas quando há prece no início, e assim, havendo certo cuidado com o que se fala. Quando não há prece, fala-se de forma mais explícita sobre sexo, abuso sexual, sensações de injustiça, culpa-se a criança de ter “provocado” o abuso. Mesmo sem a prece, há aqueles que permanecem atendo ao propósito da metodologia do Grupo de Autores.⁹

Depois da prece, a psicóloga pergunta como foi a semana, ou pede que os *autores* falem sobre alguma tarefa que foi sugerida e deve ter sido realizada no

período de intervalo entre uma reunião e outra. As tarefas mais constantes nos anos de 2012 e 2013 foram “exercitar esse deixar ser cuidado”, em que os *autores* tinham de ceder um pouco no controle dos outros em vários “papéis” exercidos na vida como na família, no trabalho, entre os amigos etc. Outras tarefas como “se perdoar”, “tomar uma atitude em relação à vida”, “exercer cuidado” também foram bastante aplicadas, algumas em casos mais específicos.

Cada um tem sua vez de falar e esse momento deve ser respeitado, o que nem sempre acontece. No fim de cada fala dos *autores*, a psicóloga faz algum comentário ou pede que outro *autor* comente a fala do colega. Eu quase não falo no decorrer da reunião, mas faço várias anotações, e tenho como responsabilidade fazer uma “fala de fechamento” da reunião, onde relaciono as opiniões expressas nas conversas em grupo, contrapondo-as, questionando-as ou apontando progressos.

No Grupo, ainda que exista um discurso sobre “a liberdade de falar”, “apoio mútuo” e “compreensão”, há um esforço de transmissão de confiança, tentativas de comprovação acerca do que se fala. Não é suficiente, por exemplo, contar a alguém que é inocente, acerca da acusação de abuso sexual, é necessário compor uma lógica factível a fim de alcançar a aceitação dos demais membros. Essa lógica, no entanto, é compartilhada de acordo com o nível de envolvimento do indivíduo na relação com o coletivo. Os participantes recém-chegados a quaisquer reuniões do Grupo tendem a ser ridicularizados, tomados como inexperientes pelos “veteranos”. Esse jogo de dúvida-comprovação-aceitação ocorre tanto num movimento dos *autores* entre si, como também na relação entre eles, *autores* de abuso sexual, e nós (psicólogos e eu).

O Grupo de Autores tem uma rotina, compartilhada entre as pessoas que frequentam a reunião. Assim, quando alguém novo chega, não apreende rápido como

o Grupo funciona. Houve uma ocasião em que um homem foi encaminhado pela equipe do Creas para o Grupo de Autores, enquanto estávamos reunidos. Este chegou muito atordoado à reunião, acompanhado por uma psicóloga do Creas. Ele não esperou para perceber como o Grupo funcionava e, ao apresentar-se, disse: “Eu não fiz nada disso. Eu não faria uma coisa horrível dessas. Isso é perseguição... uma vez eu fui acusado de matar minha mulher e meu filho de dois anos, a facadas, e viram que era invenção”. Os participantes mais antigos do Grupo ficaram calados por algum tempo, e depois um deles entrevistou, dizendo que “o Grupo de Autores é bom”, que quando participou pela primeira vez, “também negava”, mas “depois viu que o certo era assumir”.

O acompanhamento sistemático dessa rotina das reuniões do Grupo de Autores me permitiu compreender seu funcionamento e obter relatos sobre o passado, as experiências da vida de cada *autor* que não estavam, no momento em que foram ditas, relacionadas ao abuso sexual.

Trajetórias de masculinidade

Elaborando trajetórias dos *autores* do Grupo, pretendo sistematizar, a partir dos dados obtidos na pesquisa, informações que me ajudem a analisar masculinidades, relacionando-as ao abuso sexual. Essas descrições têm como base algumas das falas obtidas nas reuniões do Grupo de Autores e também relatos das psicólogas que acompanharam alguns dos casos.

Selecionei os eventos mais comentados da vida de cada autor ou aqueles que me causaram mais impacto. Pretendo, com esses relatos, traçar os caminhos percorridos por esses homens até o momento em que cometem ou são acusados de abuso sexual.

Rei Salomão

Hoje é um senhor com pouco mais de sessenta anos, aposentado e com graves problemas na visão. Quando jovem, admirava a história bíblica do Rei Salomão, fascinado principalmente com a quantidade de mulheres que o personagem tinha. Tal fascínio o levou decidir “ser que nem esse Salomão aí”.

Seu primeiro relacionamento sexual deu-se aos quatorze anos de idade, com uma moça de vinte e dois anos, sua amiga por conta do trabalho no roçado. Um dia, chegando do trabalho, Rei Salomão encontrou o tio em casa e contou-lhe sobre a moça. Este lhe perguntou: – “E tu fez o quê? Tu não fez nada?!” rindo do garoto. No dia seguinte, recebeu do tio uma revista pornô sob as seguintes recomendações: – “Leva isso aqui pro trabalho e mostra pra ela”. E assim Rei Salomão fez.

Chegando ao roçado, folheou a revista com a moça. “E ela dizia: – Olha já!¹⁰ ... dexa disso menino”, e ria. Até que a moça cedeu, e Rei Salomão teve sua primeira relação sexual. Dessa relação sexual, nasceu seu filho mais velho. Rei Salomão queria casar, como seria o “certo”, mas o juiz disse que não precisava, só se ele fosse mais velho do que ela. Optou por não casar, e mais tarde foi embora da casa do tio. Nunca mais viu o filho ou a mulher.

Mais tarde, em Parintins, cidade onde nascera, casou-se com a mulher “que lhe deu” mais filhos, três ao todo. Porém, tinha o sonho de cuidar de uma fazenda que fosse apenas sua, então se separou da mulher, deixando os filhos sob o cuidado dela na casa de seus pais. O sonho de ser dono das próprias terras não foi realizado e Rei Salomão andava de cidade em cidade, trabalhando nas terras de alguém, amando mulheres e fazendo filhos.

Esse pai de quatorze filhos fez parada definitiva em

Manaus, e aqui, fez amores e maldades. Pouco tempo depois de sua chegada à capital do Amazonas, Rei Salomão “pegou” uma mulher que estava grávida para morar com ele. Ela era “obediente e fazia tudo na casa, mas quando chegava na hora... não comparecia”. Rei Salomão disse à mulher que “assim não dava, tá na minha casa e não me quer?!”. Insistiu, forçou, mas a moça negava. Um dia, Rei Salomão disse que iria fazer. Ela prometeu que, se ele fizesse, iria embora. Rei Salomão transou com a moça, sem que ela quisesse, e no dia seguinte acordou “só com o café pronto”, pois “ela não estava mais na cama”.

Algum tempo depois, se apaixonou pela mulher que viria a ser sua atual esposa. Aos poucos, ela lhe apresentou Jesus, e Rei Salomão tornou-se crente, senhor respeitável, fiel à esposa e bom marido. Do casamento só faltavam os filhos, que não vingavam, pois a esposa do Rei Salomão abortou três vezes. Não que ela fosse “seca”, mas sempre ocorria algo inesperado durante os períodos de gravidez, situações como aquela em que um filho de Rei Salomão chegou em casa “esfolado, com um furo no buxo e as tripas de fora”.

Os filhos de ambos circulavam pela casa, mas o filho da esposa do Rei Salomão sempre ficava muito tempo com sua criança, um menino de cerca de seis anos. Um dia, o neto precisou ficar sob os cuidados da avó, mas o telefone tocou e a patroa pedia urgência na lavagem das roupas que confiara à mulher do Rei Salomão. Com a saída da esposa, Rei Salomão teve que ficar cuidando do menino, “que era muito traquino”. Assim ocorreu o abuso sexual.

Chefe

Chefe é um homem de cinquenta anos, sempre anda bem arrumado, as camisas muito bem passadas, combinando com as calças e o sapato. Gosta de roupa

social, e nisso não combina com a mulher, “que gosta dessas coisas, assim, que pra mim não combinam, anda de qualquer jeito”. No Grupo de Autores e na sua casa consegue que todos o respeitem, sigam seu comando, às vezes muito duro e pouco afetivo. Sua postura transmite segurança (poder): peito erguido, cabeça bem levantada e o olhar muito direto, passando firmeza.

Todos os seus filhos, exceto uma, moram em sua casa. Aos poucos, Chefe ergueu mais paredes, quartos, fez ‘puxadinhos’, para que os filhos, mesmo casados convivessem ali.

Netos nasceram e a casa foi sendo paulatinamente aumentada. Cada filho pagava uma conta da casa, todos tinham que lhe dar algum dinheiro para que comprasse a comida.

Mas a dinâmica da casa, e da vida de Chefe, foi ameaçada quando um dos filhos, policial militar, disse que iria embora para uma casa só dele. Uma das filhas tinha saído da casa pouco antes, com o marido, e a mais nova “estava muito rebelde”. As coisas não estavam acontecendo como ele gostaria.

Algumas vezes, Chefe procurava uma das netas no quarto, menina com cerca de nove anos de idade, e abusava dela. Diz que “na frente dela, eu só me masturbei”, mas os laudos técnicos dizem que a criança sofria os abusos há um ano, que a menina estava com sinais de violência pelo corpo, e que houve conjunção carnal. “– É tudo mentira, esses jornais inventam muito”, diz o Chefe, que trabalha como chefe de serviços gerais em um jornal de Manaus.

Diz que não confia em papel, porque “qualquer um escreve qualquer coisa”, e que conversou com a menina, que confirma que “ainda é moça”.

Chefe argumenta que é muito difícil falar do abuso sexual, que “quando aconteceu foi muito difícil de dizer”. Só quem sabe que Chefe cometeu abuso sexual são aqueles que moram em sua casa e sua irmã, que não

mora lá. Uma de suas angústias é a vontade de dizer o que fez pro seu cunhado, porque fala tudo pra ele. Chefe gostaria de saber “como que ele iria reagir” e se o cunhado iria continuar sendo seu amigo.

Sua mãe morreu no fim de 2012 e partiu sem saber do abuso sexual. Chefe afirma que “queria muito ter contado pra ela, teve até uma hora que tava com ela antes dela falecer, que me deu uma vontade de contar”, mas não conseguiu.

Magistri

É o único dos *autores* com nível superior completo, e trabalha como professor numa escola para adultos. Tem aproximadamente quarenta anos de idade, é casado e não tem filhos. Trabalhou durante muito tempo em uma escola pública, do bairro onde morava, como professor do Ensino Fundamental. Com o tempo, tornou-se uma pessoa influente no bairro, sendo respeitado por pais e professores.

Passava o dia junto das crianças, em contato constante com os pais, professores e funcionários da instituição. Ensinava Língua Portuguesa, e apresentou à diretora um projeto de reforço aos alunos com notas baixas e desempenho insatisfatório na disciplina. No mesmo período, as notas de algumas alunas caíram. Principalmente na disciplina de Magistri e, por orientação da coordenação da escola, as alunas deveriam participar obrigatoriamente do reforço oferecido pelo professor.

O reforço em Língua Portuguesa ocorria numa das salas de aula, no horário posterior ao das aulas normais. Enquanto a maioria das pessoas na escola saía, Magistri realizava as aulas de reforço. Inevitavelmente, havia meninos com notas baixas também, mas logo depois das primeiras semanas, esses começaram a fazer as atividades do reforço em uma

sala separada, longe do professor e das coleguinhas. Na sala com as meninas, Magistri chamava uma a uma. Levantava suas camisetas e tocava-lhes os mamilos, fazia *carinhos* nos rostos, mostrava o pênis. Depois lhes dizia que não contassem nada. Essa rotina deu-se por meses, até que uma das meninas o denunciou.

Houve pânico na escola, e depois houve descrença na história contada pela criança. A credibilidade do confiável professor não seria facilmente abalada com o relato de uma menina com notas baixas que fazia um reforço gratuito.

Fora acusada de “fazer isso” para afastar o professor, acabar com o reforço, driblar os esforços da educação em lhe tornar uma aluna melhor etc. Os pais dos alunos da escola não acreditavam na versão contada pela menina, alguns eram vizinhos de Magistri e lhe davam total apoio.

O cenário mudou quando outra menina confirmou os toques, os apertos, os *carinhos* de Magistri. Depois dela surgiram outras, até que fossem vinte meninas. As pessoas do bairro tentaram invadir a escola para agredir o professor e a polícia militar foi chamada pra conter a revolta. Dentro da escola, professores e coordenação não sabiam como lidar com o assunto.

Devido aos impasses, que poderiam chegar à violência contra Magistri, o Creas entrevistou com urgência. Sob toda a pressão das circunstâncias, Magistri admitiu que praticasse os abusos contra as meninas. Foi afastado da escola e transferido para um Ceja – Centro de Educação para Jovens e Adultos. Também precisou mudar do bairro, pois todos por ali conheceram a sua história.

As psicólogas do Creas afirmam que o relacionamento de Magistri com a esposa balançou muito, tanto que ela o acompanhava durante os atendimentos psicossociais individuais. Creio que isso também pode evidenciar o contrário: o relacionamento

pode ser forte, ao ponto de que ela o acompanhava nos atendimentos do Creas, mesmo que ele tenha afirmado ser o autor dos abusos sexuais.

A psicóloga do Grupo de Autores o considera pedófilo, pois conquista a confiança da criança e de todos a sua volta, mas em certo momento pratica a violência sexual e ameaça as crianças para que não contem. Na verdade, Magistri tem desejo sexual por meninas e mulheres. As mulheres, prefere de “calcinha vermelha”, como afirmou numa reunião do Grupo de Autores, deixando psicólogas “assustadas” com os detalhes da descrição, das curvas, das pernas, do sexo detrás da calcinha.

Sobre as meninas, não fala muito, e não parece ter assimilado a ideia, proposta no Grupo de Autores, de que o sexo com elas é “ruim” ou “não deve ser feito”. Nunca se refere com nojo acerca dos abusos que cometera – sentimento comum aos demais acusados de abuso sexual que aparecem no Grupo de Autores. Seu ressentimento dá-se ao modo como foi tratado depois do abuso sexual: uma perda de confiança de todos ao redor de si, o preconceito nos órgãos públicos, um policiamento constante que sofre. Segundo Magistri, quando “acusam disso parece que colocam uma mordaca, que não podem mais falar”.

Major

Major é do Rio Grande do Sul, e tem pouco mais de trinta e cinco anos de idade. É casado e pai de uma menina de seis anos. Mora em Manaus há algum tempo, e foi aqui que passou a atuar na Inteligência do Exército brasileiro, transição que ocorreu no seu primeiro ano frequentando o Grupo de Autores.

Antes disse, correu risco de perder a patente no exército, e talvez até ser preso. Após um conflito no casamento, ameaçando se divorciar da esposa, Major

foi acusado por ela de abuso sexual contra a filha. Contudo, Major demonstrava muita segurança na negação da violência sexual. Isso foi alvo de suspeita pelas psicólogas do Creas, já que sua formação militar parece muito boa, com rigidez e estratégia aparentemente dissimuladas. Enquanto se averiguava a veracidade da versão da menina, o Creas encaminhou Major ao Grupo de Autores.

A história pareceu contraditória às profissionais do Creas, pois a menina facilmente mudava as versões sobre o abuso. As psicólogas que cuidaram do caso acreditam que pode tratar-se de alienação parental, da mãe em relação à filha e contra Major. A esposa de Major, depois de alguns atendimentos do Creas, decidiu retirar a queixa contra o marido, que se viu “livre” do peso das acusações.

Mesmo assim, Major não deixou de frequentar as reuniões do Grupo de Autores, gostou do Grupo, pois “é uma forma de fazer terapia sem pagar”. Quando Major está nas reuniões, o tom delas é um pouco diferente, pois tenta refletir, quase que conceitualmente, sobre os temas abordados nas conversas. Ele é sério, só fala quando chega a sua vez,¹¹ intervindo muito pouco no momento de outro membro do Grupo.

Mesmo que Major pareça sentir-se tranquilo quanto a sua “inocência” do abuso sexual, algumas psicólogas não parecem completamente convencidas, insinuando que “mesmo não havendo provas de fato, o jeito dele, todo certinho é meio estranho”.

Abuso Sexual e Masculinidades

O movimento feminista elaborou a compreensão do masculino pelo patriarcado, sistema em que mulheres estariam submetidas à dominação masculina, no qual as posições são fixamente ocupadas: homens são agressores e mulheres são vítimas.

Nesse contexto surge o conceito de masculinidade, que recebe mais atenção a partir da publicação de *Masculinities*, escrito por Connell (1995), que define masculinidade como “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”. A autora ainda afirma que existe um modelo hegemônico de masculinidade que “é tão predominante que muitos creem que as características e condutas associadas ao mesmo sejam ‘naturais’”.

Muitas críticas foram feitas às categorias de patriarcado, impactando também o conceito de masculinidade hegemônica. Nos estudos de gênero, ao contrário da teoria do patriarcado, masculino e feminino estão em relação, não existindo a subordinação *total* de um pelo outro. Gregori, em *Cenas e queixas* (1993), elabora uma análise das relações de violência conjugal, partindo da perspectiva de que esses conflitos podem ser percebidos como um jogo, onde cada um tem suas estratégias.

Nos trabalhos mais recentes, onde se elabora uma análise antropológica acerca da relação entre violência e gênero, o eixo vítima e agressor,¹² não é fixo, mas relativo. Ainda que, em muitos casos a mulher seja a mais prejudicada há possibilidades de ação e reação. Outros autores também reforçam as críticas ao mau uso do termo hegemonia, afirmando que “O adjetivo ‘hegemônico’, derivado de Gramsci, surge como um sério problema teórico, uma vez que o termo implica constante luta pela posição de preponderância.” (MENDES, 2006, s.p.).

Outras críticas questionam a aplicabilidade do conceito de “masculinidade hegemônica” aos homens que existem de fato, ou se as características associadas à “hegemonia” são específicas de um grupo ou noções gerais de uma sociedade (MARTIN apud CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Algumas críticas problematizam a associação dos estudos de masculinidade à violência, como se essa fosse uma prática exclusiva dos homens, ligada à masculinidade. Segue tal crítica o argumento de que há performances afetivas de masculinidade, e que não as percebemos por conta do exagero dessa associação à violência (COLLIER apud CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

As críticas ao conceito de masculinidade hegemônica levaram Connell a publicar, em 2005, na revista *Gender & Society*, um artigo onde repensa o conceito de masculinidade hegemônica, levando em consideração as diversas críticas que o conceito sofreu ao longo do tempo e buscando apontar caminhos para a permanência do uso desse conceito. Mesmo sob todas as contestações, o conceito de masculinidade hegemônica salienta problemas e aponta soluções quando lidamos com as violências, públicas ou privadas, relativas ao comportamento dos homens. O conceito de masculinidade hegemônica permanece útil quando precisamos salientar a desigualdade do poder nas relações de gênero e familiares, ou quando se faz necessário apontar/identificar movimentos ou mudanças nas noções de “ser homem”.

Em relação à violência, o conceito de masculinidade tem sido abordado principalmente por pesquisadores interessados em entender como se dão as relações de gênero, em casos de violência doméstica e violência sexual. Nos casos de abuso sexual, a diferença etária entre o abusador e a criança/adolescente abusado(a) traz novos elementos acerca das práticas de masculinidade

que estão envolvidas nos casos de abuso.

Como outros pesquisadores que se dedicam ao estudo das violências sexuais (WELZER-LANG, 2004; WIGGERS, 1996, 2008; GREGORI, 1993), percebo que as noções de masculinidade daqueles que são encaminhados e permanecem no Grupo de Autores têm o uso da violência como recurso para a legitimação do poder ou da afirmação de “ser homem, macho”.

Os *autores* de abuso sexual realizam tal ato baseados num suporte de noções de ação e direitos tidos como masculinos, construídos pela história, cultura, educação e nível de desenvolvimento das políticas públicas. Diante das trajetórias de masculinidades, dos *autores* do Grupo, é importante ressaltar que as crianças e mulheres ocupam uma posição de subalternidade em relação aos homens, na história e cultura (ORTNER, 1979; MARCHI, 2011). Assim, podemos afirmar que existe um contexto histórico/cultural no qual o abuso sexual é realizado.

As representações sobre masculinidade baseiam-se em aspectos como virilidade, manutenção financeira da casa, comando do espaço doméstico, ausência de demonstração de afetos/emoções. Tais características são usadas para ressaltar a desigualdade entre homens, mulheres e crianças. A violência aparece como um recurso masculino para assegurar posições de subalternidade de outros homens, mulheres e crianças. Chefe utilizou seu poder como provedor da casa e aproveitou-se da dependência financeira da filha e da neta; Magistri usou seu *status* de professor, adquirindo, não apenas a confiança de seus pares, mas dos pais dos alunos, construindo um contexto que lhe propiciava fazer o abuso sexual contra as meninas da escola; Rei Salomão estupra uma mulher que está grávida e vivendo sob seu sustento, tempos depois abusa da criança que fica sob seus cuidados.

O Abuso Sexual é um “evento trágico”, que atinge não só a criança, mas seus familiares e os responsáveis

por ela. Tal violência, que transforma uma realidade conhecida em “mundo estranho” (DAS, 2011), afeta os arranjos familiares fortalecendo ou enfraquecendo laços de parentesco.

Considerada a idade de Chefe e seu controle sobre os membros da casa, percebe-se que não cometeu abuso contra nenhum outro membro de gerações anteriores a da neta, de quem abusara. O abuso sexual dá-se num contexto em que a mãe da criança abusada é sua filha por criação e vive com a filha sob a dependência financeira de Chefe. Nesse arranjo, o abuso se dá contra a pessoa cuja relação de parentesco era a mais “distante”, em termos de consanguinidade, entre as pessoas da casa. Ao abusar da neta, Chefe atinge sua esposa e a filha, responsáveis pelos cuidados da criança.

No caso de Rei Salomão o parentesco dá-se por afinidade, pelo laço que ele estabelece com a avó da criança abusada. Rei Salomão, abusou sexualmente do neto da esposa, mais especificamente, do filho do filho da sua atual mulher. A violência também é direcionada para o pai da criança, filho da esposa de Rei Salomão, representando uma tentativa de subordinação do outro homem com algum *status* na casa. São exemplos de que ainda que a violência seja praticada contra a criança ou adolescente, o abuso pode indicar também uma violência contra o responsável pelos cuidados do menor.

Em ambos os casos, a relação com a criança abusada é distante, mas trata-se de uma “distância relativa”, já que há alguma relação de parentesco entre abusador e criança, por meio de um adulto. Nos dois casos, o abuso sexual atinge pessoas da família em outras posições, sofrimentos sublimados, diante de nossa tendência em ver apenas a violência direta, da relação entre o abusador e a criança.

De tais exemplos, podemos traçar três inferências: (1) intra ou extrafamiliar, aqueles que cometem o abuso

sexual o fazem sob um contexto, consciente ou não, que favorece o ato de violência, e consideram os riscos, intenções, e possíveis modificações no arranjo anterior ao abuso. (2) Não é apenas sexo ou erotismo o que se busca, e às vezes não se busca isso em alguns casos de abuso sexual, já que (3) a violência sexual contra a criança ou adolescente pretende atingir também aquele(a) que protege a criança ou é o responsável pelos seus cuidados.

Acerca de Major, não há falas sobre o Abuso Sexual. O ponto de referência para a terapia de Major é o Cuidado e como ele apreende essas noções, tentando praticá-las no cotidiano. Suas frustrações são demonstradas quando ele percebe não saber cuidar e não conseguir ser cuidado. Essas noções de Cuidado no Grupo de Autores são fundamentais para o processo de renegociação das masculinidades no Grupo, que apresento a seguir.

“Ser homem” entre Cuidados

Todos os casos descritos acima mostram experiências baseadas em noções de “ser homem”. São trabalhadas por meio do processo terapêutico promovido pelo Grupo de Autores. O atendimento psicossocial tenta influenciar esses homens para alguma mudança que deveria impossibilitar a repetição do abuso sexual.

A partir da experiência etnográfica no Grupo de Autores, traço noções de cuidado construídas e exercidas ao longo das reuniões. As noções que trago aqui são minhas compreensões acerca da noção de cuidado elaborada no Grupo de Autores. Trata-se de uma rápida sistematização de um processo, que identifiquei como sendo de renegociação das noções de masculinidade que operam nos atos de Abuso Sexual. Esse processo compreende os atos de (1) assumir a *responsabilidade*

pelo abuso sexual, (2) *cuidado do afeto* e (3) *cuidado ativista*.

Ser responsável pelo que se fez/faz é o que torna um acusado o de abuso sexual e *autor*, e membro do Grupo de Autores. Na medida que os membros do Grupo participam com frequência das reuniões e debatem uns com os outros, ficam mais sensíveis a perceber que a relação estabelecida com suas vítimas, até ali negada, foi uma relação de violência.

Nas reuniões, *Chefe* geralmente fala da *responsabilidade*, princípio no qual os acusados de Abuso Sexual devem assumir o que fizeram. O apelo de *Chefe* à responsabilidade é feito em Grupo, e sempre gera retorno e a culpa que responsabiliza é sentida pelos acusados do abuso sexual. Porém, essa responsabilidade é sentida apenas se houver adesão do acusado à metodologia que o Grupo propõe.

Os poderes que o homem exerce na vida, simplesmente por ser homem, são o objeto da mudança que o Grupo pretende provocar. Nesse contexto, o sexo é o último dos temas no qual se toca. Ele é apenas o fim das trajetórias dos *autores*, circundados pela história e numa sociedade que concebe a violência como ação dos homens.

O *Cuidado do afeto* é o elemento restaurador das noções de ser homem que permeiam a lógica das masculinidades que cometem violência sexual. Ocorre quando os *autores* são afetados pela metodologia do Grupo. A partir daí, redistribui-se o poder na casa, dá-se relativa autonomia às esposas, permite-se tocar nos filhos e sentir o afeto que emana da relação.

Um soldado tem a permissão de chorar: é assim que Major conta que sua mãe saiu do hospital, e agradece emocionado ao apoio do grupo. Sua fala, que começa dura no agradecimento formal, transforma-se num desabafo de saudades da mãe, que mora no Sul do Brasil. Um autor acolhe o outro. A batida nas costas

ganha certa leveza ao cuidar do choro. Todos na reunião ficam emocionados.

Nos relatos, o cuidado do afeto está muito associado a alguma mudança que a metodologia do Grupo de Autores provoca e, passando principalmente, pelo reconhecimento de si como autor da violência. É um processo onde a responsabilidade pelo abuso sexual, depois de assumida, é confrontada com as ideias que se tem sobre as noções e ações dos homens na sociedade.

Há um esforço de interioridade no masculino, ou seja, da possibilidade de ser afetado por sentimentos e emoções. Com o cuidado do afeto, o masculino não precisa estar todo o tempo no controle. Trata-se do esforço de permitir aos *autores* transitarem pelas noções de ativo e passivo, masculinidade e feminilidade, que permitiriam aos homens cuidados que estão além da ordem do gênero e dos papéis sexuais.

Acostumados à lógica do cuidado do afeto, os quatro membros mais frequentes do Grupo de Autores entram em choque quando um “novo acusado” chega às reuniões. Há desencontro de lógicas e os *autores* tentam convencer o “novato” de que “ser dali é bom”. São esses os momentos em que mais falam sobre suas vidas, dando exemplos de como eram antes das mudanças ocorridas por conta do Grupo.

O *cuidado ativista* é mais intenso, na medida em que o autor é envolvido pela metodologia do Grupo. Mas todos os quatro membros do Grupo de Autores demonstram, de alguma forma, esforço para que os homens não façam mais Abuso Sexual, assim, ser *autor* é também lutar pela extinção dessa categoria.

Um homem de trinta e poucos anos tenta convencer de que é bom. Fala que é pai cuidadoso, bom marido e, entre uma bondade e outra, exclama que “[...] jamais faria uma coisa horrível dessas!”. Chefe lhe fala de como era sua postura quando também era “novato”. Conta-lhe que falava as mesmas coisas quando chegou

pela primeira vez ao Grupo. Mas, na verdade, nunca saía sozinho com a mulher, e era extremamente controlador dentro da casa. Destaca, sobretudo, que não se deixava ser cuidado, de que os outros da família tivessem responsabilidade de cuidar.

Mas o “novato” não cede. Diz que é diferente. Um dos *autores* ri baixo, como se estivesse zombando dele. O “novo acusado” conta que vai superar isso e mostrar pra todo mundo que não cometeu crime nenhum. Esse esforço de convencer outros homens a falar das violências que cometem é o último nível dos cuidados. Trata-se de um ativismo contra as práticas e noções violentas de “ser homem”.

Durante o mês de abril de 2013, Chefe teve seu horário de trabalho mudado. Passou algum tempo sem ir ao grupo de *Autores*, no entanto quando pôde reaparecer nos contou algumas novidades. No período em que esteve afastado do Grupo, começou a frequentar uma igreja evangélica, junto com a esposa. Nesse tempo, cerca de dois meses, ele propôs na igreja um grupo para homens que cometeram abuso sexual. Atualmente, segundo Chefe, o grupo tem cerca de oitenta (80) homens e está em fase de divisão desses oitenta homens em células de doze pessoas. Na última reunião da qual participamos juntos, ele mostrou uma pulseirinha dourada que todos os homens que participam desse grupo usam. Para ele, essa pulseira representa as marcas que a violência sexual deixa na consciência e na vida dos homens que cometem abuso sexual.

A experiência de Chefe ressalta que há formas masculinas de agir no mundo que são permeadas pela lógica de dominação por meio da violência sexual. No entanto, esse dado evidencia que, ao levar a proposta de transformação das noções de “ser homem”, Chefe demonstra que apenas quando os homens refletem sobre a ação na vida cotidiana conseguem transformar relações baseadas na violência.

As noções de cuidado são possibilidades que o Grupo propõe, formas de afetar as masculinidades dos *autores*. O Grupo de Autores pode mostrar que essa masculinidade, historicamente elaborada para oprimir, estuprar e abusar pode ser afetada por outras lógicas. Seus membros, ao se reunirem em grupo, elaboram acima de tudo um conhecimento de si, masculinidades – ideias – que surgem contra a noção ideal de “ser homem”, pautada acima de tudo na impossibilidade de mudar e ser afetado.

Ao observar o abuso sexual a partir do abusador, destacando noções de masculinidade, reforçamos que os responsáveis pelo abuso sexual são aqueles que o fazem. Promover políticas contra o abuso sexual significa ensinar a não abusar, não violentar, conscientizar acerca do direito que cada pessoa tem sobre seu corpo.

Referências

CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, UFRGS, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

_____; MESSERSCHMIDT, James W. Repensando o conceito de masculinidade hegemônica. *Revista Estudos Feministas*, 2013.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, v. 37, p. 9-41, 2011.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FIALHO, Fabrício Mendes. *Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, realizado entre os dias 28 e 30 de agosto de 2006, na

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Anpocs, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. *Masculinidades: uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão*, Florianópolis, UFSC, PPGAS, 1995.

LIMA, Natã Souza. Quando os donos da mordaca falam – abuso sexual e masculinidades na perspectiva dos autores.

Revista Habitus, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 11, n. 2, p. 82-94, 2013.

MARCHI, Rita de Cássia. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cadernos Pagu*, v. 37, p. 387-406, 2011.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle

Z.; LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisia (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 107-128.

WIGGERS, Raquel. *Violência contra mulher: o que mudou em dez anos? Fazendo o Gênero*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

WIGGERS, Raquel. *Família em conflito: violência, espaço doméstico e categorias de parentesco em grupos populares de Florianópolis*. 2000. Dissertação

(Mestrado)-PPGAS, UFSC, Ilha de Santa Catarina,
2000.

Abuso sexual: conflitos familiares e relações de poder em casos atendidos no CREAS Nossa Senhora das Graças em Manaus

Isabelle Brambilla Honorato

Este artigo propõe-se a apresentar casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes atendidos no Creas – Nossa Senhora das Graças em Manaus, apontando os conflitos familiares e as relações de poder que permeiam esses casos. Os casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes apresentados aqui foram compostos por dados obtidos nos Planos Individuais de Atendimento (PIA) e pelos relatos das profissionais do Creas. Selecionei, juntamente com uma das psicólogas do Creas, alguns PIA's que elucidavam situações de abuso sexual que frequentemente acontecem.

Durante o trabalho de campo, me aproximei das distintas realidades das pessoas que estão envolvidas, de uma forma ou de outra, nos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes. A convivência ocorria por meio de visitas ao Creas, nas tardes das sextas-feiras, e também acompanhando atividades externas¹³ que as

profissionais realizavam.

Os três casos são distintos, e os chamei de *Caso Sheila*, *Caso Leia* e o *Caso Emily & Melissa*. Todos aconteceram no perímetro urbano de Manaus entre 2009 e 2011. Os nomes das personagens de cada caso são fictícios.

O que é o Creas

O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas)¹⁴ – Nossa Senhora das Graças tem por finalidade atender famílias que estão vivenciando situação de violação de direitos,¹⁵ tendo prioridade o atendimento às crianças, adolescentes e seus familiares¹⁶ que estejam em risco por negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física/psicológica/sexual, discriminações sociais e restrições à vida.

Conforme o “Guia de Orientação para Gestão do Creas”,¹⁷ as principais atividades que constituem o trabalho social dos profissionais do Creas são: acolhida, escuta, estudo social, diagnóstico socioeconômico, monitoramento e avaliação do serviço, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais, construção de plano individual e/ou familiar de atendimento, orientação sócio-familiar; atendimento psicossocial, orientação jurídico-social, informação, comunicação e defesa de direitos, apoio à família, acesso à documentação pessoal, identificação da família extensa ou ampliada, articulação da rede de serviços sócioassistenciais, articulação com os serviços de outras políticas públicas, articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários, estímulo ao convívio familiar, grupal e social, mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.

Desse modo, os Creas constituem-se numa:

Unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e

acompanhamento individualizado especializado ¹⁸ [...] Os Creas fazem parte do Sistema Único da Assistência Social – SUAS que se configura como o novo reordenamento da política de assistência social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, aumentando sua cobertura. Neste sentido, a política de assistência social é organizada por tipo de proteção – básica e especial, conforme a natureza da proteção social e por níveis de complexidade do atendimento (Guia de normatização n.º 1 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS).

As demandas que chegam ao Creas – Nossa Senhora das Graças são provenientes de denúncias feitas pela própria família ou por terceiros à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), aos Centros de Assistência Social – CRAS,¹⁹ Conselhos Tutelares ou por pessoas que sabem da existência e funcionamento do Creas e, quando ocorre um caso de abuso sexual na família, procuram atendimento diretamente na instituição sem passar por outros órgãos públicos.

Os dados

Os dados dos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes que serão relatados neste trabalho foram coletados nos Planos Individuais de Atendimento e nos relatos das psicólogas e assistentes sociais que atendem no Creas.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento de organização da atuação interdisciplinar da equipe de trabalho do Creas. Constitui-se no caminho a ser seguido pela equipe e pela criança/adolescentes atendida. Deve servir também como um meio de avaliação de resultados e de responsabilidades técnicas assumidas. Contendo metas a serem atingidas, não apenas no âmbito específico do Serviço, mas também na rede de atendimento em que estiverem inseridas as pessoas atendidas.

Para que o PIA seja elaborado, é necessário o registro por escrito, estabelecimento e mobilização da rede de serviços e programas para viabilizar o plano traçado para a criança ou adolescente, acompanhamento da execução deste plano e a avaliação permanente das dificuldades para realização.

O capítulo no do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) determina, no inciso 5º, que

O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou dos responsáveis.

O PIA do Creas – Nossa Senhora das Graças constitui-se em formulários mais ou menos subdivididos em quatro seções: a primeira é onde constam os dados pessoais, de encaminhamento, situação socioeconômica, o tipo de violência sexual cometida e a dinâmica familiar da vítima do abuso sexual. A segunda parte é destinada a identificação e à elaboração do genograma dos familiares. No terceiro item são feitas a identificação do autor da violência (quando é sabido quem é) e o genograma dele. Na quarta e última seção do PIA é preparado o planejamento e monitoramento do caso.

O PIA do Creas – Nossa Senhora das Graças tem fases de preenchimento, a cada novo atendimento são relatados o avanço do caso e as atividades realizadas pelos profissionais. A sequência funciona da seguinte forma: no primeiro atendimento, as vítimas da violência são recepcionadas por um profissional ou estagiário, que faz a “triagem”, nome dado ao primeiro momento do atendimento, onde são coletadas informações essenciais referentes à seção inicial do PIA (dados pessoais e como ocorreu o caso). Logo em seguida, é feito o atendimento profissional, onde se faz uma programação prévia do dia em que a vítima e seu responsável devem voltar para a participação em

grupos²⁰ e /o u para atendimento psicossocial individualizado. É feito um histórico de atendimento e, cada vez que a família vai ao Creas, ou a instituição faz uma visita domiciliar²¹ à família em atendimento, esse histórico é alimentado.

Gostaria de ressaltar que durante a pesquisa tive contato com P I A 's em diversas fases de preenchimento/atendimento. Verifiquei os que estavam somente preenchidos com dados da triagem, outros em pleno andamento, os que estavam em etapa de conclusão, e os já finalizados, além daquelas que estavam concluídos e arquivados. Outra questão que gostaria de colocar é que grande parte da dificuldade em apreender o caso, surge da grande ênfase dada por parte das profissionais do que foi feito com a criança e seus familiares e o “como ocorreu o caso” fica em um segundo plano.

Os casos que descreverei neste trabalho estão relatados em três P I A 's diferentes e em diversas fases de atendimento, alguns casos estão bem detalhados, outros nem tanto. Tive contato com esses P I A 's entre outubro e novembro de 2011.

Conceitos-chave deste trabalho

Antes de nos concentrarmos na apresentação e análise dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes atendidos no Creas, faz-se necessário evidenciarmos dois conceitos-chave trabalhados neste texto para o entendimento dos casos. São eles: Relações de Poder e Conflitos Familiares.

Relações de poder

Muitas são as formas de definir o “poder” e sua

configuração nas relações sociais. Encontramos diversos teóricos que versam sobre o fenômeno do poder nas esferas políticas. Para Voltaire, por exemplo, o poder consiste em fazer com que os outros ajam como eu quero (VOLTAIRE apud ARENDT, 2009). Nesse mesmo sentido, Weber (1988) assegura que o fenômeno do poder consiste em impor a minha própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra a resistência dos outros.

Os teóricos políticos de uma forma ou de outra seguem essa mesma linha de pensamento. Essas conceituações foram pensadas para definir o poder em um nível macro, para falar do Estado e seus poderes, no entanto, poderíamos alocá-los para pensar as relações de poder no ambiente familiar, argumentando que, no contexto familiar, o poder se configura quando um dos membros que fazem parte das relações familiares impõe sua vontade, mesmo à revelia de seus pares. Contudo, essa interpretação não nos satisfaz e, por essa razão bebemos em outras fontes para falar de poder. Partimos do pressuposto de que o poder se configura nas relações. Quando um ou mais indivíduos têm o apoio dos membros de seu grupo para atuar e tomar decisão em seu nome.

Neste sentido, Arendt (2009) traz alguns conceitos para iluminar este trabalho. A autora faz uma distinção interessante entre poder, vigor, força, autoridade e violência. Definindo o poder como aquilo que,

Corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder', estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder) desaparece, 'o seu poder' também 'desaparece'. (ARENDT, 2009, p. 20).

O Vigor, por outro lado, trata-se de uma qualidade inerente ao seu caráter e pode manifestar-se em relação a outras coisas ou pessoas, mas que é essencialmente independente deles.

A Força, por sua vez, que deveria ser reservada, na linguagem terminológica, para designar as “forças da natureza” ou as “forças das circunstâncias”. Isto é, para indicar a energia liberada por meio de movimentos físicos ou sociais. É erroneamente usada como sinônimo de violência, especialmente quando a violência é usada como meio de coerção (ARENDDT, 2009).

Ainda para a autora, a autoridade é o mais indefinido dos fenômenos. Ela vai dizer que,

Existe a autoridade pessoal, como, por exemplo, na relação entre pai e filho, entre professor e aluno – ou pode ser aplicado a cargos, como por exemplo, ao senado romano (*auctoritas in senatu*) ou nos cargos hierárquicos da Igreja (pode um sacerdote conceder absolvição válida ainda que esteja bêbado). A sua característica é o reconhecimento sem discussões por aqueles que são solicitados a obedecer; nem a coerção e nem a persuasão são necessárias. (Um pai pode perder a sua autoridade seja por bater em seu filho seja por discutir com ele, isto é, seja por comportar-se como um tirano ou por tratá-lo como igual.) Para que se possa conservar a autoridade, é necessário o respeito pela pessoa ou pelo cargo; o maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e a maneira mais segura de solapá-la é a chacota. (ARENDDT, 2009).

Finalmente, a Violência

[...] distingue-se por seu caráter instrumental. Do ponto de vista fenomenológico, está ela próxima do Vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural a t é que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo. (ARENDDT, 2009, p. 21).

É importante lembrar que Arendt escrevia sobre um contexto²² bem diferente do que o estudado neste trabalho. Contudo, pensei ser eficiente utilizar a

distinção entre as categorias apontadas pela autora para analisar os meandros dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Como Arendt (2009) afirma, não se trata de distinções que correspondem ao mundo real, de onde são, entretanto, retiradas. Por essa razão, é que achei por bem utilizar Arendt aqui. Aponto, contudo, que partindo do pressuposto que essas conceituações são e servem como categorias úteis de análise.

Nesse sentido, compreendo que

[...] o ato de violência compromete o poder, na medida em que desarticula as relações de poder onde é necessário o consenso sobre quem manda e quem obedece. A violência, de qualquer natureza, pode ocorrer como última tentativa de manutenção ou retomada do poder. (ARENDR, 2009).

Daí, argumento que a violência sexual observada nos casos estudados partiram ou foram estopim para um conflito familiar em que a relação de poder entre os membros da família estava desfeita ou deslocada. Assim, uma família estabelecerá uma relação de poder com um ou mais membros e quando essa relação for rompida por algum motivo, aquele membro buscará retomar seu poder sobre a família, aí poderá surgir a violência de qualquer natureza.

Retomo Foucault (1979, p. 236), quando diz

De modo geral, eu diria que o interdito, a recusa, a proibição, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas.

Interpreto o que diz Foucault da seguinte forma: o poder, nem de longe representa proibição, comando. As relações de poder são, contudo, (re)produtivas da organização e de relações sociais.

Conflitos Familiares

Conflitos familiares ou domésticos são desentendimentos/discórdias/desavenças que ocorrem entre membros de um mesmo grupo familiar. A respeito do conflito, Gregori (1992, p. 42, grifo do autor) afirma que “[...] o problema está na ideia de *interesses* em choque”. Nesse sentido, entendemos que as divergências de opiniões e as vontades individuais de cada componente do grupo familiar é gerador de um conflito. Isso não significa dizer que há violência de qualquer espécie entre os membros da família. A violência pode ser a causa ou a consequência de um conflito, mas ela não necessariamente existe em todas as relações familiares conflituosas.

Este trabalho não é focado no eixo vítima/agressor, mas em todos os envolvidos no conflito. Destacando Wiggers (2000, p. 95), quando pontua a “[...] importância de ver os casos de violência doméstica a partir do conflito e de diferentes personagens que dele participam, retirando o sentido único da violência”.

Procede disso que a violência pode ser um elemento aceitável para que o conflito seja remediado. Como aponta Fonseca (1987, s.p.), “A violência é, portanto, uma arma mais ou menos aceita (ou pelo menos esperada) para a resolução dos conflitos”. Mas nem toda a violência é admissível dentro de um grupo. “Existem limites específicos ao exercício da violência, revelados pelas sanções coletivas contra pessoas que vão além de tais limites.” (FONSECA, 1987, s.p.).

Partimos da análise dos conflitos também, pois, a partir dele, é possível perceber aspectos que originam e/ou intervêm no(s) ato(s) violento(s). Assim,

[...] é possível argumentar que a análise da violência doméstica não pode ser centrada em um único ato violento, mas deve levar em consideração todo o conflito que se estabeleceu na família e possibilitou o surgimento destes atos. É preciso considerar toda a situação que promove e influencia, e para uma análise deste tipo é fundamental separar **conflito** de **violência** e percebê-los como diferentes (WIGGERS, 2000, s.p., grifo do autor).

Os Casos

Dentre tantos casos que poderiam ter sido escolhidos, optei pelos três apresentados a seguir, pois são ilustrativos e é possível encontrar diversos outros semelhantes ou com elementos recorrentes.

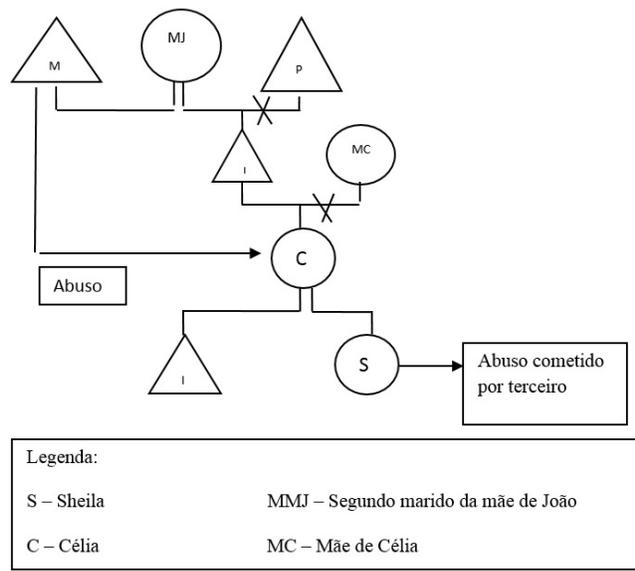
Primeiro caso: Sheila

O primeiro caso é o da menina Sheila.²³ Envolve três pessoas: a vítima Sheila, a mãe dela, Célia, e João, pai de Célia, portanto, avô materno de Sheila.

Sheila é uma menina de 6 anos, que morava com a mãe dela – Célia (23 anos) e com o irmão (1 ano). A mãe de Sheila nunca trabalhou e a família vivia com a ajuda financeira do avô de Sheila em um pequeno apartamento. Certo dia, o avô de Sheila, Sr. João, procura a delegacia de proteção à criança e o adolescente – DEPCA, para denunciar que sua neta havia sido abusada sexualmente por um rapaz de 24 anos, que trabalhava na escolinha de reforço que a menina frequentava. Entretanto, a mãe de Célia já sabia e não denunciou por medo. Não sei como o avô materno descobriu o abuso. Essa informação não consta no PIA da menina e nem a psicóloga que atendeu o caso sabia. Este dado está registrado somente no boletim de ocorrência feito na DEPCA, ao qual não tive acesso.

A DEPCA encaminhou a família para o Creas, para receber atendimento psicossocial. O Sr. João estava presente em alguns dos atendimentos e afirmava constantemente que Célia, mãe de Sheila, é negligente, e diz que sua filha ‘não cuida direito da filha dela’. Constantemente repete que Célia não é sua filha biológica. Célia, por sua vez, diz que o pai a trata mal e afirma que está se sentindo culpada e sozinha e entre um atendimento e outro, ela revela que também foi abusada quando era criança, pelo segundo marido de sua avó paterna, ou seja, pelo padrasto do pai. Observe a dinâmica familiar e do abuso sexual.

Depois que ocorreu o abuso sexual de Sheila, sua mãe Célia e seu outro filho mais novo foram morar na casa do pai de Célia. Acusações, discussões e muitos conflitos foram deflagrados depois que Sheila sofreu o abuso sexual. Mãe e filha vinham ao Creas receber atendimento psicossocial.



Algumas possibilidades de olhar para este caso se apresentam. O que está explícito neste caso é um conflito familiar, especialmente entre Célia e seu pai, que estava latente. O ato de violência surge como um estopim, que põe fogo a uma carga de pólvora que estava prestes a explodir e que não resistiu à violência cometida contra a criança.

Nesse sentido, é preciso ampliar nossos horizontes além do ato de violência cometido, porque ele, isoladamente, não responde às questões familiares que estão iminentes. O conflito deflagrado e/ou evidenciado pelo abuso sexual que ocorreu com Sheila pode demonstrar que a situação de abuso sexual, também vivida por Célia, não foi resolvida, e o foco/eixo de tensão pode estar justamente no fato de pai de Célia ter sido subjugado por seu padrasto quando cometeu a violência contra sua filha. O conflito familiar, neste caso, não se traduz pelo ato violento, mas por toda uma situação vivenciada em que estão envolvidas família, protagonistas, motivações, queixas, cenas públicas (WIGGERS, 2000), uma série de fatores que são constituintes da tensão vivida pela família de Sheila.

Muito nos intrigou o fato do foco do caso de abuso sexual sofrido por Sheila ter sido deslocado para um conflito entre Célia e seu pai. Onde foram parar, na teia das relações familiares e nos discursos perpetrados, o abusador e a menina abusada? Imediatamente somos levados à grande questão: por que eles, justamente os principais “atores” do trágico episódio do abuso sexual, simplesmente se tornaram invisíveis?

Poderíamos responder as essas questões com as seguintes hipóteses:

Primeiro, no fato de Sheila não ser vista como o sujeito, como agente social, ela foi submetida às vontades e dramas de seus familiares, revelando a incapacidade de se comunicar com as crianças e de vê-las como sujeitos sociais (COHEN, 2009). Essa questão fica ainda mais evidente, quando analisamos o PIA de Sheila. Nele, não constam falas da garota, não fazem parte dele o que Sheila tem a dizer sobre o que ocorreu com ela, não há absolutamente nenhum relato da menina, mas há muitos relatos dos dramas vividos por sua mãe, Célia. Encontramos a voz de seu avô, de outros personagens envolvidos e, até mesmo a voz da profissional que atendeu o caso, mas nunca a voz de Sheila. Há uma enorme dificuldade de aceitar – devido ao modelo ideal de infância e de criança, em que a criança não tem voz e nem vez – a criança como um sujeito, “[...] não que sabe menos, mas que sabe outra coisa.” (COHEN, 2009, s.p.).

A segunda hipótese que se apresenta, e que pode ser concomitante à primeira, para essa questão da invisibilidade de Sheila, pode estar naquilo apontado por Veena Das (1999, p. 31), quando diz que “[...] quando se contempla a violência, atinge-se uma espécie de limite da capacidade de representar”. Nesse sentido, poder-se-ia cogitar que a violência sexual praticada contra Sheila solicitou que sua família recorresse a uma válvula de escape pelo peso que aquela violência infligiu a eles. O

não-falar ou falar de outros dramas pode evidenciar que “[...] a narrativa não é algo que se revele num movimento linear e preciso. É, antes, um texto rabiscado, reescrito diversas vezes.” (DAS, 1999, s.p.). Essa questão muito bem observada por Das, pode ser retratada no caso de Sheila, de sua mãe e seu avô, que estão a todo o momento rabiscando e reescrevendo discursos ou simplesmente recorrendo ao silêncio para lidar com uma situação que lhes imprimiu fortes emoções e que estão na ordem do indizível.

Segundo Caso: Leia

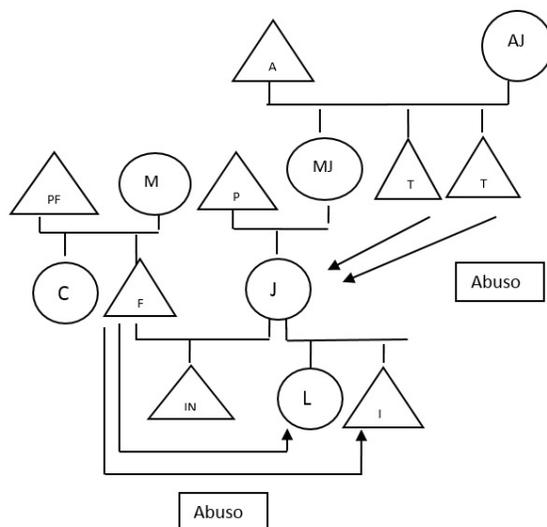
O segundo caso é o da menina Leia.²⁴ Estão envolvidos diretamente, além da menina, a sua mãe, Jaqueline, um irmão e o padrasto, Fernando.

Leia é uma menina de 13 anos, que mora em uma casa em condições precárias, com a mãe de 34 anos, 2 irmãos, um de 11 e o outro de 1 ano e 3 meses, também mora com a família a ex-cunhada da mãe, uma menina de 12 anos, irmã do padrasto de Leia.

A renda total dessa família provém somente da mãe, e gira em torno de R\$ 400,00 mensais.

Leia foi abusada sexualmente por seu padrasto, Fernando. A primeira vez que ocorreu a violência foi em um matagal próximo da casa que morava a família. A mãe de Leia foi quem denunciou o caso à DEPCA, que encaminhou a família ao Creas.

Depois da primeira vez que Fernando cometeu o abuso e foi denunciado, ele fugiu de casa, mas voltava sempre que queria, entrava pela janela e abusava de Leia recorrentemente, na frente de seu irmão de 11 anos, o que se configura em abuso sexual também, porque ele obriga (e mesmo se não obrigasse) o menino a ficar olhando o ato. A mãe de Leia passou a receber atendimento no Creas, para ela e para sua filha e, mesmo com a intervenção de instituições públicas, a menina continuava a ser abusada. Em um dos atendimentos, Jaqueline revelou que também sofria abusos sexuais recorrentes por parte de seus tios, quando tinha 14 anos. Veja,



Legenda:

AJ – Avôs de Jaqueline **MJ** - Mãe de Jaqueline **PJ** – Pai de Jaqueline
T – Tios de Jaqueline **J** – Jaqueline **F** – Fernando (padrasto)
C – Cunhada que mora c/ Jaqueline
IN – irmão mais novo **L** – Leia **IM** – irmão de 11

O que mais atormenta a menina Leia é o fato da mãe recorrentemente ‘jogar na cara’ [como ela diz] o ocorrido, principalmente quando a mãe está com raiva, quando elas brigam por algum motivo, seja ele qual for, a história vem à tona novamente. Jaqueline culpa a filha pelo abuso, não acusa diretamente, mas utiliza outras formas de dizer que ela – Leia, não deveria ter deixado acontecer a violência. Até onde pude acompanhar o caso, a menina continuava a ser abusada e a última medida que o Creas estava tentando tomar era conseguir algum material de construção para reformar as janelas, porque mesmo acionando os órgãos de segurança pública da cidade, o autor do abuso continuava a ir à casa da família e cometer a violência recorrentemente.

Nesse caso, as relações de poder parecem estar bem definidas. Gregori (1993, p. 200) aponta que,

[...] para se realizar uma análise mais rica sobre as relações de poder, é preciso investigar a parte masculina da questão, não tomando como dado o papel do homem, mas como uma identidade que se constitui na trajetória.

O padrasto de Leia tem sua identidade constituída

em sua trajetória, onde a masculinidade é construída no cotidiano violento do ambiente em que vive, seus símbolos de poder, do que é ser homem estão intrinsecamente ligados às armas, ao brutal e à valentia (ZALUAR, 1981). O padrasto de Leia perdeu o poder que exercia sobre sua família e, para retomá-lo, subjuga não só Leia, mas também sua mãe e seus irmãos.

O irmão de Leia, que foi abusado, fica invisível nessa história, assim como Sheila, do primeiro caso. Ninguém se dá conta de que ele foi abusado também, isso surge no meio da história e é contado como mais um elemento sem qualquer importância. Na visão da maioria, o que ocorreu com o irmão de Leia serve como um agravante para o caso dela, não representa outro caso, com outro personagem e outras particularidades. Tanto isso é evidente, que não foi aberto um PIA para o menino.

A mãe de Leia também foi abusada quando era adolescente. Quando ela conta, tem-se a impressão de que, com o abuso de sua filha, ela está revivendo sua própria história. Talvez por isso, no PIA apareça mais relatos dela do que de sua filha, pois a menina é criança e, como tal, não têm vez e nem voz.

Terceiro Caso: Melissa & Emily

O terceiro caso é o de Melissa e Emily.²⁵ Ele envolve diretamente, além das duas meninas, a mãe e o pai delas. Mas a família é bem maior.

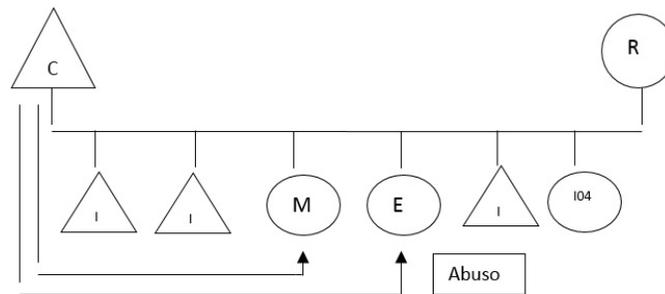
A família é composta pela mãe – Rose, de 38 anos, pelas duas meninas, Melissa de 12, Emily de 9, o irmão de 7, outro de 12 e um terceiro de 15, além da irmã caçula de 4 anos e o pai das crianças – Carlos.

Esse é um caso bastante extenso, que vem se arrastando há muito tempo. Carlos é flanelinha e Rose, sua esposa, está desempregada.

Num determinado dia, Carlos abusou sexualmente de sua filha Melissa e foi pego em flagrante pela mãe dela. Ele foi denunciado à DEPCA e a menina levada ao IML para

fazer o corpo de delito. Os resultados dos exames concluíram que havia esperma na roupa de Melissa. Com isso, Carlos foi preso. Mas quando chegou o dia de seu julgamento, Rose disse que mentiu sobre o abuso, e que seu marido não havia feito nada do que ela afirmou anteriormente. Ela alegou que, no dia em que ela foi à delegacia denunciá-lo, estava com raiva do marido, por causa de uma briga que o casal tinha tido no dia anterior. Disse ainda que colocou, propositalmente, esperma do marido na roupa da criança para incriminá-lo. Carlos foi libertado e voltou ao convívio da família.

Poucos dias depois de seu retorno, Carlos abusou sexualmente de sua filha Emily. Dessa vez a mãe voltou à delegacia e algum tempo depois o abuso foi comprovado. Observe:



Legenda:

M – Melissa E – Emily I7 – Irmão 7 anos I15 – Irmão de 15 I12 – Irmão de 12

Carlos ficou em liberdade, aguardando ser julgado, mas foi afastado do convívio com a família.

Rose passou a receber do ex-marido uma pensão de R\$ 10,00. Ela se queixa frequentemente de que, quando vai buscar o dinheiro no fim do mês, ele a humilha e ameaça de morte.

Rose justifica que retirou a primeira queixa, porque Carlos a ameaçava de morte e porque a família não teria condições de sobreviver ‘sem o dinheiro que o pai trazia para casa’.

Tempos depois, a mãe relata que Melissa estava namorando e possivelmente grávida, envolvida com drogas, além de ficar muito tempo fora de casa. Rose se queixa da filha, dizendo: ‘– Ela não me respeita mais’.

Melissa relata que usa drogas mesmo e que, quando fica fora de casa, é porque está no local de consumo. Quando perguntado sobre o abuso sexual, ela só consegue pronunciar as seguintes palavras ‘Ele me enforcou, tirou a minha roupa... não conseguia sair a minha voz’.

Melissa afirma que o que mais a incomoda são as brincadeiras das colegas, que ironizam, dizendo que ela não é mais virgem e a tratam de forma diferenciada no bairro e na escola. Também diz não gostar quando ‘julgam sua irmã Emily’. Todo o grupo social que a família convive sabe o que houve, pois o caso foi noticiado na imprensa local. Emily se encontra em situação de exploração sexual. Faz programas com homens mais velhos em troca de presentes e dinheiro.

O terceiro e último caso é fortemente marcado, tanto pelo conflito familiar quanto pelas relações de poder.

Carlos, em algum momento, parece deixar de ter o respaldo familiar para estabelecer o poder e a autoridade de pai, que ele pensa ser legitimada e inquestionável por ele ser o “homem da casa”. Em uma tentativa última de restabelecer as relações de poder perdidas, comete o ato de violência, subjugando seus filhos e sua esposa.

Neste caso, não é evidente os conflitos entre os filhos e/ ou entre eles e seus pais, mas está claro um conflito entre o pai e a mãe, porque os papéis socialmente estabelecidos, que cada um deve cumprir na relação do casal, estão em atrito. Assim,

Os papéis de gênero devem ser abordados sem a dicotomia que opõe os padrões ‘tradicionais’ aos padrões ‘modernos’. Existem padrões legitimados socialmente; entretanto, é impossível tentar definir todos os aspectos que os constituem e, assim, classificar rigidamente condutas ‘velhas’ e condutas ‘novas’. Os padrões são construções, imagens, referências que as pessoas dispõem de maneira particular em suas relações concretas com o mundo. (GREGORI, 1993, p. 200).

Nesse sentido, podemos denotar que, quando o casal briga, o marido Carlos recorre à violência, à subjugação das mulheres que pertencem ao seu grupo de parentesco. Ocorre que

[...] os autores desse tipo de abuso veem no ato sexual que praticam com a filha uma extensão do seu direito de pai, padrasto e/ou provedor e o papel da filha é uma extensão

do papel da mãe na condição de mulher do pai.
(MACHADO, 2000, s.p.).

Por outro lado, Rose apela às instâncias públicas – a queixa, para mediar o conflito e (re)estabelecer a ordem da vida cotidiana familiar. Quando Rose diz que ele a humilha e ameaça, ela está recorrendo a uma construção descritiva, em que ela “[...] expõe e alimenta/incita/reitera algumas condições que fazem operar a violência [...] para mostrar que é isenta de culpa.” (GREGORI, 1993, p. 193).

Outra questão que gostaria de enfatizar a respeito desse caso é a reprimenda, ou a culpabilização social pelo abuso sexual tende a recair sobre a vítima. Observamos isso na fala de Melissa, quando diz que “as brincadeiras dos colegas é o que mais a incomoda”. Isso é muito comum, inclusive no caso de estupro de mulheres adultas. Insinuações do tipo “mas também, a mãe dela deixa ela usar uma saia desse tamanho” ou “que ela fazia sentada no colo dele, ele é homem, sabe como é, né?” são muito frequentes na fala de pessoas que fazem parte do convívio da família. Mais uma vez as relações de gênero definindo o comportamento que homens e mulheres devem seguir na sociedade. Uma relação que aprisiona e escraviza ambas as partes, mas que delega um fardo muito mais pesado às mulheres.

Algumas considerações pertinentes

Durante os meses da pesquisa, lendo alguns PIA's e ouvindo as histórias, observei pontos que são comuns entre casos que tive contato, um exemplo bastante recorrente é o fato das mães de meninas abusadas, também terem sido vítimas de violência sexual quando eram crianças/ adolescentes e que o fato ocorrido anos atrás vem à tona quando suas filhas foram abusadas, desencadeando uma série de conflitos

familiares latentes. Foi o que ocorreu com a mãe de Sheila, do primeiro caso, e a mãe de Leila, do segundo caso.

Nota-se também que em alguns casos, e de certa forma em discursos “disfarçados” da sociedade, o fato da criança ou adolescente ser culpabilizado pela violência. Quando Leila, do segundo caso, diz que a mãe *joga na cara* a imputação da culpa pelo que ocorreu recai sobre a menina. Isso ocorre muito frequentemente, principalmente em casos onde a vítima tem mais de 10 anos e é menina. Isso fica claro quando ouvimos um *mas olha o shortinho que ela usa também* ou *essa menina ficava de ‘enxerimento’, só podia dar nisso*.

Em alguns casos, principalmente quando a vítima é uma adolescente menina e o autor é padrasto ou pai dela, a mãe parece entrar numa espécie de competição afetiva/ sexual com a filha que foi abusada. Acusações de que a menina é que é culpada por ter “seduzido” o pai ou padrasto são comuns por parte de algumas mães que se sentem “prejudicadas” pelo caminho que a situação familiar enveredou depois desse abuso, denotando às meninas culpa pelo abuso sexual e pelos conflitos surgidos após.

É comum também notarmos a quantidade de criança/ adolescente abusada por meio do chamado voyeurismo.²⁶ Como ocorreu no caso da menina de doze anos e seu irmão de quatro.

Os dois estavam em casa sozinhos, quando chegou um estranho e perguntou a elas onde estava sua mãe, a menina mais velha responde dizendo que sua mãe estava no trabalho, então o homem disse que tinha uma dívida com a mãe deles e que precisava pagar, solicitou que as duas crianças o levassem até o local de trabalho da mãe deles, para que ele pudesse efetuar o pagamento, as crianças concordaram e entraram no carro. O homem os levou a um lugar ermo e abusou da

menina, enquanto seu irmão de quatro anos de idade olhava a cena, depois disso ele abandonou as crianças em uma rua qualquer da cidade.

O abuso que ele cometeu com o menino menor, a princípio, não é tido como uma violência sexual pelas famílias de vítimas e pelas pessoas em geral. Raríssimos são os casos em que esse tipo de abuso é reclamado no Creas, geralmente é uma atitude que parte das profissionais, perceber que quem “ficou olhando” também foi abusado. O caso de Leia é mais um exemplo de que a mãe sequer atenta para o fato que o filho de 11 anos também foi abusado. Se não tocou no corpo, não foi violentado? Respondo, talvez imaturamente, a essa questão com outra: Onde está e o que pode ser definido como violência?

Outra consideração que gostaria de apontar é referente ao cuidado com a criança. Este é um ponto que merece uma atenção bem maior do que a que daremos aqui, que é a culpa delegada à mãe ou à mulher mais próxima da criança abusada pela falta de cuidados com ela. As mulheres, nas relações de gênero, são sempre as mais prejudicadas, enquanto mulheres-crianças são a maioria das vítimas, as mulheres-mães são culpabilizadas por “deixarem” (por não cuidar o suficiente) suas filhas serem abusadas. As relações de gênero, nesse sentido, podem nos revelar como os papéis que homens e mulheres devem cumprir na relação ditam relações do cotidiano, atitudes, violências, culpas etc. Corrêa (1983, s.p.) aponta que a

[...] mulher é definida pela sua importância no âmbito doméstico e o homem pela sua integração no âmbito do trabalho, ambos desapropriados de sua realidade, deixam de ser sujeitos de seus atos.

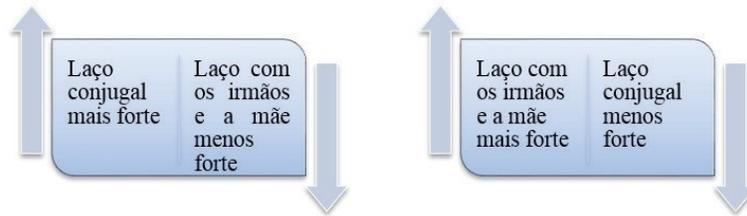
Em alguns casos, noto as relações de poder fortemente marcadas, em outros elas parecem não tão bem definidas assim. Isso pode significar duas coisas. (1) Poderíamos apontar que o conflito seja dotado de

outros aspectos, dos quais as relações de poder não representam um problema nas relações do grupo, isto é, elas não são a causa daquele conflito do grupo. (2) As relações de poder são um problema secundário no conflito.

Outro ponto que gostaria de destacar é o medo que o autor exerce sobre a vítima e o restante da família. Esse fato é bastante comum em diversos episódios de abuso sexual. O caso de Leila é exemplar. Seu padrasto, um traficante de drogas, representa uma figura que impõe medo a todo o grupo social em que vivem a criança e a família. O caso que descrevi das duas irmãs (Melissa e Emily) abusadas demonstra, mais uma vez, até que ponto o medo pode ser um ameaça tão real, quanto à situação em si.

Outro ponto que gostaria de ressaltar são os casos de abuso sexual – intrafamiliar principalmente – eles apresentam uma situação complexa, envolvendo uma série de conflitos, emoções e sentimentos difíceis de avaliar.

Quando deparamo-nos com a história de uma menina de 12 anos que foi abusada várias vezes, primeiro pelo tio materno, depois por seu pai, os familiares da mãe da criança pressionam constantemente a menina e sua mãe para que elas esqueçam a história, perguntando por diversas vezes para a menina se ela tem certeza de que ocorreu, de fato, o abuso. A mãe da menina diz que ela e sua filha perdoariam o pai, mas o tio não. Nesse sentido, observamos que quanto maior o laço conjugal menor é a prioridade dada ao laço com o irmão e vice-versa.²⁷ Funciona assim:



As relações de parentesco e de poder mostram-se um emaranhado emocional de seus atores, exigindo um grande esforço mergulhar nos seus meandros.

Questionamentos diversos surgiram e muitos ainda estão por vir. Que medo é este, que mantém as vítimas em uma prisão talvez tão difícil quanto a situação real? O que as relações de parentesco podem nos dizer, no sentido de compreensão do Abuso Sexual? Que direito é esse que o adulto pensa ter sobre o corpo infantil? Qual o lugar da criança, não só na família, mas na sociedade em geral?

Procurei levantar, mais do que dar respostas, às questões sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes. Urge que os estudos dessa temática sejam cada vez mais intensos, no sentido de compreendermos o fenômeno do abuso sexual de modo abrangente, ampliando nosso olhar para família, para o autor da violência, para a criança – não somente como vítima, mas como sujeito que merece ser ouvido e visto como pessoa e não como adulto “inacabado”.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V.N. A. (Orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, 1988.
Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Guia de Orientação n. 1*. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/guia_de_orientacao_creas.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

COHEN, Clarice. *Antropologia da criança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009. (Coleção Ciências passo-a-passo).

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, v. 14, n. 40, jun. 1999.

ESTATUTO da criança. Disponível em: <www.infoescola.com>. Acesso em: jul. 2012.

FONSECA, Cláudia. Aliados e rivais na família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila porto-alegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, v. 2, n. 4, 1987.

_____. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Cavalos amarrados também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, ano 6, n. 15, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2007.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Anpocs, 1993.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Palestra proferida no I Seminário Regional de Combate à Violência Doméstica e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – Ação em debate. Minas Gerais, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. *Sexo, estupro e purificação*. Brasília, 2000. (Série Antropológica).

WEBER, Max. *Economia e sociedade: conceitos sociológicos fundamentais*. Brasília: Ed. UnB, 1988.

WIGGERS, Raquel. *Família em conflito: violência, espaço doméstico e categorias de parentesco em grupos populares de Florianópolis*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-UFSC, Florianópolis, 2000.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Ed. Revan/UFRJ, 1994.

Programa Observatório da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes em Manaus

Raquel Wiggers Consuelena
Lopes Leitão Natã Souza
Lima
Isabelle Brambilla Honorato

O Observatório de Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, em Manaus, é um programa de extensão que tem por objetivo promover ações de ensino, pesquisa e extensão que deem visibilidade, estabelecendo propostas de enfrentamento do problema social que é o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Entre os anos de 2012 e 2013 foram desenvolvidas no Azulilás – Núcleo de Estudos em Gênero, Famílias, Conflitos e Sexualidades – Ufam, atividades do Programa Observatório da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Foi uma proposta de extensão universitária, coordenada pela professora Raquel Wiggers, financiada pelo MEC SESu, onde estiveram envolvidos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e de níveis de formação distintos.

Uma das propostas do Programa é reforçar e ampliar a Rede de Proteção de crianças e adolescentes em Manaus. Para que esse objetivo seja alcançado, o

Núcleo Azulilás (Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas) e o CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social – estão em parceria com atividades de oficinas, palestras, encontros da rede de proteção, elaboração de cartilhas, sistematização de metodologias de atendimento psicossocial de famílias que sofreram abuso sexual. Fortalecer a rede de proteção é dar visibilidade para as atividades que cada instituição vem desenvolvendo e possibilitar um diálogo, no qual seja possível expor e discutir como as instituições atuam no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Neste capítulo apresentamos as diretrizes que marcam a ação de nossas parcerias nos órgãos públicos de defesa da criança e do adolescente. A partir dessas diretrizes, são elaborados os planos de ação e atendimento psicossocial e jurídico pelos órgãos estatais às crianças e adolescentes, e às famílias que sofreram com abuso ou exploração sexual.

No Brasil, um dos esforços de erradicação das desigualdades, deu-se por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA)(BRASIL1990, p164) em 1990, onde são elaborados um conjunto de normas, com vista à tentativa de mudança na realidade de crianças e adolescentes do país. Ao reconhecer, no âmbito da lei, os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, o ECA fortalece uma temática especial da área de Direitos Humanos. Assim, a expressão “direitos de crianças e adolescentes” não significa, apenas, a indicação de um grupo etário específico dentre os sujeitos titulares desses direitos, significa, também, o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. A partir do entendimento de que os Direitos Humanos são necessidades básicas de todos e a partir da declaração de 1948, tem-se por princípios que norteiam os direitos humanos: dignidade, igualdade, liberdade e a justiça. O

Estatuto da Criança e do Adolescente – 1990 – prevê mudanças significativas na realidade brasileira.

O abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes são entendidos como graves violações aos Direitos Humanos. São formas de violência que ferem a integridade sexual de pessoas que, por sua condição peculiar, particular, seu estágio de desenvolvimento físico, emocional, afetivo e sexual não estão preparadas para intercursos sexuais e trocas afetivo-sexuais.

Para Faleiros, todas as formas de violência sexual podem ser consideradas abusivas e violentas. Ela entende que é uma situação em que o adulto ultrapassa os limites, seja de

[...] direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer. (FALEIROS, 2000, p. 20).

Considera-se, também, violação aos direitos sexuais e humanos, pois se trata de relações estabelecidas com base na vontade e no desejo do adulto sobre a criança ou o adolescente, constituindo relações abusivas, permeadas pelo poder (econômico, geracional, de gênero etc.). São, portanto, relações demarcadas pela assimetria. Essa assimetria se deu durante muito tempo e se materializou inclusive no início do processo de evolução legal que amparam a criança e o adolescente. A legislação que antecedia o ECA, o Código de Menores, por exemplo, além do nome, tinha um caráter discriminatório, por caracterizar crianças e adolescentes com o termo “menores” com o qual referia-se à menoridade, enfocando o aspecto da imputabilidade dessa categoria. O termo não enfatizava o aspecto de resguardo dos direitos de crianças e adolescentes, associava a pobreza à “delinquência” e encobria as reais causas das dificuldades vividas por esse público, tais como a desigualdade de renda e a falta de alternativas de vida. Isso justificava, por

exemplo, o uso dos aparelhos repressivos como instrumentos de controle pelo Estado. Os meninos e meninas que pertenciam a esse segmento da população, considerados “carentes, infratores ou abandonados”, eram, na verdade, vítimas da falta de proteção do Estado e da sociedade.

Nesse cenário, o Estatuto da Criança e do Adolescente surge da necessidade de um reordenamento jurídico no Brasil, uma vez que o Código de Menores não era mais compatível com os princípios da Constituição Federal, de 1988, e da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989, da qual o país é signatário.

O ECA se concretiza então como a prova de que a participação popular, refletida pelo envolvimento dos movimentos sociais que representam a sociedade civil, é capaz de propor mudanças profundas no que se refere aos direitos infanto-juvenis.

Avanços na legislação, advindos do esforço da sociedade brasileira, por meio de diversas organizações e movimentos empreendidos, surgiram com a necessidade de assegurar direitos às crianças e adolescentes, entre eles, o de poder desenvolver sua sexualidade em contextos que lhes ofereçam condições para tal.

A partir da regulamentação da Constituição Federal, de 1988, foram instituídos, também, outros marcos importantes que solidificam e enfatizam os direitos da criança e do adolescente como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.º 8.069/90), a Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei Federal n.º 8.080/90); a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda (Lei Federal n.º 8.242/91); a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (Lei Federal n.º 8.742/93), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal n.º 9.394/96); a Lei Orgânica de Segurança

Alimentar – Losan (Lei Federal n.º 11.346/06), além da recente integração dos serviços sociais, por meio do Sistema Único de Assistência Social – Suas. Esse aparato legal criou condições de assegurar as diretrizes de políticas sociais básicas com capacidade de atender às necessidades primordiais da população como saúde, educação, cultura, alimentação, esporte, lazer e profissionalização, considerado o acesso aos direitos sociais uma dimensão da cidadania (BRASIL, 1988).

Outro marco importante que merece destaque é o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, criado em 2002, como resposta às demandas do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil. Uma das principais ações do Programa é a mobilização de redes para integrar um conjunto de programas e ações dos governos, organismos e agências internacionais, universidades e sociedade civil para que sejam desenvolvidas e aplicadas metodologias de intervenção local, capazes de desencadear respostas efetivas para a superação da violação dos direitos de crianças e adolescentes. A partir dessa afirmação, o presente projeto se justifica por contribuir de forma integrada para a redução da violência contra a criança e o adolescente, principalmente no que se refere à violência doméstica e sexual.

Desse modo, a rede não é um simples ajuste técnico, metodológico e administrativo, mas implica uma mudança cultural e comportamental. É uma oportunidade estratégica de construção de ambientes para novas posturas e de instrumentos de apoio que fazem parte de um processo de mudança em curso (BNDES – Social, Rio, 2002).

Alguns conceitos são utilizados pelos órgãos da rede de proteção e observamos entre eles os de abuso sexual e exploração sexual. Entende-se por **abuso sexual** todo o relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas. Quando se verifica a

presença de violência física, o reconhecimento do abuso pode ser mais claro, pela a objetividade dos fatos que indicam que o abusador fez uso da força para vencer a resistência imposta pela vítima.

P o r **exploração sexual** entendemos a indução, coerção o u utilização da criança o u adolescente no trabalho ilegal ou em outras atividades sexuais, para o benefício de outras pessoas, incluindo atividades sexuais ilegais, prostituição, práticas de pornografia ou o uso em materiais pornográficos mediante pagamento ou para finalidades comerciais, criando uma dependência e submissão ao poder econômico ou como alternativas de sobrevivência e dominância.

Profissionais dos órgãos de proteção compreendem historicamente que a violência, entre elas a sexual, tem sido banalizada em contextos sociais em que famílias vivem em condições de pobreza, e muitas crianças e adolescentes se tornaram vítimas do tráfico de drogas ou de armas, passaram a ser usados no turismo sexual ou levados ao exterior, para exploração sexual, também por redes de pedofilia ou de prostituição internacional. Hoje, a partir do surgimento de novas políticas e leis, essas situações vêm sendo vistas como crime, porque crianças e adolescentes tornaram-se sujeitos de direitos, a exemplo da Lei Federal 8069, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente e que está vigorando no Brasil desde 1990 para toda a população entre 0 e 17 anos de idade. No estatuto estão inclusos direitos e deveres dos adolescentes como: direito à vida e à saúde, **à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária**, direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, à profissionalização e à proteção. Apesar dos avanços adquiridos com essa lei e políticas públicas de atendimento às famílias que passam por situações de violência contra criança e o adolescente, este ainda é um fenômeno muito frequente.

As técnicas do Creas percebem que, a partir das portas de entradas dos atendimentos de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual dentro da rede de proteção, que em alguns casos, mesmo com o atendimento nos órgãos de defesa, ainda permanecem em situação de violação de direitos. Isso ocorre principalmente com o público de exploração sexual, que muitas vezes, não vislumbram outros projetos de vida, pois a única expectativa que têm está nas redes de exploração sexual.

Para abordar o assunto em questão se faz importante contextualizar o campo de atuação e descrever alguns dos marcos legais, históricos e conceituais que nortearam a construção do Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência e suas famílias das políticas públicas mais especificamente, a Política Nacional de Assistência Social. Balizar a compreensão de Estado e, especialmente, de políticas públicas pois é necessário para o entendimento da atuação em rede na proteção de crianças e adolescentes. É recorrente a ideia de que a política de Estado é construída em diálogo entre governo e sociedade, especialmente a sociedade civil organizada, o que a torna uma política de Estado.

Contudo, é inegável que as relações entre governos e organizações da sociedade civil, na maioria das vezes, são tensas e permeadas de conflitos e interesses, quase sempre antagônicos. E o Estado, como expressão de organização política, de modelo de desenvolvimento socioeconômico, de forma de participação e de construção da democracia, com maior ou menor centralização do poder, em geral se confunde com os governos que estão exercendo mandato. Este fato pode ser demonstrado pelas mudanças pelas quais este serviço já passou e que se relacionam com as mudanças de gestão do município. (LOPES, 2009, p. 16).

As políticas públicas de Estado são construídas para enfrentar diversos tipos de violação de direitos e para dar respostas à sociedade com objetivo do exercício pleno da cidadania. Dessa forma, existe

também uma estreita relação entre políticas públicas e direitos humanos. A política pública deve expressar a consolidação dos direitos de cidadania, que se vinculam às condições necessárias ao pleno desenvolvimento e à realização das potencialidades humanas.

Portanto, devemos entender políticas públicas não somente como leis, normas, conjunto de regras que definem direitos humanos e se expressam em programas, serviços e ações que materializam a possibilidade de inclusão social, mas também como forma de ‘fazer’, construída na busca permanente pela participação e pelo diálogo entre os poderes constituídos democraticamente e a população. (LOPES, 2009, p. 20).

A Constituição de 1988 marcou nova concepção de assistência social, que incorpora a seguridade social, em conjunto com a previdência social e a saúde. Cinco anos após a promulgação da Constituição Federal, a assistência social passou a ser regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n.º 8.742, de dezembro de 1993. Essa encontra um lugar no campo dos direitos humanos, ao ser assumida como responsabilidade do Estado, tanto na qualificação das ações e dos serviços quanto na universalização dos acessos. Avança para superar a posição de uma política assistencialista, caritativa e de simples ajuda para as pessoas necessitadas da intervenção estatal. Soma também esforços para a superação das desigualdades, na perspectiva da universalização do acesso aos direitos sociais.

Considerando-se os princípios e as diretrizes que regem a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que deve ser desenvolvida de

[...] forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando ao seu enfrentamento [...] ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993, s.p.).

Tornam-se seus destinatários os indivíduos, as famílias e seus membros que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social, que estão com os direitos ameaçados e/ou violados pelas mais diversas circunstâncias, sem condições de gerar seu próprio sustento e sobrevivência e que se encontrem com vínculos sociofamiliares fragilizados ou rompidos. Mas, sobretudo, essa política se constitui como um direito para todos. A PNAS fundamenta-se e materializa-se com a implantação e a implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). (BRASIL, 1993, p. 16).

A partir das experiências de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, percebe-se a necessidade de um olhar mais amplo sobre esta questão. Ao realizar atividades de atendimento e prevenção em rede com outros parceiros, se constroem bases para a ampliação e consolidação dos trabalhos realizados pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Manaus no campo da proteção da Criança do Adolescente por intermédio do Centro de Referência especializado de Assistência Social – CREAS.

Apresentamos neste texto as bases conceituais e as diretrizes que orientam a ação dos órgãos públicos de defesa da criança e do adolescente. O Observatório da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, em Manaus, realizou um trabalho interdisciplinar, observando os dados produzidos por diferentes órgãos públicos enfocando a forma como esses atuam sobre os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Entre os resultados produzidos, estão um relatório ao Ministério Público Federal com objetivo de subsidiar ações de combate a estes crimes no Estado do Amazonas, e esta coletânea, que reúne trabalhos de pesquisadores do núcleo Azulilás e os primeiros resultados do Observatório.

Referências

AZEVEDO, M. A. *Infância e violência doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

AZEVEDO, Maria Amélia de; GUERRA, Viviane de Azevedo. *A violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. *Lei 11.340/2006*. Lei Maria da Penha. Disponível no site: www.mds.gov.br. Acessado em outubro/2010.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social; CENAFOCO. *Programa Sentinela: reflexão e prática*. Brasília: MPAS, 2002.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Referência Especializado em Assistência Social. *Guia de Orientação n.º 1 (1.ª versão)*. Brasília: MDSCF, 2007.

_____. Presidência da República. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: jul. 2012.

_____. Conselho Federal de Psicologia – CFP/Crepop. *Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração*

sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: Ed. Brasília Rádio Center, 2009.

CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto Alegre: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula (Coord.). *Crianças e adolescentes: pensar & fazer*. Brasília: Curso de Ensino a Distância, Cead, 1995. v. 1, módulo 1.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado, de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo*. São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FONSECA, Cláudia; SCHUCH, Patrice. *Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LOAS. *Lei n.º 8.742/1993*. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: out. 2010.

LOPES, Ana Maria Pereira. *Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Brasília: Crepop, 2009.

Sites Consultados

<http://portal2.manaus.am.gov.br> consulta realizada em: 17 out. 2009, às 16:05.

<http://www.mds.gov.br/> consulta realizada em: 17 out. 2009, às 16:05.

<http://pt.shvoong.com/humanities/> consulta em: 12 out. 2009, às 9h15.

<http://www.abrapia.org.br> consulta em: 12 out. 2009, às 12h32; 5 maio 2004, às 15:30.

Terceira Parte
Literatura

Entre a vida vivida e a literatura: violências sexuais e sentimentos indizíveis

Raquel Wiggers
Diana Wiggers De Carli
Natã Souza Lima

A proposta deste trabalho é partir de histórias de homens e mulheres envolvidos em situações de violência sexual contra mulheres e crianças para propor uma reflexão sobre casos de abuso e violência sexual. Para isso, utilizamos duas bases diferentes: narrativas de pessoas que experienciaram situações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus, como vítima, autor ou familiar, e as narrativas literárias de *A hora e a vez* de Augusto Matraga, conto de João Guimarães Rosa.

Homens que abusam sexualmente de crianças e adolescentes podem ser encontrados em cada esquina de nossas cidades. Mesmo nas comunidades rurais, onde temos trabalhado, o relato de “problemas” desse tipo são constantes. O que temos percebido é que o ideal de masculinidade impositiva e violenta, e principalmente pouco reflexiva acerca de seus desejos e satisfações é a explicação fornecida em primeira instância para casos de abuso sexual de crianças.

Ao pensarmos na violência doméstica e violência sexual de crianças e adolescentes, costumamos remetê-

las às experiências distantes e pouco frequentes em nossas realidades, ou apenas como experiências retratadas na literatura. No entanto, os relatos literários expressam realidades possíveis em nossa própria cultura, atitudes e ações contempladas no leque de possibilidades que são acessíveis aos sujeitos e atores sociais. A literatura lança mão de experiências possíveis em nossa sociedade e nos apresenta a esse tema de formas romaneada, poética, contextualizada ou explícita.

Tendo como inspiração o livro de Rossi (2009), em que os romances de Jorge Amado são a base de reflexão sobre negritude no Brasil, propomos o exercício de olhar para os fenômenos de abuso sexual em Manaus à luz das narrativas literárias de João Guimarães Rosa.

Recorrer à literatura como fornecedora de elementos de análise é resultado da necessidade de percorrer discursos sociais que tratam desses casos. Refletir sobre situações de violência sexual com base nos referidos romances pode nos dar subsídio para criação de mecanismos de ruptura para situações em que abusos sexuais são tidos como estruturantes de relações hierárquicas entre homens, mulheres e crianças. Isso porque estamos lidando com realidades que muitas vezes extrapolam os limites de representação, e passam para o campo das coisas não ditas. Para Veena Das (1999)²⁸, as mulheres não falam da violência que sofrem porque são inimagináveis. O silêncio está nos limites da fala, quando há dificuldade de nomear a crueldade que faz parte de seu cotidiano, coisas tornam-se indizíveis, dentro do universo de parentesco das famílias. No contexto apresentado por Veena Das, quando não se podia falar, o acontecimento era desviado para outras histórias que são dizíveis. É esse movimento de descrição e narração do dizível que pretendo analisar neste texto.

Situações de violência: literatura

Sagarana trata-se de um livro de contos de João Guimarães Rosa, publicado em 1946. Temas como: aventura, morte e a relação do homem com a terra, são frequentemente desenvolvidos pelo autor, e nos nove contos presentes nessa obra não seria diferente. No conto que iremos nos sustentar, A hora e a vez de Augusto Matraga, a narrativa se constrói como nas bravas histórias heroicas, desfrutando dos sertões de Minas Gerais como palco para as peripécias de sua personagem.

Esse conto narra a história de Augusto Matraga, um homem temido em sua cidadezinha por ser um bruto valentão: briga com todos, rouba a mulher dos outros e maltrata por pura perversidade. Perde-se na bebida e na vadiagem, e assim, acaba perdendo também, sua mulher e sua filha, sua propriedade e seus capangas. Estes, a mando de seu novo comandante, espancam Matraga até quase a morte. Sua vida então sofre uma reviravolta: de homem respeitável, passa à miserável. Acolhido então, por um casal de negros, o homem se recupera lentamente e como em um purgatório, conscientiza-se de todo o mal que cultivou para si e para os outros, e busca sacrificialmente a salvação de sua alma.

Observando algumas relações sociais vividas por Matraga, pinçamos exemplos de relações de poder entre mulher e o homem rude, o cangaceiro, típico do sertão de Minas Gerais, que é retratado pelo autor com uma linguagem extremamente local e própria.

O primeiro exemplo que separamos, encontra-se logo no início do conto, quando Matraga e outros homens que se encontram em um bar iniciam o leilão de uma mulher que está no local. Com o público começando a se dispersar, porém ainda com “[...] uma multidão encachaçada de fim de festa [...]” (ROSA,

1986, p. 7), duas mulheres, uma negra e outra branca, estão espremidas no balcão se agradando do fato de serem as únicas mulheres no ambiente, pouco a pouco, os homens vão se agitando com esse fato, e logo começam a leiloar uma delas: a branca e muito magra, que assusta-se com a movimentação. Com muita algazarra, logo Matraga compra a mulher e a puxa pelo braço para que ela o acompanhe, deforma grosseira. Ela cede com submissão, e ao andar na rua, chegando próximo à igreja onde há muita luz, seu rosto e seu corpo se clareiam e o homem não gosta do que vê: humilha a e escorraça, alegando que “[...] está que é só osso, peixe cozido sem tempero...” (ROSA, 1986, p. 11).

Outra cena que destacamos é a chegada do Quim mensageiro, que trás um recado da mulher de Matraga, pedindo para que seu marido fosse para casa. O homem se nega a voltar, blasfemando. Assim, é apresentada a relação dele com a esposa, que se vê totalmente soterrada pelo descaso e o desleixo extremo do marido. A esposa de Matraga é retratada como um território, um terreno marcado que se encontra abandonado, sem valor, mas tem uma função: oferecer a este homem o status de homem casado, com filho e família. Qualquer reivindicação da mulher por mudanças em suas atitudes é vista com desdém, pois ser marido é ser apenas um provedor de subsistência, e fazendo isso, sua função como homem está quitada. Portanto, se ele cumpre seu papel, a mulher perde o direito de reclamar qualquer outro tipo de atenção do esposo.

Essa relação apresenta um fator geral muito problemático: temos o homem perante a mulher como um ser superior, alguém a ser respeitado, e sua posição de patriarca afoga a voz pessoal da mulher. Ou seja, o homem exerce sobre a mulher uma posição de monitoramento de suas ações, e essa relação não se limita apenas à sua esposa, estendendo-se a todas as mulheres, colocando-as nessa posição de omissão.

Identificamos essa relação intrinsecamente nas personagens do conto, quando percebemos que os homens são temidos. As mulheres, ao contrário, não oferecem motivos para que sejam vistas como uma ameaça ao homem. É como se houvesse uma supressão dos valores da mulher como pessoa. Existem homens que têm o poder de tomar uma mulher à força e não ser contrariado. Quando alguém reclama os direitos dessa mulher, é na voz de um homem que isso acontece. E geralmente, quando alguma providência é tomada, certamente não se deverá ao fato de o homem ter ofendido ou machucado fisicamente a mulher, mas sim por valores sociais que criam estigma sobre uma família que tem as filhas estupradas.

Na obra de Guimarães Rosa, o sertão não se limita ao espaço geográfico, simboliza o próprio universo, e, por consequência, carrega em si as relações de poder descritas acima. Assim, Riobaldo, personagem de Grande Sertão: Veredas, profere: “O senhor tolere, isto é o sertão. O sertão está em toda a parte”. O sertão é o elemento indizível, mas sempre presente, das durezas da vida vivida.

Situações de violência: vida vivida

Há anos no Brasil, os movimentos sociais têm reivindicado os direitos das mulheres, e percebemos mudanças consideráveis na nossa sociedade após o início dessas lutas. A lei Maria da Penha foi uma das mais importantes conquistas femininas para combater a violência contra mulher dentro dos lares. No entanto, a realidade de abuso e violência ainda é uma constante na vida de diversas crianças da cidade de Manaus. Nesse sentido, retomo a fala de Riobaldo quando diz que o “sertão está em toda a parte”.

O universo das profissionais que atendem nos órgãos da rede de proteção de crianças e adolescentes

em Manaus, principalmente psicólogas e assistentes sociais, é recheado de situações reais de abusos e violências de toda ordem. Essas profissionais classificam as meninas que atendem: “meninas que são de leilão, meninas que fazem programa, meninas de exploração, meninas abusadas”. As histórias dessas meninas que sofreram e sofrem abusos sexuais descritas neste texto foram narradas por uma psicóloga que atua profissionalmente em um órgão do município de Manaus. Casos como os descritos a seguir chegam diariamente aos órgãos da rede e são noticiados nos jornais locais.

As descrições feitas por familiares das vítimas de abuso sexual, autores da violência, ou profissionais que realizam o atendimento, remetem à noção de “perda de algo”, que é expressa em falas como “ela perdeu a pureza”, ou “não é mais nada”, “não presta mais”. Os autores da violência sexual também manifestam falas como “não fui eu que fiz”, ou “quando eu peguei, ela já não era mais nada”.

Algumas famílias isolam a criança abusada sexualmente do convívio de outras crianças, utilizando argumentos como: “agora ela [menina abusada] já é mulher”. A partir do momento em que a menina sofre o abuso, geralmente se considera que “ela perdeu a pureza”, ou “já é mulher”. O status de “menina” é retirado e concebe-se sua infância como “perdida” quando ela é abusada sexualmente. Recai sobre a vítima o peso e a “culpa” por ter sido violada.

A seguir, descrevemos brevemente seis casos de abuso ou exploração sexual vividos por meninas em Manaus.

Lina

De aparência franzina e com corpo de criança, é uma menina de 11 anos que ainda não entrara na puberdade e vive com o padrasto. Lina foi pega na

cama com um homem de 43 anos, vizinho da família. E dois adolescentes barganhavam sexo com Lina dando-lhe bombons. O pai biológico, angustiado ao saber dos abusos sexuais que a filha vinha sofrendo, conta para esposa para poder resgatar a filha da casa onde morava e trazê-la para morar com ele. O padrasto, que é seu “pai e mãe”, examinava as partes íntimas de Lina. A avó ficou louca quando soube que... Ela é bem menina mesmo, não sabe o que está acontecendo.

Laura

Depois que a mãe foi embora, deixando o pai com três filhos, assumiu o lugar da mãe como companheira do pai. O pai, com quase 60 anos, abusou de Laura quando ela estava com 12 anos, logo depois que a mãe abandonou a família. Quando Laura fez 14 anos, engravidou do seu pai e por causa da gravidez houve denúncias na delegacia da criança e do adolescente, o Ministério Público interveio e Laura foi internada em uma casa-abrigo com sua filha. Laura diz que vai voltar para morar com o pai depois que completar 18 anos e sair do abrigo.

Beata

É uma menina de 14 anos, “vítima de exploração sexual infantil” em que participava de orgias com muitos homens. Ocasões em que um grupo de meninas ficava trancado dentro de uma casa com cerca elétrica. Beata usava drogas, se picava, os homens pagavam para ter sexo com ela. Nas ocasiões em que se prostituía nas ruas, não escolhia o parceiro, podia ser pobre, desdentado, fedorento, velho, novo. Precisava fazer cara de que está gostando. Corria o risco de não pagarem pelo programa, jogando-a para fora do carro. Beata foi abusada por um policial que apontou uma arma em sua cabeça durante o ato sexual forçado.

Lola

É uma menina de 14 anos, que faz programa no centro de Manaus, e diz gostar mais dos estrangeiros que são ricos e mais cuidadosos. O preço do programa era de 50, 100, 500 reais. Sua mãe sabe que ela faz programa. Lola contou sobre uma menina que foi apedrejada, porque o homem se recusou a pagar 5 reais. Muitas mães não querem que suas filhas façam programa. A mãe de Lola gostaria de ter um trabalho de zeladora.

Lara

É uma menina de 11 anos, magrinha com corpo de criança, que se prostitui para comprar drogas. Os fregueses dessa menina, e de tantas outras, são vigilantes de escola, de prédios públicos e frequentadores dos bares de um bairro próximo do centro de Manaus. Corpo minúsculo, suja, mal alimentada, fazendo programa. Faz 10 meses que não vai à casa da tia, onde morava antes de ir para as ruas de Manaus. Homens se aproveitam da necessidade de Lara de usar drogas para comprar seus favores sexuais. Lara vem de uma família que tem história de muita agressão física.

Mauro

Abusou de todas as cinco filhas, ele pedia para as meninas levarem-lhe papel higiênico no banheiro. Uma delas, a mais nova, não queria vivenciar situações de abuso sexual que sabia que suas irmãs vivenciavam. Saiu de casa e não queria voltar. O homem batia muito na mãe e abusava sexualmente das filhas, ameaçando-as com uma arma. A filha mais velha, durante o atendimento psicossocial, pedia muito que a irmã mais nova voltasse para casa e negava o abuso, o seu e de suas irmãs, até que durante a conversa, ela desabafou, contou que o pai abusou sexualmente dela e da irmã que engravidou. A menina de 14 anos ficou presa na casa-abrigo, com cerca elétrica que impedia que saísse. Ela

batia a cabeça na parede e dizia “por que eu que fui abusada estou presa, e ele está solto”.

No caso de Lina, a infância é “recuperada” pela avó da menina, quando afirma, em relação ao abuso sexual, que a criança “não sabe o que está acontecendo”. Ao contrário das afirmações mais comuns sobre a perda da infância por conta do abuso sexual, a avó de Lina evoca a inocência e pureza da menina, conferindo-lhe a incapacidade de consentir sobre o sexo com o vizinho ou os adolescentes. Outro elemento importante na narrativa de Lina é o cuidado masculino que recebe do pai biológico e do padrasto. Os homens são mais facilmente associados a práticas violentas, mas, nesse caso, aparecem cuidando ou protegendo (pai e padrasto) ainda que, por outro lado, sejam também os perpetradores do abuso (vizinho e adolescentes).

No caso de Lara, que foi feita mulher do pai quando sua mãe abandonou a casa, há uma relação incestuosa baseada, segundo os relatos da menina, no consentimento de ambos – pai e filha. A abordagem realizada por intermédio da justiça e o acompanhamento do caso pelas psicólogas e assistentes sociais aponta a história de Lara como uma situação de abuso sexual. No entanto, a menina e o pai não percebiam assim. Viam-se apenas como um casal. Lara percebia-se como cuidadora essencial dos irmãos, do pai/ marido, e agora do filho.

Esses dois primeiros casos ilustram cenas incomuns, onde o abuso sexual pode ser posto em dúvida. Será que Lina sentia-se abusada quando trocava bombons com os adolescentes? Sentiu-se abusada pelo vizinho, ou quis ficar com ele, mesmo que em troca de algo? Lara foi realmente abusada pelo pai, ou quis casar com ele, já que assumiu os papéis da mãe na família? Essas indagações são úteis para pensarmos em relações definidas como abuso ou exploração

sexual, que não podem ser enquadradas ou resumidas a uma violência. Devemos estar atentos a lógicas alternativas à nossa, em que a desigualdade ou a violência aparecem em outros eixos, outros moldes de relação.

Contudo, os demais casos mostram claramente violências sexuais contra meninas. São histórias onde a desigualdade está marcada em pelo menos três níveis. (1) Há uma valorização da diferença de idade entre vítima e agressor. (2) Pobreza das meninas em contraponto ao oferecimento de dinheiro ou qualquer suprimento (alimentação, roupa etc.). (3) Manutenção de algum estágio degenerativo, como o vício em drogas, cárcere, fome etc.

Todas essas meninas sofreram abuso sexual por parte de um homem, e esse abuso as colocou em um status diferente do que tinham antes. Beata, Lola e Lara são vítimas da exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus. As três meninas vivem sob circunstância de extrema pobreza. No caso de Beata e Lara, a falta de recursos que assegurem a sobrevivência e a dignidade das meninas é associada ao vício de drogas, fator utilizado pelos abusadores como meio de manipular, aprisionar e mantê-las reféns das suas vontades. No caso das filhas de Mauro, há uma valorização hierárquica da posição paterna. Mauro partia da ideia de que, por ser o pai das meninas, tem direito aos seus corpos e sexo, mesmo que pelo uso violento da força.

É comum nos atendimentos, seja de agressores, vítima ou familiares, referência a uma sexualidade no homem associada com a animalidade, como um impulso que não pode ser refreado. No atendimento psicossocial para autores de abuso sexual, alguns homens afirmam não saber o que lhes motivou a fazer aquilo. Um deles relata que “deu uma vontade de passar a mão na bunda do menino”, que quando viu “já tinha feito”. Para outro

acusado de abuso sexual, o fato de ser marido, sustentar a família, inclusive uma família que não era a sua, porque os irmãos pequenos da esposa moravam na casa deles, lhe dava direitos para com os que lhe eram subordinados. No caso, o direito de impor que todos fizessem sexo com ele, inclusive os meninos. São acionadas representações sobre o que é ser chefe de família: aquele que supre a casa, marido, pai, protetor da família, podem vir associadas com representações sobre masculinidade.

As coisas que a vida impõe

A vida de Matraga apresenta um diálogo da personagem com a realidade do sertão, pode ser visto como uma metáfora para os duros acontecimentos que permeiam, de forma imanente, a realidade na obra de Guimarães Rosa. Matraga, que se achava dono das coisas e das pessoas, vê-se sem poder e fracassado, dependente do cuidado dos velhos pretos que o encontram quase morto depois da surra que levava. Esse episódio marca a transição entre uma realidade anterior, da qual Matraga mantém o controle e domínio das coisas, para um mundo estranho, onde não pode mais se impor como autoridade.

Em meio aos diversos acontecimentos trágicos, que fazem com que Matraga abandone a vida que levava, a traição de sua mulher e o abandono de sua família o deixa em um estado catártico. Matraga, que arrematava mulher em leilão, desrespeitava mulher casada e matava sem piedade, tenta se vingar da esposa que havia fugido com outro. Porém, sem conseguir se vingar, após perder seus homens para um chefe que honrava com suas promessas e pagamentos e ser espancado até quase a morte, a única solução que Matraga encontra é recuar e mudar-se.

Durante seu processo de mudança, contam-lhe que

sua filha virou prostituta, “tão nova na mão de todos, rolando pela vida ao deus dará”. Questiona-se, então: “Desonrado, desmerecido, marcado a ferro [...] e assim tão mole, tão sem homênia, será que eu posso mesmo entrar no céu?!” (ROSA, 1986, p. 27). Passa, então, longos anos trabalhando duro para conquistar sua salvação, agarrando-se à religião. Luta para manter adormecido dentro de si o homem mau que foi por tantos anos. Mas ao fim, deixa vir à tona sua homênia, porém agora modificada, voltada para sua redenção, acreditando que sua hora e sua vez há de chegar. E agora é homem de defender a honra que violara copiosamente, salvando outras moças de serem estupradas e de cumprirem o único destino possível no sertão: “se perderem na vida”.

No sertão, o estupro muda o status de mulher honrada, que passa a ter somente uma possibilidade de ação no mundo. Os casos de abuso e exploração sexual em Manaus, apresentados, demonstram a dor, o preconceito e a mudança de status que sugere a perda da inocência e infância daquelas que são vítimas de violências sexuais. São situações onde o duro acontecimento na vida, aspecto indizível, muda a realidade, trazendo às vítimas e suas famílias a sensação de ter de viver num “mundo estranho”. Por conta do preconceito que existe contra a menina que foi vítima de abuso sexual, as mães não querem que saibam sobre o que aconteceu com suas filhas. “Ninguém pode saber que minha filha foi abusada, não exponham minha filha”.²⁹

Os dois conjuntos de histórias, tanto da realidade vivida, quanto da realidade literária, descrevem vivências de rupturas. Essas rupturas provocadas por situações de violência ou de exploração faz com que os atores passem a vivenciar um ambiente estranho devido à violação de alguns status, e vão lentamente aprendendo a se deslocar por ele, fazendo um acordo

com a vida. Algumas das mães das meninas contam que também sofreram abuso e que superaram, “passou”, e assim como Matraga, fazem um acordo com a vida e passam a viver à sombra de um acontecimento violento indizível.

Para compreensão desse fenômeno, recorremos a uma noção de acordo, que não deve ser entendida como uma concordância de opiniões, nem mesmo como um acordo contratual. O acordo que apontamos é o que ocorre entre o que a vida vai fazendo acontecer e as reações do indivíduo diante da “realidade acontecida”, das formas que a vida pode assumir.

Os dramas vividos pelas meninas vítimas de abuso e exploração sexual em Manaus nos remetem à pesquisa de Veena Das (1999) acerca dos elementos que envolvem a subjetividade das mulheres que testemunham, ou são vítimas de violências sexuais no contexto da guerra da partição entre Índia e Paquistão. Veena Das permanece atenta aos modos pelos quais essas mulheres, a partir do sofrimento, incorporam através do tempo a realidade acontecida.

Como nos casos apresentados acima, as mulheres pesquisadas por Veena Das têm seu status mudado a partir da violência. Laços são radicalmente rompidos, mas, ainda assim, as mulheres e meninas inseridas na realidade destruída, trabalham para fazer desse “mundo estranho”, um mundo seu.

Esse esforço pode já ter sido feito nas gerações anteriores – sua mãe ou sua avó. Percebemos ser recorrente meninas abusadas ou exploradas sexualmente serem filhas que repetem história vivenciadas pelas mães. Ao trabalharmos com as histórias das famílias que recebem atendimento nos órgãos públicos de Manaus, percebemos com significativa frequência, filhas, netas e bisnetas abusadas como uma prática implícita da família. As gerações mais velhas parecem não dar significado ao

ato: “[...] não sei o que foi isso. Me incomodou, mas eu aguentei e minha filha e minha neta podem aguentar! Eu aguentei. Ninguém fez nada por mim e estou aqui viva! Isso não é nada!”.

Consideramos que, mesmo havendo nos discursos dessas mulheres uma indicação para o esquecimento, retomamos Veena Das (1999) quando argumenta que o fato de se calar, não significa concordância: há um movimento de se conformar. Conforma-se que a vida é assim e as coisas acontecem. Resgatamos, assim, a fala do Riobaldo “O senhor tolere, isso é o sertão. O sertão está em toda parte.” (ROSA, 1994, p. 8).

Referências

DAS, Veena. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

_____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, jun. 1999.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Anpocs, 1993.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências – gênero e mal-estar na sociedade. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 35-78.

_____. *Sexo, estupro e purificação*. Série Antropologia, Brasília, 2000.

ROSA, João Guimarães. *A hora e a vez de Augusto Matraga*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSSI, Gustavo Freitas. *As cores da revolução: a literatura de Jorge Amado nos anos 30*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Unicamp, 2009.

WIGGERS, Raquel. *Violência contra mulher: o que mudou em dez anos?* In: FAZENDO O GÊNERO, 2008, Florianópolis.

Violência, abuso e exploração sexual em alguns contos da obra histórias do rio Negro de Vera do Val

Maria Sebastiana de Moraes Guedes
Raabe Emy Souza Lima

O romance estilhaçado e a Amazônia de Vera do Val

A obra *Histórias do Rio Negro* é um livro que se apresenta em contos, mas é interessante observar que as histórias possuem certa relação, pode-se notar que os enredos aparentemente encerrados têm uma continuidade; *Histórias do Rio Negro* um romance fragmentado no qual as histórias não acabam quando acaba o conto. Dos que serão apresentados neste artigo, dois deles possuem essa característica de continuidade. “Das Dores” tem a prorrogação de sua história narrada ainda em “Alzerinda”, “Giselle” em “Vida de Santo” e “Dorvalice”. Na obra, a maioria das histórias é sobre o cotidiano de algumas mulheres que vivem no ambiente Amazônico e que se relacionam com um ser masculino representando não apenas por um personagem homem /ser humano, com os quais algumas delas mantêm um laço afetivo e sexual, mas que também pode ser visto na relação que essas mulheres mantêm com o Rio Negro, em sua presença e nas características humanas que ele

manifesta.

Todos os contos do livro apresentam uma personagem em comum: O Rio Negro, ele, personificado, é o macho nas histórias, o ideal masculino, por onde todas as histórias passam. Revela-se, em algumas histórias, como conquistador das cunhantãs, guarda o boto e é pai de boto, o fertilizador que emprenha a floresta, ouve o lamento dos velhos, rio ciumento, que ama, se vinga, conversa e possui personalidade. Na história da Cunhã, o Rio se apossa dos devaneios de Luzilene, se vinga da traição que é o amor da menina pelo loiro Brad Pitt, endoidecido provoca a cunhã, embala os seus delírios, perturba e engana a menina quando libera o boto, que em forma de Brad Pitt toma para si o que acredita ser seu. A visão apresentada sobre o Rio traz as noções, na perspectiva da autora, da masculinidade do lugar? O Rio Negro é, na obra de Vera do Val, representação do “macho amazônico”? As histórias contadas por Vera do Val são de um povo pobre e sofrido e expressam um olhar de ternura e sensualidade sobre a região. São narrativas que falam da relação entre homens e mulheres com as peculiaridades de um lugar. Provocam sensações e emoções tão elevadas que são difíceis de serem verbalizadas.

Os contos apresentados no livro não são histórias sobre abuso e exploração sexual, porém eles, sutilmente, permitem a percepção da crítica a essa prática. Giselle, por exemplo, ter sido abusada – “Foi seu Anésio, o do bar da esquina, quem abusou da menina” – é o que vai mover sua história? O abuso sexual sofrido por ela vem acompanhado na narrativa: “E ela gostou”, mas o abuso sexual aqui é decisivo ou apenas aproveitado para entender o conto? Em “Das Dores”, houve a quebra de uma regra no relacionamento de Das Dores e Chico, o casal tinha um acordo e o rompimento deste gera consequências na vida da

protagonista. Já Luzilene permitia que o velho da loja lhe fizesse carícias, contanto que ele lhe comprasse as sobras do que ela não conseguia vender, mas “a menina guardava o amor e o que abria era só as pernas”. Em sua história o que nos surpreende é a presença do ser mágico, o boto, que liberado pelo rio e utilizando-se de suas propriedades mágicas engana a menina, ela está “mergulhada no iludimento” e assim o rio pega de volta o que acreditava ser seu. O fato de serem permitidas as carícias do velho tira a menina do lugar de exploração sexual? Ou melhor, essas carícias serem em troca de o velho comprar o que a menina não conseguia vender, torna isso exploração sexual? Qual a noção de abuso e exploração sexual presente na Região?

Essas questões nos fazem pensar não apenas sobre as noções de violência, abuso e exploração sexual, mas em como a literatura discorre sobre esses determinados assuntos, como a arte literária vai expor e trabalhar com essas questões e realidades sociais.

Violência, abuso e exploração sexual

Este trabalho surge a partir dos projetos de iniciação científica e extensão que vem sendo realizados no Creas (Centro Especializado em Assistência Social), de Manaus, por pesquisadores do núcleo Azulilás (Ufam). O Creas atende vítimas e autores de abuso sexual e também mulheres vítimas de violência doméstica. Por meio dos textos de Honorato (2012) e Wiggers (2000), tive acesso a alguns casos de crianças que sofreram abuso sexual. Os casos descritos por Honorato são, em sua maioria, de meninas entre seis e doze anos de idade, todas foram vítimas de abuso sexual. Um dos casos que mais me chamou atenção no trabalho realizado por Isabelle Honorato³⁰ (2012) foi o de Melissa e Emily³¹, porque esse aponta semelhanças com os contos que escolhi trabalhar na obra de Vera do

Val. Melissa foi abusada sexualmente pelo pai e o ato foi visto pela mãe/ esposa, que denunciou o caso a polícia. A menina foi ao IML para fazer o exame de corpo e delito e por meio dele se constatou que havia material genético do pai na roupa da criança. O pai foi preso. Mas, no dia do julgamento, a mãe/ esposa afirmou ter mentido sobre tudo e, por raiva do pai/ marido, inventou toda a história, e mais, disse que colocou o espermatozoides do marido nas roupas da filha para que ele fosse preso. O pai foi liberado. Porém, com alguns dias do seu retorno ao convívio familiar, tornou a praticar o abuso, mas dessa vez com a filha Emily. O caso retornou a polícia pela queixa da mãe/esposa e o abuso foi comprovado. O pai, em liberdade, aguardou o julgamento, mas afastado do convívio familiar.

Algumas questões pouco esclarecidas sobre o caso nos deixam com a sensação de falta. Porque a mãe/esposa desmentiu sua primeira história em favor do pai/marido? Onde está Melissa no momento que a mãe retira a queixa contra o pai? De acordo com os relatos descritos por Honorato (2012), a mãe/esposa diz que estava sendo ameaçada de morte pelo pai/marido, porém esse não é o único motivo constatado por ela, além das ameaças, a família, agora que o pai estava preso, não tinha renda, já que a mãe estava desempregada, e de acordo com a mãe/esposa “não dava pra sobreviver sem o dinheiro que o pai trazia para casa”. O pai é flanelinha.

Como foi dito acima, depois da retirada da queixa contra o pai, este retorna para o convívio familiar e pratica novamente o abuso, mas com a filha Emily. Nos relatórios não consta quanto tempo se passou desde a prisão do pai até o dia do seu julgamento, antes disso, diz-se apenas que Melissa tinha doze anos de idade e Emily, nove. Por que o pai não voltou a praticar o abuso com Melissa e sim com sua outra filha, Emily? Nas falas da mãe, Melissa não fica mais em casa por muito tempo,

talvez pela sua ausência, Emily tenha se tornado o alvo do novo abuso. Porque a mãe, agora, mantém a queixa contra o pai? O julgamento, dessa vez, é aguardado pelo pai em liberdade. A mãe passa a receber do agora ex-marido uma pensão de R \$ 10,00 e continua a queixar-se que é ameaçada por ele todas as vezes que vai buscar o dinheiro.

É interessante observar como as irmãs são relatadas depois dos fatos ocorridos. Na fala da mãe, “Melissa estava namorando e possivelmente grávida, envolvida com drogas, além de ficar muito tempo fora de casa.”, diz ainda que não é mais respeitada pela filha. Melissa assume o uso das drogas, e perguntada sobre o abuso sexual, suas falas são escassas, mas o que a incomoda mais, além da chacota das colegas, é quando julgam Emily, sua irmã. Emily é descrita em situação de exploração sexual e faz programas com homens mais velhos em troca de presentes e dinheiro. Sua fala não é observada, tudo que se tem sobre ela está na voz de um terceiro, a mãe ou a irmã.

A família vive em péssimas condições socioeconômicas, Melissa “não está em casa”, a mãe é desempregada, Emily agora se desloca para as margens, tanto sociais quanto em relação ao seu lugar na família, está numa zona de exploração e observa-se que ela ainda “continua em casa”. Com uma renda tão baixa, o lugar ocupado por Emily traz de algum modo o sustento e a sobrevivência para a família?

Violência, abuso e exploração sexual são problemas sociais. O caso narrado acima nos faz refletir sobre a questão e nos impulsiona a falar e ver a violência, abuso e a exploração sexual como um problema que precisa ser denunciado, tratado e punido.

De acordo com Honorato (2012, s.p.):

Abuso sexual contra crianças e adolescentes é o ato de submeter à criança ou adolescente, através da violência sexual, ao poder e a coerção do adulto, com a finalidade de

subjugar e manter ou adquirir o controle sobre a criança e/ou sobre os responsáveis por ela.

As notícias sobre abuso e exploração sexual de menores têm sido cada vez mais frequentes nos meios de comunicação do Estado do Amazonas, no ano de 2011 registrou-se cerca de 3,375 ligações ao Disque 100, relacionadas a denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescente. No mês de novembro do ano de 2012, as notícias chegam às esferas nacionais, pode-se encontrar cerca de duas ou mais matérias relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios amazonenses e na capital do Estado nas páginas de jornais com: *A Folha de São Paulo*, *O Estadão*, *O Jornal do Brasil*, entre outros.

Essas matérias vinculadas à CPI da pedofilia, que trata de alguns políticos locais, supostamente envolvidos em uma zona de exploração sexual de menores, falam do lugar subjulgado em que se encontram essas meninas, objeto de exploração que têm sua virgindade negociada/vendida por vinte reais ou um celular. No jornal *A Folha de São Paulo* a matéria é intitulada “Virgindade de meninas índias vale R\$ 20,00 no Amazonas” ou, em alguns casos, a virgindade da filha é o preço para dar emprego ao pai da família.

A literatura aqui vai procurar dizer, vai ao encontro dos não ditos sociais, pois em um ponto de vista mais ou menos social e político, ela é uma expressão/ interpretação estética das nossas relações com o mundo que irão ser assimiladas como fator de arte. A literatura exagera, poetiza, revela, inventa e busca despertar esperança, denunciar as injustiças, violências e outras mazelas sociais (MONTAGNARI, 2010).

E as histórias literárias?

As histórias literárias são [re]construções da realidade, feitas de palavras que foram desenraizadas,

puxadas de suas conexões habituais, desautomatizadas da fala cotidiana, vocábulos que se tornam únicos. Assim, a literatura desempenha um papel intertextual com o real social, as histórias literárias são um espelho da realidade, mas um espelho distorcido, semelhante e dessemelhante, o poeta ou escritor recria a realidade de um povo, inventa, pois mesmo que as histórias não tenham bases reais elas são formuladas e inspiradas no possível dentro de determinado contexto, utilizando-se de palavras necessárias e insubstituíveis, desautomatizando a linguagem usual do povo, o que causa espanto e reconhecimento no leitor.

Assim é que, com certa frequência lemos nos jornais da nossa cidade notícias sobre estupros de vulneráveis, desde crianças de dois anos até adultos, sem contar com os escândalos de poderosos políticos que abusam de menores, prevalecendo-se dos cargos que exercem para, muitas vezes, forçarem os pais a cederem suas filhas menores virgens. O pior é a comunidade ter conhecimento desses fatos e calar-se para não perder seus meios de sobrevivência.

Como vimos acima, o poeta traduz o pensamento e a voz da sua comunidade manifestando-se de forma artística, porém buscando sensibilizar essa mesma comunidade que se cala diante das injustiças, para o despertar da consciência crítica na defesa da sua efetiva cidadania. Exemplo disso é a escritora Vera do Val que em seu livro *Histórias do Rio Negro* traz os traços da cultura do povo amazônico, conta sua realidade, suas dores, seus medos, exalta sua sina, revela e transcende a sociedade, pois escreve com as palavras do povo, atribuindo todo um encantamento que toca profundamente a sensibilidade de quem o lê.

Afirma Bahktin (1963, p. 263) que as palavras são unidades migratórias, ou seja, que derivam de outro contexto, porém são carregadas de ecos, que não podem se desvincular do seu sentido original, da

“palavra povoada”, surgindo daí o que conhecemos como intertextualidade. A intertextualidade, aqui, vai trazer para o poético o que é histórico, no sentido de cotidiano. A partir do conhecido, o autor faz surgir as diferentes perspectivas. O universo de *Histórias do Rio Negro* é criado a partir dos vocábulos de uma comunidade, as histórias de Vera do Val têm a particularidade de um ambiente, o Amazônico, porém carregadas de denúncias das violências praticadas que se perpetuam sob a máscara de procedimentos culturais, e aqui nos referimos ao conto “Giselle”, personagem que aos treze anos troca sua virgindade por um guaraná gelado e meia dúzia de balas de goma.

O dizer poético cria histórias que são possíveis dentro do contexto social de determinado lugar, mas ao mesmo tempo recria o lugar, o contexto social, desafia o possível, por isso resulta no espanto e na admiração. É algo mais que dizer uma verdade, tudo é e não é. “As histórias literárias criam realidades, transcendem os limites de uma caracterização, possuem uma verdade a de sua própria existência.” (OCTAVIO PAZ, 1982, p. 98).

Vera do Val não descreve, mas apresenta a Amazônia, o Rio Negro, as lendas, a relação mágica do povo com a mata e com o rio; não há em sua obra apenas uma descrição solta da exploração sexual a qual Giselle é submetida, o abuso do boto enganador sobre a personagem de Luzilene, nem a violência sofrida por Das Dores. Ela coloca as histórias diante de nós. No jogo do é e do não é ela não apenas diz, mas mostra. Não representa, apresenta. Recria, revive a experiência do real.

A linguagem, tocada pela poesia, cessa imediatamente de ser linguagem. Ou seja: conjunto de signos móveis e significantes. O poema transcende a linguagem. (OCTAVIO PAZ, 1982, p. 135).

Até que ponto a realidade dessas mulheres descritas

por Vera do Val podem se aproximar das situações de violência doméstica, abuso e exploração sexual? Uma menina que foi abusada e, por meio disso, descobriu como podia ter tudo que queria se sentiu abusada? Sentir-se abusada, qualifica o ato como abuso sexual? A realidade contada pela autora é apenas amazônica ou é comum a outros lugares?

Os contos apresentados abaixo foram descritos aqui, apontando as semelhanças que possuem entre si, primeiro discorre-se sobre as mulheres, em seguida os homens e assim por diante. Os agrupamentos seguem uma ordem para a narração das histórias, começando pela de Das Dores (Saúva), depois vem a de Giselle (Janete) e por fim a de Luzilene (A cunhã que amava Brad Pitt).

As Mulheres

“Muitas histórias corriam a respeito dela”.³²

Mulher de dois nomes, quase duas personalidades, Das Dores, também era conhecida como Saúva, nas tardes. Este nome nasceu na zona de prostituição, por associação à formiga que possui abdômen delgado e a traseira com quase o dobro do seu tamanho. Foi então no prostíbulo da Sarará que Chico conheceu a Vênus Calipígia pela qual desenvolveu um paixão que marcará de forma trágica a vida não só dele como também das mulheres próximas – Das Dores e Alzerinda.

A mulher desce o barranco bonita como uma aparição. Orgulhosa, na sua beleza mestiça, trazia nos olhos girassóis, nas ancas o balanço do rio, no andar a suavidade dos peixes.

Diziam que vinha da mata fechada, filha de seringueiro perdido e índia cinta-larga. Nas manhãs, era Das Dores, nas tardes, Saúva. Era prostituta pelo gosto à profissão, mas conhecida como “puta” séria,

pois não dava confiança para homem se não estivesse na casa de Sarará, cafetina famosa na boca do rio. Saúva se tornara a puta mais disputada do cabaré e por esse motivo era a “prata da casa”. Os traços de Saúva/Das Dores contradizem o desfecho de sua história, conhecida pelo mau gênio e por ser teimosa, ela era matreira e herdara do pai a coragem nômade e o sangue quente. A mulher tinha um nome que lhe entregava a sina, aquele a dar título a sua história: Das Dores.

Se o que essa tinha de farto era a bunda, Janete, por outro lado, era todinha um manancial. Nasceu na beira do rio, mas veio pra a cidade quando ainda era pequena, sua mãe logo a pôs para trabalhar em casa de família por acreditar que lá era o lugar para a filha aprender as coisas.

Janete era o que se pode chamar de mulher farta. Não que vivesse no bem-bom, coitada, nem sabia que isso existia; é que era uma mulher cheia de carnes, tudo no lugar certo, nada de miséria, isso não era com ela.

O riso da menina, quem o ouvia não se esquecia, pois era como o espalhar de passarinhos, e mais, contagiava. Apesar de a mãe ter a pretensão da menina colher aprendizado nas casas de família onde trabalhava, essa vivia no “mundo da lua” e sempre acabava por ser despedida. Aos treze anos de idade ela conheceu homem, persuadida por um guaraná gelado e meia dúzia de balas de goma, Janete permitiu que o velho Anésio, como narra o conto, “fizesse a festa”. A partir daí, a garota resolveu aperfeiçoar seu lado sexual, pois passou a entender que dessa forma podia ter o que quisesse.

Era ambiciosa. Viu que no meio das pernas estava o seu futuro. E o futuro para Janete era um guarda-roupa bem posto, sandálias de plataforma, umas quinquilharias, uns perfumes e uma televisão.

Mas foi por intermédio dos cuidados de Duda, o cabeleireiro da rua, que Janete ficou pronta para ir atrás de seus objetivos, pois ele cuidou da moça e transformou-a em “uma deusa” e fez o mais importante de tudo, mudou-lhe o nome, a fim de torná-la mais atraente.

Fez mais. Fez o mais importante: rebatizou Janete de Giselle. ‘– ...Ora se Janete é nome de gente bem... Claro que não. Tu precisa é de nome fino, sofisticado’. Com dois eles... – Dizia ele fazendo bico. – ... ‘Giséllllle...’.

Já Luzilene era miúda, tinha mãos e pés pequenos, mas firmes que sabiam bem onde a levavam, morava num flutuante no Tarumã. A menina era o apoio de sua família, pois tinha um irmão pequeno e doente e sua mãe não podia trabalhar como antes. Luzilene não era preguiçosa, trabalhava duro, vendendo no centro da cidade o que sua mãe fazia e recolhia dos vizinhos, carregava consigo sacolas cheias de panos de prato, toalhinhas de crochê, tapetinhos de banheiro e outros quinquilharias.

Essa era Luzilene, e não se engane você com sua pequenura de menina. A meninice até não estava longe, mas era mulher feita e já tinha experimentado as coisas da vida.

A menina, nos mormaços dos domingos, era embalada pelo balanço do flutuante e os devaneios com Brad Pitt, que conhecera apenas nas telas de cinema, mas que amava, sem mais.

Luzilene guardava o amor como um tesouro. [...] E o que abria era só as pernas, porque o coração permanecia a sete chaves. Ia daqui e dali, enfim se resolvia.

Os homens

Na casa de Sarará, Chico conheceu Saúva e virou cliente repetido. Como havia enriquecido no garimpo e

estava apaixonado pela mulher, propôs-lhe casa e outras coisas, mas ela sabendo o quanto o dominava, aceitou a proposta contanto que as tardes fossem dela; faria desse tempo o que bem entendesse sem ter que dar satisfação.

Chico era um bom homem, lhe fazia os gostos, lhe dava conforto, mas era só.

O homem era reservado, mas todos tinham notícia de sua faca, na qual carregava meia-dúzia de riscos cada um para uma alma que ele havia despachado e de Saúva ninguém ousava falar perto dele.

Cuidava do seu homem. Pelas manhãs lhe preparava a tapioca a gosto e as noites eram puro deleite. Mas nas tardes calorentas e suadas a Saúva atendia os que tinham mais sorte lá na casa da Sarará.

Para Chico não existia Saúva, era apenas Das Dores e ninguém ousava tirar graça, pois “o homem era graúdo e rápido na faca, disso todo mundo tinha notícia.” Quando se juntaram Chico e Das Dores fizeram um acordo, como a mulher gostava do que fazia ele aceitou a sua condição, mas impôs que ela não se dedicasse a um só homem, que seus carinhos fossem distribuídos sem privilégios. Ela aceitou. E viviam assim até que um moço claro, com jeito de gringo apareceu pela cidade.

O estrangeiro, vendo a Saúva perdeu o rumo, e a mulher faceira, percebendo tudo se dedicou a fazê-lo estremecer, porém como se a ela não importasse. Inicialmente era apenas a sedução que a satisfazia devido ao acordo com Chico, porém numa das tardes na casa de Sarará o gringo apareceu por lá. “Saúva se eriçou toda, chamou a negrinha que anotava os pedidos. – Tá vendo lá, o loiro aguado no canto? O de camisa azul? Esse é meu e não quero enxerida”.

Anésio foi o homem que Janete conheceu aos treze anos de idade. “Foi seu Anésio, o do bar da esquina

quem abusou da menina. E ela gostou. Em troca de um guaraná gelado e meia-dúzia de balas de goma, ele fazia a festa”. Depois ela decidiu se aperfeiçoar e junto com a mãe elaborou um plano para encontrar um homem que a sustentasse. Armou-se toda para encontrar o alvo. Dona Oró achou.

Era o doutor Raimundo. Dona Oró levantou-lhe a ficha e soube que era casado, mas tristonho e de pouca conversa, o dentista da praça, um cinquentão meio careca, mas tinha suas economias guardadas no Banco do Brasil. “Dona Orozimba fincou os olhos no doutor. Fincou e gostou. Era ele”.

Depois que a mãe aprovou o doutor, colocou Janete, que agora se chamava Giselle em ação, a menina passou a frequentar o consultório todos os dias com a desculpa de amiga da recepcionista e botava o velho doido, era só ele aparecer que ela dava um jeito de remexer as ancas e evidenciar o decote.

O pobre não teve chance de escapar. Ela foi chegando mansinha, cara de menina safada, o velho perdendo a fala, acuado, ela achando os predicados dele e, quando se viu, o tapete da saleta estava uma barafunda. Era roupa voando e gemido afogado para todo lado. Depois disso o velho viciou.

Logo que sabido como o velho não vivia mais sem Giselle, dona Oró, entrando em cena como mãe dedicada e preocupada com a reputação da filha, apertou o doutor Raimundo que abriu mão da casa e esposa e se compromissou.

Outro personagem é o seu Jeru, dono de uma loja no centro da cidade, aproveitava-se da Luzilene, promovendo uma barganha: quando a cunhã não conseguia vender todo o seu material, o velho comprava a sobra em troca de carinhos íntimos nos fundos da loja, enquanto isso ela sonhava com o seu amor platônico, Brad Pitt, que conhecera em filmes.

Atrás de uma pilha de sacarias, longe das vistas, o velho

Jeru se achegava de manso e a bolinava um pouco. Luzilene fechava os olhos, sonhava com Brad Pitt e escorria nos dedos do velho. E isso era tudo. Uma troca que lhe convinha, pois lhe poupava trabalho e ainda lhe dava uns trocados.

Brad Pitt era o homem que povoava a mente e o coração da cunhã Luzilene, ela conhecera o loiro quando numa tarde de folga foi ao cinema com a amiga. Passou a ser o amor de sua vida e suas fotos preenchiam as paredes do cantinho que ela tinha só para si no Flutuante. Era ele que ocupava os seus pensamentos nos domingos nos quais sonhava e era embalada pelo balanço da rede e do rio.

Quando bateu o olho, no escuro, na belezura do Brad, foi tiro e queda. Ali mesmo ela pasmou, chorou de amor. Achou lindo igual a anjo de igreja, e quando apareceu de pertinho, com aqueles olhos da cor do céu, parecia que olhava para ela. E ela se desmanchava. Por uns dias Luzilene grudou no cinema.

As mães

Da mãe de Das Dores só se tinha notícias, pois diziam que a menina tinha vindo da mata fechada e era filha de índia cinta-larga. Mas nas histórias de Giselle e também de Luzilene essas são personagens constantes.

A mãe de Janete/Giselle era dona Orozimba, parteira que se mudara para a capital com a filha ainda pequena, dizia que “[...] a capital também se paria, e parteira era um trabalho que não tinha tempo de seca nem conversa fiada”. Além disso, era parteira de mão cheia. Colocou a filha para trabalhar em casa de família, porém, depois de perceber como Janete com o tempo ficara esperta, não que a menina tivesse aprendido algo nas casas em que trabalhara, pois não durava muito tempo já que era desligada por viver no mundo da lua, resolveu aproveitar-se. A esperteza da

menina vinha de suas experiências sexuais e do fato dela ter percebido que “no meio das pernas” tinha o passaporte para a vida que queria e a mãe que havia se dado conta disso queria também sua parte no futuro promissor da filha.

Dona Orozimba, que não era boba nem nada, percebeu que devia se mexer para ter sua parte nesse futuro. De bens na vida só tinha a filha, e pelo que estava vendo era um bem que podia lhe render bons frutos.

Chamou a filha para conversar e lhe fez propostas e assim começou a ajudá-la. A primeira providência que a mãe tomou foi mandar a filha para a igreja fazer promessa para o santo das causas impossíveis e depois foi atrás de Duda, o cabeleireiro da rua para dar jeito na menina, o tal fez tudo fiado, pois também percebeu que Janete tinha futuro e assim persuadido agarrou-se nisso.

Foi dona Oró que achou o alvo certo para Giselle, sondou a vida do doutor Raimundo, dentista da praça, por intermédio da recepcionista da qual havia feito o parto e no fim também arrematou o caso, pois, no papel de mãe dedicada e preocupada com a reputação da filha, pôs o doutor contra a parede e findou o caso a seu favor e também da filha.

Uma noite o velho sai do consultório já animado, achando que ia encontrar sua deusa, e depara com dona Oró na sala de espera. Ela vestia uma roupa preta de viúva, gola fechada no pescoço, cara séria, cenho franzido... ‘– Isso não está certo, minha filha é moça de bem... A rua está toda falando, o senhor que tome tenência... Vou mandar Giselle para a família no interior, isso não pode ficar assim...’.

A mãe de Luzilene estava “mal passada dos quarenta” e já era gasta na pedalagem da máquina de costura, com o tempo tinha diminuído o ritmo e Luzilene ficava pelo sustento da família, a mãe cuidava do irmão da cunhã que era doentio e colhia na vizinhança umas coisas para a menina vender no centro

da cidade. Aos domingos, a velha saía com o menino para visitar os parentes e deixava Luzilene a sonhar com Brad Pitt, quando chegava cuidava de tudo para não perturbar a filha.

A mãe lhe dava conselho, mas nada adiantava. Naquele apoucado de vida o que viesse era lucro, dizia ela. Luzilene aperreava que a mãe não entendia.

No dia em que se deu o desfecho da história da cunhã, a mãe havia saído e devido à chuva forte que acabou por apagar a cidade inteira, ela ficou na casa dos parentes onde já estava a preocupar-se com a filha.

A mãe de Luzilene tinha saído pela manhã em visita a uma parenta doente do outro lado da cidade e, por cuidadosa, resolveu por lá ficar mesmo, que não ia se meter embaraçada em toda aquela fúria das águas. Agarrou-se ao terço, que São José protegesse a filha e o flutuante.

Alguns lugares

Principais lugares

Saúva começara sua carreira no **cabaré de Joana**, a Sarará, foi lá que conheceu Chico, que mesmo com esforços não conseguiu tirar a mulher de lá, porque ela gostava do lugar, gostava de Sarará e o mais importante: gostava da vida que levava. Lá se tornara conhecida e a mais disputada de todas.

Chico era um bom homem, lhe fazia os gostos, lhe dava conforto, mas era só. Ela gostava de Sarará, gostava do cheiro da casa e da putaria.

Passava as tardes no cabaré, mesmo depois de ir morar com Chico, pois esse era o acordo, as tardes ela não era Das Dores e sim Saúva e atendia os que tinham mais sorte. Depois do encontro que teve com o gringo na praça em frente ao hotel do Pedrosa (aquele lugar depois desse primeiro dia se tornou sua passagem diária), a Saúva só pode consumir seu desejo com o

gringo quando ele apareceu na casa de Sarará, pois era, apesar de prostituta, mulher de Chico, e com ele tinha um acordo.

Desse dia em diante ela mudou. Não adiantava mais a Sarará vir cheia de denço, pedindo para receber esse ou aquele ricaço que lhe jogava o ouro no colo e pedia a puta predileta. Saúva só tinha olhos para o gringo e só ele lhe fazia as graças.

A praça se tornara um lugar de desejo, onde Saúva se esmerava ao passar e para o qual havia feito roupas novas e caprichado no visual, o que esse lugar tinha de especial era o encontro dissimulado que a Saúva tinha com o gringo. Encontro feito de não olhares, não falas, não toques, só desejo. A praça é o lugar onde tudo começa e no fim, onde tudo termina.

Dia seguinte ela foi ao mercado e, quando voltava pela mesma praça, lá estava aquele diabo louro, sentado à mesa do restaurante do Turco. Tudo se repetiu. Ele a olhou assombrado, e ela fingiu que não via; e, nesse requebrado descuidado, o sol abrasando tudo, o brilho do suor no corpo, foi desfilando devagar, ele engasgando do peixe, ela caprichando no passo, ele arfando no peito, ela se dando ao deleite. Aquilo se tornou um hábito.

Quando o gringo apareceu lá pelo cabaré da Joana foi levado pela mocinha que tinha a tarefa de oferecer as prostitutas, até o quarto principal e essa o deixou lá. “Uma sala com uma cama grande e de lençóis muito brancos e frescos, ventilador zumbindo no teto, meia-luz provocada pela cortina estampada e um cheiro de magnólia no ar.” Era esse quarto da casa de Sarará que abarcava todo o desejo que vinha desde a praça, e que mais tarde na história torna-se pequeno para o “amor” dos dois, tendo suas portas atravessadas e fazendo inveja às outras mulheres.

“Foi seu Anésio, o do **bar da esquina** quem abusou da menina.” Apesar de não ficar claro o local do abuso e deste aparecer apenas uma vez no conto, o bar por ser a ênfase feita, após o nome do homem que abusou de

Janete, ficou marcado como o lugar de um ato ilícito. No decorrer da história, Janete, depois do abuso sexual, começa a se aperfeiçoar sexualmente, a menina passa a ver o sexo como uma forma de obter as coisas que deseja. Dona Oró (a mãe), percebendo a filha e seus atributos aproveita-se disso, o conto coloca Janete como o único “bem” que a mãe possuía.

Assim, a senhora vai atrás de um bom partido para a filha que nesse momento já deixara de ser Janete e passara a ser de agora em diante Giselle. Dona Oró encontra o Doutor Raimundo, o dentista que tinha um consultório em frente à praça. Depois de levantar a ficha do doutor Raimundo, a mãe manda para lá Giselle com a desculpa de amiga da recepcionista e passa a fazer do consultório do doutor um lugar de passagem fixo, ela se insinua para o velho e no fim **o consultório** torna-se o local de encontro do doutor com Giselle. “[...] e quando se viu, o tapete da saleta estava uma barafunda. Era roupa voando e gemido afogado para todo lado”. A história da cunhã possui dois lugares que são marcantes, o primeiro é os **fundos da loja** onde ela era bulinada pelo velho Jeru, que lhe comprava as sobras do que ela não conseguia vender. Quando a menina chegava na loja, ficava pelos cantos esperando o velho dar conta dela, e quando isso acontecia ele já sabia o que era, a cunhã fugia até os fundos da loja e lá esperava até que seu Jeru chegasse, ele a bulinava atrás de uma pilha enorme de sacarias, longe das vistas alheias.

Entrava na loja, ficava pelos cantos até ele se aperceber dela. Aí ele arrematava as sobras, era generoso, não sovinava. Como amor com amor se paga, em troca, ela, com cara de quem não quer nada, metia-se pelos meandros da loja e logo chegava aos fundos. Atrás de uma pilha enorme de sacarias, longe das vistas, o velho Jeru se achegava de manso e a bulinava um pouco.

Luzilene morava num **flutuante** no Tarumã, o local era bem pequeno, mas ela tinha um lugar para si, a mãe

da menina tinha o costume de nunca deixar nada perturbar o sossego da filha quando esta estava em casa. A família da menina era bem pequena, tinha apenas a mãe e um irmão menor e adoentado. O lugar de Luzilene no flutuante era coberto por fotos de Brad Pitt, o moço era o amor da vida da cunhã e com ele ela sonhava nas tardes mormaçadas de domingo, embalada pelo balanço da rede e do rio.

Morava num flutuante no Tarumã, desses de onde a criatura sai de manhã e não sabe se encontra quando volta. Luzilene ia, no balanço moroso da rede, se enrolando na loirice do moço, no azul sorridente dos olhos e quando se via estava ela lá, toda pasmada com o que não tinha e não podia ter.

Lugares Secundários

A Saúva, quando ia lavar a roupa do seu homem, descia o **barranco** até o rio, na frente ficava um bar onde todos paravam seus afazeres para olhar a mulher, considerada por todos bela, mas ninguém ousava dizer uma palavra.

No bar defronte as línguas se calaram, os olhos rebrilharam, as mãos suadas se esqueceram nos copos. Todos mudos, embevecidos, a ver a Saúva lavando a roupa do seu homem.

Quando a mulher chegava em casa, o lugar para onde ia era a **cozinha**, lá ela prepara a comida e era boa de quitutes, esse também é o lugar onde a vizinha Alzerinda vivia de olho, sempre era uma boca a mais na mesa. As conversas, entre Das Dores e Alzerinda são todas na cozinha da casa da puta.

Boa de quitutes, ela tinha aprendido com a mãe índia a fazer uma tartaruga de dar gosto. Alzerinda não perdia uma, era sempre uma boca a mais na mesa farta. Boca na mesa se na vida da Saúva, que falava pouco, mas era um bom ouvido.

Depois de um tempo morando na cidade, dona Orozimba colocou a filha para trabalhar em **casa de**

família, dizia que lá era o lugar certo para a menina aprender as coisas. O problema de Janete trabalhar em casa de família era que ela “vivia no mundo da lua”, nunca estava fazendo o que devia na casa. As patroas da menina sempre acabavam por mandá-la embora.

Quando se pensava que ela estava aqui no arear das panelas, ela já estava no portão arengando com o menino da venda. E a risada ia lá, se espalhando e invadindo as orelhas da patroa casmurrenta, não dada a esses desfrutes. Em parte por inveja, em parte por assanhamento mesmo, ela sempre acabava despedida.

Na casa das patroas ricas, Janete aprendeu o que era luxo e um de seus desejos era uma televisão igual as que tinham na casa das patroas, um pouco antes de tornar-se Giselle, a menina foi **à igreja** fazer promessa para o santo dedicar-se a sua causa, ou ele ia passar uns tempo de cabeça para baixo, fez tanto que chegou a entontecer o santo.

Levou vela, livro de reza e mantilha na cabeça. Na dúvida, também levou uma farofa bem temperada na bolsa, vai que o santo é disso, nunca se sabe. Rezou, implorou, fez bico, estonteou o santo. Até chantagem ela fez; ou ele se dedicasse ou ia passar uns tempos de cabeça para baixo.

Era **no centro** da cidade que Luzilene tinha uma banqueta onde vendia seus panos de prato, toalhinhas de crochê, tapetinhos etc., a cunhã acordava cedo, não era preguiçosa e ia para o centro fazer seu trabalho.

Lavava-se no rio, ao pé da porta da cozinha, tomava banho com as estrelas. E com o brilho delas no corpo escovava a cabeleira, vestia-se como podia e lá ia ela, cheia de sacolas para o centro da cidade.

Mas foi num dia de folga que uma amiga a arrastou para **o cinema**, assistiram a um filme com Brad Pitt, foi aí que a menina se apaixonou pelo ator, a cunhã grudou no cinema depois disso, ia lá sempre pra ver e se deslumbrar com a beleza daquele moço tão branco. Quando o filme saiu do cinema, a menina chorou, ficou

desolada, pois tinham levado dela o amor, seu Brad Pitt.

Aquilo tinha começado numa tarde de folgança em que foi ao cinema com Silvilena. Até nem queria ir, mas estava de bubuia e a amiga acabou arrastando. Foi um deslumbre só. Quando bateu o olho, no escuro, na belezura do Brad, foi tiro e queda. Ali mesmo ela pasmou, chorou de amor.

O Amor

A representação do amor na história de Das Dores vem junto com a presença do gringo na cidade. Ele se inicia em insinuações, num não amor, num desfilar e num não dar-se conta. A relação da Saúva com o gringo é cheia de erotismo, que descrito poeticamente tende ao amor.

Depois do gozo apressado e forte, ambos mudos, ele se pôs a explorar o corpo dela, procurando os desvãos todos, regando de saliva as coxas, se perdendo naquela morenice que gemia e arqueava, enquanto ele lhe ia comendo aos poucos. Quando ele se fartou de trincar os dentes, ela se inclinou sobre ele e bebeu de sua fonte, devorou o azul dos olhos e se maravilhou com a alvura da pele.

Depois que se encontram na casa de Sarará (encontro que se dá em surpresa para os dois), eles iniciam uma relação feita apenas de sensações, cheiros, olhares, gemidos e esquecimento de tudo que não estivesse dentro daquele quarto mormaçado e mudo.

Deixou o sujeito lá, uma sala alta com uma cama grande e de lençóis muito brancos e frescos, ventilador zumbindo no teto, meia-luz provocada pela cortina estampada e um cheiro de magnólia no ar.

Sem permitir palavra, um nome que fosse, a Saúva delirava nos dedos dele, calada e perdida, e lhe tapava a voz, fazendo o gringo gemer preso na sua boca. [...] e ele se emaranhava mais no dourado-escuro dela, redemoinhava no grito e no gemido de bicho que ela soltava quase esgarçando a tare em farrapos.

Expressões como “ele lhe ia comendo aos poucos”,

“gozo apressado e forte” e “ela se inclinou sobre ele e bebeu da sua fonte” por não serem literalmente explícitas e entrelaçando-se com outras como “devorou o azul dos olhos” tornam-se expressões que sugerem um tom erótico. O amor que surge entre Das Dores e o gringo é silencioso, não verbalizado e se caracteriza por ações, mas de tão forte e profundo é capaz de “parar o sol e derramar vermelho no mundo” e de apresentar-se “– Frederico – ele ainda conseguiu dizer, entre todas as dores. – Das Dores – ela respondeu fechando-lhe os olhos”. O conto brinca com as palavras que vão entre os ditos, e os não ditos. O amor aqui é mudo, feito sem falas.

Ele queria mais, queria se perder, encafiar nela, lhe entrar poros adentro, engolir o corpo e o gemido; e se ela queria assim, assim seria. Nada de falas, amor mudo, feito de grunhido e gozo, uivar de bicho e lacerar de alma.

O amor, que se inicia entre a praça e um quarto no prostíbulo, torna-se além de amor, dor e sofrimento para a personagem Saúva que depois da morte do gringo, Frederico, passara a ser “branca na roupa e na cor da boca, o cabelo emaranhado de dor, o peito mudo sem lamento e sem lágrima.” O amor ainda é mudo, mas Das Dores torna-se apenas um retrado do que foi um dia.

... rejeitou consolo e comida, olhando a chuva, sem um sentimento no rosto, só aquele olhar perdido, impassível, como se o gringo tivesse partido levando as duas almas, a dele e a dela.

O objetivo da vida de Janete não é o amor, mas sim uma melhora de vida, ela apenas queria um futuro bem posto com guarda-roupa, TV e coisas para andar nos “trinques”. Nesse conto não existem ações nem pretensões amorosas, as relações existentes são apenas sexuais e possuem interesses financeiros por trás.

Quando o tempo foi passando e ela se aperfeiçoando na aprendizagem, começou então a entender o seu poder. Era ambiciosa. Viu que no meio das pernas estava o seu futuro.

No conto posterior, intitulado “vida de santo”, Giselle vai até a igreja agradecer ao santo por esse ter “dado um jeito” na agora ex-mulher do doutor Raimundo, o qual passa a viver com Giselle. A moça é vista nesse conto pelo próprio santo como rapariga e quenga e chega a provocar sensações no próprio santo.

O santo coloca um sorriso no rosto, tem um estremeção com aquele mundo de mulher ali, ajoelhada. Não foi nada, é só a missão do milagreiro, cumpri meu dever, que santo é pra essas coisas, faz pose de tímido, lança um olhar de esguelha. Não sabe bem o que fazer, e, quando a quenga se abaixa um pouco para acender as velas, ele arregala o olho, tem um tremelique e quase lhe despenca do decote.

Sua história com o doutor é feita de sedução e sexo, que acabam por levar aos planos futuros de Giselle, essa consegue tudo que queria e o doutor acaba por largar tudo para ficar com ela.

O amor para Luzilene chamava-se Brad Pitt, e depois que conheceu o loiro, guardava seu coração a sete chaves, exclusivamente para ele. Conheceu o ator apenas nas telas de cinema, mas isso para ela não importava, o que sentia era amor e pronto. Depois desse dia no cinema, a menina pasmara por ele de vez. A cunhã morava num flutuante no Tarumã e tinha nele um lugar reservado para si, este era todo coberto por fotos do loiro e lá ela ficava nas tardes de domingo embevecida a admirar as fotos na parede e a sonhar com o ator. A menina guardava o amor para Brad Pitt, mas se resolvia, o que ela abria era só as pernas.

Luzilene ia no balanço moroso da rede, se enrolando na loirice do moço, no azul sorridente dos olhos e quando se via estava ela lá, toda pasmada com o que não tinha e não podia ter.

Luzilene embalava seus devaneios e em uma noite

de tempestade prendeu-se a seu próprio sonho, quando o flutuante soltou e, com o tranco, o candeeiro desprende-se da parede e cuspiu fogo pra todos os lados, foi em chamas levado pela correnteza, ali dentro do flutuante, ou nos sonhos de Luzilene, o cartaz na parede tomou forma, tornou-se Brad Pitt e a menina que já havia “mergulhado no iludimento” não se deu conta de nada ao seu redor, só queria o Brad Pitt, mesmo sem saber se era homem ou boto.

No ar tremeluzendo, se era homem, se era Boto, ela não se perguntava. O que queria era aqueles dedos de leite lhe tocando o corpo e a boca vermelha lhe bafejando a nuca.

Entre contos e realidades

Quando lemos os contos de Das Dores, Giselle e A cunhã que amava Brad Pitt percebemos que o movimento das histórias é feminino, elas, as protagonistas, é que vão dar o tom e o desfecho de cada um dos outros personagens na obra. Nota-se também quando está se falando dos homens nos contos, que a presença deles dá-se em função das mulheres. Suas histórias são secundárias e giram em torno da protagonista feminina. A realidade dos contos é de um povo amazônico pobre e sofrido, mas com uma narrativa poética que fica entre a suavidade e o exagero.

Avaliando o comportamento das personagens dos contos de Vera do Val, poder-se-ia pensar que aparentemente em nenhum caso houve violência cometida contra elas. É possível? Até poderia ser se não estivéssemos diante de um texto literário que nas entrelinhas faz o jogo da presença/ ausência, levando o leitor a perceber o discurso oculto que revela a denúncia daquelas que não tem opção, porque não lhes foi permitido o acesso à cidadania.

A primeira violência sofrida e comum nos três

contos e na descrição do caso de Melissa e Emily é a praticada pelo lugar social em que as protagonistas estão inseridas. O contexto social trabalhado nos contos é o do universo feminino marginalizado socialmente. Das Dores, em um momento da história, aparece sem pai e mãe, sem um lugar para ocupar na sociedade na qual está inserida, ela desloca-se para a margem e o que lhe resta é a zona de prostituição, esse não é apenas o lugar escolhido pela personagem, mas também é o que a recebe e era a sua única opção.

Na história de Das Dores, o que provoca a violência é o rompimento de um acordo, a quebra da regra que resulta na tortura em que a Saúva é deixada, essa tortura pode ser vista como o resultado da violência. A mulher fica num estado em que “quase deixa de existir”, pois era “como se o gringo tivesse partido levando as duas almas, a dela e a dele.” Chico impôs uma condição para “permitir” que a mulher continuasse com uma parte de sua vida na zona de prostituição, “Aceitou dividir, mas exigia que ela não se dedicasse a um só, que distribuísse os carinhos.” Das Dores cumpria o acordo, mesmo depois da chegada do gringo à cidade, mas com o aparecimento deste no cabaré e a consumação do desejo de ambos “a Saúva mudou”, as mudanças nas ações da protagonista geram o ato violento. “A Saúva agora tá de cliente fixo, não aceita mais convite.” Chico mata Frederico, o gringo, na praça onde Das Dores e ele se viram pela primeira vez. Ele também tenta matar Saúva, mas é impedido.

Era um jeito dilacerado, olhar de pena, de entender e de se conformar com o fogo da dor e da agonia. [...] *A Saúva se meteu em casa e lá ficou pasmada, sem palavras.*

Em Giselle, o fato de a menina ter sido abusada desencadeia o desfecho da sua história? É decisivo pra entender o conto? É importante notar que essa informação vem seguida de “E ela gostou. Em troca de

um guaraná gelado, meia dúzia de balas de goma, ele fazia a festa.” O acontecido aqui não deixa de ser um abuso, mas ele dentro da obra não vai ser decisivo para os “movimentos” seguintes (o motivo pelo qual os movimentos seguintes acontecem). O objetivo da vida de Janete era uma TV nova, um guarda-roupa bem posto, o que ela podia ter, e para ter o que queria se utilizava da prática sexual. O que vai levar sua história ao desfecho desejado por Giselle é a entrada de sua mãe. Essa acaba por perceber os atributos de Janete e como “de bens no mundo só tinha filha” acreditou e apostou que esse “bem” podia lhe render bons frutos. Que tipo de bem a filha representa? Esse “bem” está relacionado à capacidade da filha de obter dinheiro, no caso de Giselle, com a prática sexual, ou melhor, com essa prática aperfeiçoada e aplicada. Dona Oró tira proveito de Janete, a mãe queria sua parte no futuro da filha, e assim as duas dão um golpe no doutor Raimundo.

Luzilene deixava-se ser bulinar pelo velho da loja que lhe comprava as sobras do que ela não conseguia vender. A menina creditava que “amor com amor se paga”, há aqui além da troca, a permissão, pois a cunhã já entendia as coisas da vida e delas havia experimentado, e mais, essa troca “lhe convinha, pois lhe poupava trabalho e ainda lhe dava uns trocados”. O principal fato que irá nos levar não apenas à compreensão, mas ao desfecho do conto encontra-se no título do mesmo “A cunhã que Amava Brad Pitt”, esse amor leva a menina ao completo iludimento, pois o rio liberando o boto se apodera dos devaneios de Luzilene com Brad Pitt e na forma do mesmo, leva, para sempre, embora a menina.

Mas o que essas histórias falam de realidades como as de Emily e Melissa? As histórias literárias se utilizam da fantasia para falar do real, essa ordem do mundo precisa ser modificada para que a própria torne-

se mais expressiva. As irmãs do caso narrado, foram abusadas pelo pai, Melissa é, na voz da mãe algo, que se tornou ruim, usuária de drogas, possivelmente grávida e Emily fica no lugar de exploração sexual, sem voz, sem ser ouvida. A literatura vai narrar essas histórias, por meio do poético, utilizando-se da suavidade e também do exagero, buscando denunciar os problemas e mazelas sociais.

Referências

BRASIL, Kátia. Polícia busca empresários e políticos suspeitos de pedofilia no AM. *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2012. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1189977-policia-busca-empresarios-e-politicos-suspeitos-de-pedofilia-no-am.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. Virgindade de meninas índias vale R\$ 20 no Amazonas. *Folha de São Paulo*, 4 nov. 2012.

Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/11/1179864-virgindade-de-meninas-indias-vale-r-20-no-amazonas.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1967.

COSTA, Lígia Militz da. *A poética de Aristóteles*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.

D'AGOSTINO, Rosanne. Denúncias de abuso e exploração de menores quase triplicam em 2011. *G1*, São Paulo, 17 maio 2012. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/05/denuncias-de-abuso-e-exploracao-de-menores-quase-triplicam-em-2011.html>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

DO VAL, Vera. *Histórias do rio Negro*. São Paulo: WMF/ Martins Fontes, 2007.

GROSSI, Miriam Pillar. Violência, gênero e sofrimento. In: RIFIOTIS, Theophilos; RODRIGUES, Tiago Hyara (Org.). *Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

HONORATO, Isabelle Brambilla. *Abuso sexual e as relações de poder na família: uma análise dos casos atendidos no Creas – Manaus*. Relatório final Pibic 2011/2012 - Ufam. Orientada pela professora doutora Raquel Wiggers. Manaus, 2012.

MONTAGNARI, Eduardo. *Sociedade na literatura e literatura na Sociedade*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16226217/A-sociedade-na-literatura-e-a-literatura-na-sociedade>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. 2. ed. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

WIGGERS, Raquel; HONORATO, Isabelle Brambilla; LIMA, Natã Souza. Abuso sexual e conflitos familiares em Manaus. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 3., 2012, Manaus. *Anais...* Manaus: Ufam, 2012.

Apresentação dos Autores

Raquel Wiggers

Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP tem estudado violência nas relações de gênero e violência doméstica no Brasil desde 1996. Atualmente é professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) onde pesquisa sobre Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes no Estado do Amazonas (Brasil). Coordenadora do Azulilás – Núcleo de Estudos em Gênero, Famílias, Conflitos e Sexualidades – com articulação junto aos órgãos da Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes do estado do Amazonas, Brasil. Atualmente atua na Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes, coordenando o Observatório da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Amazonas.

Natã Souza Lima

Graduando do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Amazonas. Desenvolveu pesquisas de Iniciação Científica sobre um grupo de assistência psicossocial para autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. É membro do Núcleo Azulilás onde participa de pesquisas sobre masculinidades, relações de gênero e violência na Amazônia.

Isabelle Brambilla Honorato

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Federal do Amazonas (2014). Desenvolveu pesquisas de Iniciação Científica e projetos de extensão sobre Abuso Sexual contra

crianças e adolescentes em Manaus, junto ao Núcleo Azulilás. Atualmente cursa o mestrado em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas.

Diana Wiggers de Carli

Graduada em Letras - Português pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014). Defendeu Trabalho de Conclusão de Curso sobre cultura e tradição oral africana a partir da obra “Terra Sonâmbula”, de Mia Couto. Atualmente é revisora textual de projeto de fomento da Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária.

Consuelena Lopes Leitão

Psicóloga da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente de Manaus, tendo atuando no CREAS (N.S. das Graças) desde seu surgimento. Atualmente é psicóloga do SAVVIS- Sul e cursa doutorado em Antropologia Social do PPGAS da UFAM. Possui experiência com os seguintes temas: violência, sexualidade, direito humanos, psicologia social comunitária, criança e adolescente.

Raabe Souza Lima

Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas. Desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica relacionando Abuso e Exploração Sexual com Literatura, a partir de alguns contos da obra “Histórias do Rio Negro”, de Vera do Val, e de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores do Núcleo Azulilás.

Maria Sebastiana Guedes

Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (1997) e mestre em Natureza e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2001). Atualmente é professora da Universidade Federal do Amazonas e Membro de corpo editorial do Anuário Amazônico de Letras. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira. Atuando principalmente nos seguintes temas: Francisco Perreira da Silva, Modernismo no Amazonas, Literatura Amazonense, Orfismo na Amazônia.

Este livro foi impresso em Manaus, em
2017. O projeto gráfico
– miolo e capa – foi feito pela **Valer Editora**.

Notes

[←1]

Nesse último esforço, temos nos deparado com situações onde há diferentes interpretações dos agentes em cena (pesquisadores, profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente) sobre o ato que chamamos de “abuso sexual”.

[←2]

Entre estes autores podemos citar Arendt (1994), Freire Costa (1984), Adorno (1993), Silva (1988), Chauí (1985) e Felipe (1996).

[←3]

Entre os autores que assumem esse tipo de abordagem temos Gregori (1993), Pereira (1996), Grossi (1996), Rifiotis (1996) e Diógenes (1998).

[←4]

No decorrer do texto será usada a categoria agentes sociais, que neste caso refere-se aos psicólogos, assistentes sociais, agentes censitários, entre outros, que trabalham em “comunidades carentes”, sendo funcionários de órgãos governamentais, trabalham em ONGs, ou ainda em caráter voluntário. Essas pessoas intervêm no cotidiano das pessoas de formas diversas e geralmente compartilham da visão oficial sobre violência doméstica.

[←5]

O poder é a capacidade coletiva para tomar decisões concernentes à vida pública de uma coletividade, expressão de justiça, espaço de criação de direitos e garantias. A força é a ausência do poder. Na relação de força há ausência de poder e presença do desejo de mando e de opressão de uma classe sobre a outra, de um grupo social sobre o outro, de um indivíduo sobre o outro. Violência é uma realização determinada das relações de força. É a conversão de uma diferença ou uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. É também uma ação que trata um ser humano como não sujeito, mas como uma coisa, que se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. A agressão é um ato que envolve dois indivíduos em situações mais ou menos igualitária, que brigam usando força física e ameaças verbais, sem que no entanto um aniquile o outro.

[←6]

O Creas empresta o local para que as reuniões aconteçam, a psicóloga que trabalha com o grupo é voluntária.

[←7]

O termo “autores” tem causado confusão entre as pessoas que acompanham esse trabalho, levando-as a pensar, quando veem o termo pela primeira vez, que são “autores” que escrevem sobre abuso sexual. De fato, o termo é confuso, contudo, um dos interesses do Grupo quando propus a pesquisa era a divulgação da existência desse atendimento psicossocial. Eu poderia ter buscado um termo mais adequado para me referir ao Grupo ou aos acusados de abuso sexual que o compõem, mas eles têm interesse de que o nome “autores” se mantenha. Assim, quando eu citar o termo “autores” entenda-se como equivalente a “acusados de abuso sexual” ou “abusadores”.

[←8]

Os nomes dos autores são fictícios. Magistri é um professor da rede pública, e dei-lhe o nome da sua profissão em latim. A Rei Salomão foi dado o nome de um personagem bíblico que era admirado pelo número de mulheres. Chefe recebeu esse nome, porque se posiciona “chefiando” os outros onde quer que chegue. Ao Major, dei o nome de uma patente elevada na carreira do exército, porque “um dia ele chega lá”.

[←9]

Um dos autores, o Chefe, não deixa de ter atenção ao propósito da metodologia do Grupo de Autores, falando sempre sobre a necessidade de “ter que assumir o que se fez”. Ele chama a atenção dos demais membros, quando estes tentam driblar essa vigilância gerada pela metodologia do grupo. A prece parece ter sido incorporada por ele, como um elemento ritual, e é difícil que ele não se lembre de fazê-la. Esse processo de incorporação da metodologia do Grupo de Autores dá-se tão intensamente que Chefe fez um quadro em casa para avaliar suas ações no cotidiano, para saber se está cumprindo “direito com os [seus] papéis, se estão da melhor forma”.

[←10]

Expressão do interior do Amazonas que indica surpresa.

[←11]

Em algumas reuniões seguimos uma sequência, onde cada um tem uma “vez de falar”. Alguns intervêm nos momentos de fala dos outros, mas predomina a voz de quem “está na vez de falar”.

[←12]

O eixo vítima/agressor é uma forma de abordagem que fixa os gêneros, ou seja, designa aos homens o papel de agressores e às mulheres o papel de vítimas. Há, no entanto, autores que usam o “eixo”, mas não fixam os papéis na relação de gênero (WIGGERS, 2008; GREGORI, 1993).

[←13]

Palestras em escolas, capacitação para conselheiros, guardas-civis e outros encontros e seminários que as profissionais do Creas promoviam e participavam.

[←14]

Localizado no bairro Nossa Senhora das Graças, na Rua Libertador, n.535. Fone/Fax: 3232-7886. Manaus – AM.

[←15]

As violações de direitos das crianças e adolescentes são: abuso e exploração sexual, quaisquer formas de violência doméstica, situação de mendicância e trabalho infantil. Crianças e adolescentes, sob medida de proteção da justiça ou medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade; além de colaborar para reinserção sócio-familiar.

[←16]

O conceito de família reconhece não apenas o grupo formado pelos pais ou por um dos progenitores e seus descendentes, mas também as diferentes combinações resultantes de agregados sociais formados por relações consanguíneas, relações afetivas ou de subsistência e que assumem a função de desenvolver afetos, cuidados e condições de reprodução social e da espécie (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

[←17]

Elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome – MDS.

[←18]

É especializado, porque conta com uma gama de profissionais de diversas áreas, como da psicologia, serviço social e direito, além de poder contar com profissionais de outras áreas, conforme necessidade de cada Creas formando assim uma equipe que cuidará dos diversos aspectos de cada caso atendido na instituição.

[←19]

O CRAS é uma unidade pública responsável pela oferta de serviços continuados de proteção básica. É a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS. Oferece recepção e acolhida de famílias, visitas domiciliares, palestras, campanhas socioeducativas, encaminhamento e acompanhamento de famílias. Busca prevenir a ocorrência de situações de riscos sociais por meio do desenvolvimento das capacidades dos atendidos, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, aumentando o acesso aos direitos da cidadania. Diferenciam-se dos Creas, porque este último trabalha com pessoas em que o risco já se instalou, além de oferecer atendimento especializado e continuado em diversas áreas.

[←20]

Há o atendimento em grupo, um somente para as crianças e adolescentes/ vítimas, onde são feitas dinâmicas, brincadeiras e apresentação de fantoches com a temática do abuso, e outro grupo formado somente pelos pais e responsáveis, onde é feita uma apresentação informativa, além dos pais poderem falar com outros sobre suas angústias e anseios.

[←21]

A visita domiciliar ocorre por diversos motivos, entre eles: a família não retornou mais para atendimento na instituição, apesar dos contatos telefônicos; está impossibilitada de sair de casa, seja por motivos financeiros, seja por motivos de enfermidade ou ameaça, entre outros.

[←22]

Época de grandes transformações políticas, dilacerada por guerras e nacionalismos. Arendt era judia, ficou alguns anos exilada, sem direitos políticos até receber cidadania norte-americana.

[←23]

Escolhi este nome, porque esta menina lembrou-me a personagem Sheila do desenho animado Caverna do Dragão. Personagem que possuía uma capa que dava a ela invisibilidade, livrando-a do perigo de ataque iminente. Como vocês irão notar, Sheila (a do caso do abuso sexual) desaparece diante de um conflito familiar latente.

[←24]

Escolhi este nome, porque, ao saber sobre o caso, lembrei-me da princesa Jedi Leia Organa, da série *Star Wars*. Uma garota guerreira, que fugia de forças sombrias.

[←25]

Escolhi estes nomes ao ver o filme “Duas irmãs em perigo”, em que as duas protagonistas, Melissa e Emily, são duas irmãs que buscam livrar-se de maus-tratos.

[←26]

Quando a vítima vê outro ser abusado/ou adultos em relações sexuais (O menor pode ser obrigado ou não).

[←27]

Ver Raquel Wiggers – Dissertação de Mestrado Família em Conflito: violência, espaço doméstico e categorias de parentesco em grupos populares de Florianópolis – e Claudia Fonseca – Aliados e Rivais na família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila portoalegrense.

[←28]

Veena Das refere-se ao contexto da guerra de Partição entre Índia e Paquistão quando o estropo era utilizado como arma de guerra.

[←29]

Fala de uma mãe durante um atendimento psicossocial em Manaus.

[←30]

Quando falo do trabalho realizado por Honorato, refiro-me ao Relatório de PIBIC (Ufam, 2012) e ao artigo de Honorato, neste livro, intitulado Abuso sexual: conflitos familiares e relações de poder em casos atendidos no CREAS – Nossa Senhora das Graças em Manaus.

[←31]

Os nomes são referentes ao Relatório de PIBIC (UFAM, 2012) de Honorato, a autora os escolheu ao ver o filme *Duas irmãs em Perigo*, em que as protagonistas, Melissa e Emily são duas irmãs e buscam livrar-se de maus-tratos.

[←32]

No tópico “As mulheres” inicia-se o contar das histórias literárias e essas irão até “O amor”. Todas as citações aqui serão do livro *Histórias do Rio Negro*, da autora Vera do Val(2007).